

ROZILENE BELO BARROS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS E A SUA  
PECULIARIDADE NA SOCIABILIDADE  
CONTEMPORÂNEA

Maceió AL  
Junho de 2009

ROZILENE BELO BARROS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS E A SUA  
PECULIARIDADE NA SOCIABILIDADE  
CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Edlene Pimentel Santos

Maceió AL  
Junho de 2009

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

S237e Santos, Rozilene Belo Barros dos.  
A educação nas relações sociais e a sua peculiaridade na sociabilidade contemporânea / Rozilene Belo Barros dos Santos, 2009.  
123 f.

Orientadora: Edlene Pimentel Santos.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 121-123.

1. Educação. 2. Modos de produção. 3. Capitalismo. 4. Formação social.  
I. Título.

CDU: 316.47



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

---

Campus A.C.Simões  
Tabuleiro dos Martins  
CEP 57072-097  
Maceió AL Brasil

---

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO

Membros da comissão julgadora de defesa da dissertação da mestranda Rozilene Belo Barros dos Santos, intitulada: “**A educação nas Relações Sociais e a sua Peculiaridade na Sociabilidade Contemporânea**”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 16 de junho de 2009 às 10 horas, na sala de PPGSS.

COMISSÃO JULGADORA

Professora Dr.<sup>a</sup> Edlene Pimentel Santos  
(orientadora) UFAL

Professora Dr.<sup>a</sup> Edna de Lima Bertoldo  
(avaliadora externa) UFAL

Professora Dr.<sup>a</sup> Gilmaisa da Costa Macedo  
(avaliadora interna) UFAL  
CPF 410 621 914 - 00

Professora Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Ávila Mendonça  
(suplente interno) UFAL

## Agradecimentos

*A produção deste texto só existe pelo fato de não estarmos sós*

*Quero aqui agradecer a algumas professoras do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como:*

A professora Cristina Paniago, pela sua sabedoria e paciência quando nos apresentava os estudos sobre Marx, que, apesar da nossa fragilidade, em nenhum momento desistiu de nós, pelo contrário, nos incentivava cada vez mais a prosseguir em nossos estudos;

A professora Gilmaisa Macedo, pela suavidade de voz sua carinhosa, quando também nos apresentava a Marx. Suas contribuições foram de suma importância para o prosseguimento desse estudo, principalmente, quando na reta final, já nos faltava fôlego para a nossa qualificação;

A nossa orientadora Edlene Pimentel, por sua confiança e ousadia em nos incentivar a adentrar em um campo de estudo totalmente desconhecido para nós;

Aos queridos amigos Zoroastro Neto, Iranir Oliveira e Eliane Belo, pelo incentivo dado nos momentos difíceis em que nos encontrávamos em conflito com a nova maneira de ver o mundo, quando não tínhamos amadurecimento suficiente para digerir a nova forma de ver o mundo;

As minhas filhas Camila e Fernanda, desculpas pelas incontáveis vezes que foram privadas de seu lazer, em prol de meus estudos;

A minha mãe, Luzinete que, apesar do pouca formação escolar, sempre nos incentivou a prosseguir em nossos estudos;

E a minha família.

## RESUMO

O presente estudo tem por finalidade identificar nas formações sociais que antecederam o capitalismo o instante em que a educação começa a sofrer influência no sentido de atender à lógica do capital em detrimento de uma determinada classe social, sem contudo estabelecer o momento exato em que esse fato ocorreu. Este estudo procura também ressaltar que as transformações ocorridas a partir da acumulação primitiva do capital, ainda no seu período embrionário até os dias de hoje, se deram no sentido de o capital acumular mais lucro, através da exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido a educação passa a sofrer diretamente os ajustes na organização produtiva do trabalho de modo a amoldar-se à lógica produtiva do capital. Reflete ainda sobre a apropriação da educação pelo capital na sociabilidade contemporânea.

**Palavras chaves:** Modos de produção. Educação. Capitalismo. Formação social.

## ABSTRACT

This study aims to identify the social formations prior to capitalism at the moment that education begins to be influenced to take the logic of capital over a certain social class, without seeking to establish the exact moment in which this happened. In addition this study seeks to portray the interaction between education from the school after the emergence of society divided into classes. We also emphasize that the changes from the primitive accumulation of capital, still in its embryonic period, before the days now have the capital to accumulate more profit through the exploitation suffered by the working class. In this sense education is undergoing the settings directly in the organization of productive work in order to adjust to the logic of productive capita. Also reflects on the ownership of social capital in the education process.

**Key words:** Modes of production. Education. Capitalism. Social training.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
<b>PARTE 1 MODOS DE PRODUÇÃO PRÉ- CAPITALISTA E A GÊNESE DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
1.1 O Modo de Produção Primitivo.....	26
1.1.2 A Educação na Formação Social Primitiva.....	29
1.2 O Modo de Produção Escravista.....	35
1.2.1 A Educação na Formação Social Escravista.....	38
1.3 O Modo de Produção Feudal .....	42
1.3.1 A Educação na Formação Social Feudal .....	51
<b>PARTE 2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	
2.1 O Modo de Produção Capitalista.....	65
2.1.1 A Exploração do Trabalhador no Capitalismo e Seu Significado... ..	72
2.1.2 A Extração da Mais-Valia Absoluta.....	79
2.1.3 A Extração da Mais-Valia Relativa .....	81
2.1.4 A Educação na Formação Social Capitalista .....	84
2.2 A Educação na Sociabilidade Contemporânea: Perspectivas e Limites.....	100
2.2.1 Emancipação Humana e Educação.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	120

*“Desconfiai do mais trivial na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível”.*

*Bertold Brecht*

## INTRODUÇÃO

O processo de compreensão da história do capitalismo é bastante complexo e representa um longo caminho para entender a sua totalidade, ainda mais se levarmos em consideração que ele foi e é retratado sob vários enfoques, distorções e ambiguidades. O almejado aqui é compreender o momento da história mediante as discussões relativas às orientações macroeconômicas de como o modo de produção foi se modificando ao longo dos tempos.

É na busca de se compreender uma possível relação entre educação e o modo de produção que este estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a educação, numa perspectiva histórico-social, tomando por base o modo de produção capitalista e as suas características nas sociedades que antecederam o capitalismo. Nesse sentido, ao analisarmos o modo de produção capitalista poderemos compreender o porquê de a educação ser posta como categoria fundamental em nossa sociedade, sob a ideologia dominante.

Entendemos que abordar a educação e o seu real processo na sociedade contemporânea para nós não se constitui numa tarefa fácil, apesar de o tema ser bastante abordado nos vários segmentos de nossa sociedade, principalmente no meio acadêmico. Para analisar a educação, é de capital importância que se considere que ela não pode ser explicada por si mesma, desconectada do sistema econômico, mas principalmente pelas transformações materiais ocorridas ao longo dos anos, ou seja, é muito importante que se leve em consideração a forma pela qual a sociedade se organiza para a produção de bens, visto que é através do modo de produção da vida material que incide o processo da vida social.

Para justificar as nossas considerações, recorreremos a Marx e Engels<sup>1</sup>,

Esta concepção de história, portanto, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata, ela concebe a forma de intercâmbio humana ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas de consciência, religião, filosofia,

<sup>1</sup>MARX, K, ENGELS, F.A *Ideologia Alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

moral, etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções teóricas, o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos). Ela não é obrigada, como ocorre com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em cada período, mas permanece constante no terreno real da história; ela não explica a prática segundo a idéia, explica a formação das idéias segundo a prática material. Esta concepção mostra que o fim não se acaba resolvendo em 'consciência de si'; como 'espírito do espírito'; mas sim que a cada estágio são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitido a cada geração por aquele que precede (1998 p.35-36).

Fica evidenciado, a partir de Marx e Engels, que para analisarmos a educação na atual forma de sociedade é salutar compreender as reais condições da sociedade, levando-se em conta as considerações da base econômica e as relações sociais de produção nas quais ela está assentada. Evidentemente que não podemos reduzir o fenômeno educacional simplesmente enquanto instituição formal, pois o desenvolvimento dessa função não depende necessariamente da instituição escolar. Afirmamos isso com base no princípio de que o ensino formal e sistematizado nem sempre existiu. Enguita<sup>2</sup> anota que, 'sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção, e com frequência, alguma outra instituição que não a própria produção em que se efetivou esse processo' (1989, p.105).

Assim, as comunidades primitivas educaram e foram capazes de transmitir às futuras gerações suas técnicas, comportamentos e valores necessários para a preservação de sua existência segundo o grau de domínio que exerciam sobre a natureza, ou seja, preparar os indivíduos para o convívio social consistia num processo educativo que outras instituições sociais como a família, as associações civis, política ou ainda religiosa podiam desempenhar. E isso, portanto, nos remete a refletir que a escola enquanto instituição é uma criação de nossa sociedade, e consiste em vários elementos pelos quais o processo educativo se efetiva em defesa do capital.

Nesse sentido Enguita esclarece que

antes do processo de industrialização a maioria das pessoas aprendiam a fazer o seu trabalho fazendo-o, ou seja, não cabia ao camponês aprender o seu trabalho fora dele, visto que os mesmos constituíam unidades econômicas quase que auto-suficiente (1989, p. 129).

---

<sup>2</sup>ENGUITA, M.F. *A face oculta da Escola. Educação e Trabalho no Capitalismo*. Porto Alegre, Artesmédica, 1989.

O autor acrescenta que:

Uma pequena minoria por caminhos de um alcance um pouco maior, como aprendizes e oficiais, mas sem necessidades de recorrer a mecanismos alheios às próprias instituições produtivas, embora transcendessem a unidade doméstica de origem (1989, p. 129).

Então, podemos pressupor que a educação não é absoluta, e nem capaz de realizar as mudanças sociais que a sociedade tanto almeja. A educação está conectada às condições históricas, sociais, culturais, e principalmente econômicas, ou seja, com a totalidade social existente em cada momento histórico. Nesse aspecto podemos compreendê-la como um processo que se refere ao modo como se caracteriza o homem em toda realidade social, econômica e cultural. Dessa forma ela pode ser entendida como um momento concreto da totalidade, ou seja, como afirma Marx<sup>3</sup>, ela é uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade e diversidade (1985).

Entendemos que a educação não pode ser tratada como algo abstrato, um ente isolado, autônomo, ou absoluto, ou como se fosse uma receita única, capaz de servir para todas as formas de sociedade em determinada época, pois a educação é parte de um todo existente. Daí depreende-se que a educação se constitui de forma distinta em cada momento histórico, sendo determinada pelo modo de produção, ou seja, pelo modo como os sujeitos produzem e reproduzem seus meios de subsistência.

O modo de produção da vida material é capaz de direcionar como a educação deve ser tratada, com o objetivo de contribuir efetivamente para a reprodução das relações sociais existentes. Cumpre observar que se tivermos nítida compreensão do que seja o modo de produção, principalmente o modo de produção vigente, poderemos compreender que tanto nas comunidades primitivas como na Antiguidade e na Idade Média a educação desempenhava seu papel de acordo com o modo de produção dessas respectivas sociedades, com as condições materiais existentes.

Marx afirma que:

Os modos de produção, portanto, não são resultados harmoniosos e/ ou estáticos do desenvolvimento histórico social; ainda que perdurado por séculos, são atravessados por contradições (das quais as mais decisivas se põem quando forças produtivas e as relações deixam de se corresponder) e se

---

<sup>3</sup>MARX, K. *O Capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

transformam ao longo da evolução da humanidade. Cada modo de produção que a humanidade conhece apresentou particularidades que o distinguiram dos demais (1985, p. 257).

Assim, ao se compreender o modo de produção podemos também entender a posição não harmoniosa que impera em nossa sociedade, visto que esta se desenvolve com maior ou menor grau de intensidade e é capaz de criar problemas para a sua própria estrutura. Foi a partir de Marx, na busca de fundamentar o conhecimento, ao interpretar a realidade histórica e social que o intrigava, que se deu a superação da concepção hegeliana no que se referia à dialética, explicitando-se o caráter materialista e histórico da vida social. O pensamento de Hegel demonstra uma preocupação mais ampla do homem em seu próprio mundo.

É somente no século XIX, quando a nova classe se encontra completamente estruturada e consolidada, e as condições de vida de uma classe são marcadas pela generalização da miséria, que esta classe passa a se perceber como sujeito histórico e coletivo e com consciência política. É quando passa a surgir um novo patamar filosófico e científico capaz de desvelar a contradição existente entre capital e trabalho, que é inerente ao próprio sistema capitalista, revelando os seus instrumentos de opressão, exploração e reprodução.

Netto<sup>4</sup> afirma que:

A lógica do envolver do capitalismo demanda um conhecimento desantropomorfizador da natureza, não é acidente histórico que àquele desenvolvimento corresponda a emersão dos padrões de conhecimento científico da natureza. A mesma massa crítica indica que a esse 'desencantamento do mundo' (Weber) é imperativo um comportamento instrumental: a lógica do desenvolvimento capitalista implica uma atitude manipuladora em face da natureza, que reclama precisamente o conjunto de procedimentos próprios à inteligência – a ação (social) exigida por aquela lógica demanda a qualificação, a calculabilidade, a formalização. A racionalidade do mundo objetivo, simétrica ao seu redor 'desencantamento', todavia, não se restringe ao trato do metabolismo sociedade/natureza: o desenvolvimento do capitalismo, a constituição e a consolidação da ordem burguesa, é não só a estruturação de uma nova sociabilidade sobre a socialização da sociedade; é, na mesma e contraditória medida, a estruturação de uma específica forma fenomênica do social, aquela engendrada pela reificação (1994, p.31).

---

<sup>4</sup>NETTO, J.P. Razão, ontologia e práxis. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Ano XV, n. 44. São Paulo, Cortez, 1994.

No contexto capitalista e na perspectiva de conhecer o real, Marx elabora sua teoria social sob a óptica da classe proletária. Entendemos que a elaboração dessa teoria tem por pressuposto a ultrapassagem da visão ideológica. Desta maneira, a sua obra é entendida como sendo radicalmente crítica e revolucionária, em síntese, uma mudança de mundo até a sua raiz. Nesse sentido, Netto ressalta que ‘o conteúdo crítico da obra de Marx, portanto, é uma síntese de exigências teóricas e práticas, permitindo a produção de um conhecimento vinculado explicitamente à transformação social estrutural’ (1985, p.22).

A genialidade da obra de Marx, do ponto de vista de Tonet<sup>5</sup>, é a descoberta da articulação entre subjetividade e objetividade. Isto pode ser verificável quando ele afirma que:

É Marx, e não Kant, quem verdadeiramente supera as unilateralidades do raciocínio e do empirismo, quem realiza a síntese superadora entre razão e dados da sensibilidade. E fez isso porque, como veremos, ao contrário de Kant, vai encontrar no ato que dá origem ao ser social a natureza e a unidade originária entre subjetividade e objetividade (2005, p.54).

Ainda conforme Tonet, a, ‘raiz dos males sociais é buscada em todos os lugares, menos onde efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução’ (2005, p.51).

Para Mézáros<sup>6</sup>:

A superioridade radical de Marx sobre todos os que o precederam é evidente na historicidade dialética coerente de sua teoria, em contraste com as debilidades de seus predecessores, que, em um momento ou outro, eram todos obrigados a abandonar o terreno real da história em favor de alguma solução imaginária das contradições que teriam percebido, mas não podemos dominar ideológica e intelectualmente (1981, p.42-43).

Com isso Marx se propunha a entender a realidade social e como ela é posta, mas para isso num primeiro momento era preciso responder o que era o ser humano; dentre os seus elementos essenciais e fundamentais, o que é que caracteriza esta essência do processo de tornar-se homem do homem. Marx afirma que ‘os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais, de que não se

<sup>5</sup>TONET, I. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí. Unijuí, 2005.

<sup>6</sup>MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

pode fazer abstração a não ser na imaginação' (1998, p.26). No entanto é pela interpretação dos estudos econômicos, como, por exemplo, a propriedade privada, e o trabalho, que Marx desvenda o mecanismo de exploração da sociedade capitalista. Daí a análise da condição concreta do homem, através de uma análise do real, a partir disso oferecer uma explicação mais radical da sociedade capitalista, de forma distinta daquela apresentada pelos economistas burgueses, através do estudo da economia.

Portanto, a análise do homem enquanto ser concreto, a partir de Marx, corrige talvez um dos maiores defeitos praticado pela economia política: o de tratá-la como uma coisa fora do homem. Nisso consiste a radicalidade da obra de Marx. Ele foi até o fim sobre os fatos que a economia política estuda. Se assim não fosse, não analisaria o homem efetivo e concreto, mas sim um homem abstrato, à margem da sociedade efetivamente constituída, ou seja, um homem a-histórico.

Essa preocupação com o ser social em Marx não aparece apenas com o Marx mais maduro; essa busca entre objetividade e subjetividade é marcada desde o princípio nas obras<sup>7</sup> de Marx. Profundo conhecedor de Marx, Netto relata que, quando Marx consegue encontrar a raiz do ser social, isso só foi possível porque ele 'conseguiu lá no processo real, não na razão, como é que se junta teoria e prática, subjetividade e objetividade, espírito e matéria,' e prossegue ele dizendo que 'esse princípio é a práxis' (p.25.1985).

Acreditamos que um dos vários aspectos da não compreensão do método de Marx é que, para se aproximar da totalidade do capitalismo e sua essência, não existe outra maneira a não ser enfrentar a aparência da totalidade. Como já dissera Marx o capitalismo se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias.

Marx buscava as raízes dos problemas sociais, mas sabia que isso só podia

---

<sup>7</sup>Para Tonet, 'não é apenas nas teses de Feurbach, entretanto, que a nova concepção marxiana aparece. Mészáros (1983), em um texto intitulado Marx filósofo, mostra como a trajetória teórica de Marx é marcada, desde muito cedo, pela vontade de 'buscar a ideia nas próprias coisas', como ele escreveu numa carta a seu pai datada de 1837. E esse primeiro *insight* se faz presente também nas outras obras de juventude (para não falar das obras da maturidade, onde ele está consolidado), como mostra Frederico (1995), até transformar-se, especialmente com os Manuscritos econômico-filosóficos (1966), em um esboço das linhas fundamentais de uma ontologia do ser social. Vale a pena lembrar o resumo, feito pelo próprio Marx em 1857, no Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política das aquisições decisivas feitas por ele nos anos cruciais de 1849-1854. Segundo ele, foi precisamente nesse período que lhe ficou clara a ideia da estrutura ontológica do ser social, de amplas consequências metodológicas (2005, p. 54-55).

acontecer se fosse à fonte, no próprio homem. Por isso Marx estudou minuciosamente a estrutura econômica da sociedade e percebeu que seria necessário uma nova concepção de mundo, uma nova ontologia capaz de analisar a realidade concreta. A radicalidade da crítica marxiana à política, não se dava simplesmente, através de palavras evasivas sobre a filosofia, a crítica literária ou teológica, aos neo-hegelianos de esquerda. As críticas radicais de Marx estavam contidas na sua ligação com a realidade social, concreta, ontologicamente reproduzida pela razão científica.

Para exemplificar com maior propriedade nossa constatação a respeito dessa busca incessante, beberemos na própria fonte de Marx e Engels:

O resultado geral a que cheguei e que uma vez obtido, serviu-me de fio condutor de meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas necessárias e independentes da sua vontade, relações de produções estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradições com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a expressão jurídica das relações de propriedade dentro das quais até então se tinham movido. Essas relações se transformam em grilhões. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Em grandes traços, podem caracterizar como épocas progressivas da formação econômica da sociedade os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno (1998, p.26).

Em face do exposto, entendemos que tal crítica é muito importante para nossa compreensão, pois demonstra de forma nítida o pensamento de Marx em relação ao ser social e ao modo de produção. Compreendemos também que a crítica à economia política aparece como um elemento essencial da teoria social de Marx, ou seja, ela é resultado de seus estudos de uma investigação histórico-social concreta, pois foi com o estudo da economia política que o autor se debruçou sobre a análise do estudo do modo de produção capitalista, revelando que esse modo de produção reproduz não só as categorias capitalistas, como: dinheiro, lucro, mercadoria, mais-valia, etc., mas todo o conjunto das relações sociais.

Para compreender o modo como a sociedade se organiza é salutar analisar a sua estrutura, as forças de produção e principalmente as relações de produções que nelas se

encontram. Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* demonstram que ‘a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental, com todo o seu significado e em toda a sua extensão, e dar-lhe o lugar a que tem direito’ (1998, p.22).

Donde se conclui que, para se compreender as partes, antes é imprescindível que se tenha uma visão do todo, no caso, o sistema econômico. Dessa forma, para se conhecer o processo educacional é preciso, que se leve em consideração o tecido social, no qual ele está inserido. Pois a compreensão do processo histórico está intimamente associada à compreensão destas relações sociais que vão além dos indivíduos, visto que as relações sociais se impõem sem que, no entanto, se levem em consideração as necessidades dos indivíduos.

Por isso, nosso estudo não parte de uma hipótese *a priori* sobre a educação, mas é resultante de várias inquietações e indagações provocadas durante a nossa trajetória profissional, atuando enquanto professora de ensino médio da rede estadual, há quase duas décadas, e também durante a nossa vida acadêmica. Essas inquietações são oriundas de temas e propostas avassaladoras que nos últimos anos têm sido veiculadas, nos mais variados espaços, desde o chão das fábricas, chegando de forma incisiva a instituição escolar através dos PCNs<sup>8</sup>, como podemos perceber na citação abaixo:

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considera os interesses e as motivações dos alunos a garantir as aprendizagens capazes de atuar com competências, dignidades e responsabilidade na sociedade em que vivemos (2001, p.33).

É possível identificar pelo exposto, que os PCNs legitimam a educação escolar ao processo produtivo do capital, atribuindo à educação a difícil tarefa de garantir boas condições de vida a todos àqueles que tiverem acesso a ela. É possível identificar a relação entre a educação e o modo de produção capitalista também em outro documento oficial do governo brasileiro, a LDB<sup>9</sup> (Lei de Diretrizes e Bases) da educação. A LDB 93/94/96 de maneira categórica insere o ensino médio as novas relações de produção.

<sup>8</sup>BRASIL. *PCNs*. Ministério da Educação, Brasília, 2001.

<sup>9</sup>SAVIANI, D. *A Nova Lei da Educação. LDB Trajetória Limites e Perspectivas*. Autores Associados. São Paulo, 1997.

Isso pode ser observável na seção IV do artigo 35, quando prescreve que o ensino médio, etapa final da educação, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I - A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o pensamento crítico; IV - A compreensão fundamental dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (2001, p.33).

Foi a partir da dualidade existente entre o que é preconizado através das leis, decretos, pareceres e imposições dos organismos financeiros internacionais que delimitam a educação, e a realidade que permeia nossa sociedade, que sentimos a necessidade de indagar o real, e como esse real se apresenta para a maioria dos indivíduos em nossa sociedade. Gostaríamos de ressaltar, para os nossos propósitos, que nenhum estudo sobre a educação na sociedade contemporânea possui condições de esgotar todas as variáveis que se fazem presentes em determinado fenômeno.

Portanto, foi na busca de entender a funcionalidade da educação e os valores que a ela foram e são atribuídos para o desenvolvimento da produção e reprodução do modo de produção capitalista, que fomos conduzida a inserir no presente estudo a dimensão histórica da educação escolar, enquanto elemento capaz de auxiliar e incutir, através de um discurso ideológico em defesa do capital, que a educação pode levar o indivíduo a uma melhor condição de vida, se ele tiver acesso a ela.

Obstantemente não pretendemos adotar aqui uma visão maniqueísta, colocando a educação como vítima, aceitando de forma passiva as intervenções da sociedade capitalista. Também não podemos considerá-la como estática e incapaz de reagir de modo a transgredir os vários mecanismos que nela interferem. Igualmente não temos por pretensão prescrever metas ou receituários que possam balizar e conduzir a uma educação radical, tal como fazem alguns estudiosos reformistas.

Temos por pretensão analisar a educação e o seu verdadeiro papel mediante o processo histórico-social, desde a formação social primitiva até a nossa formação social, tendo por pressuposto a forma como a educação foi sendo estruturada ao longo dos séculos, de modo a atender às necessidades produtivas do capital. Só assim, a partir do

desvelamento do real, poderemos ter capacidade reflexiva de perceber a sociedade na qual estamos inseridos, e em que estrutura ela foi sedimentada, para então, de forma consciente, trilhar nosso caminho. Caso contrário, poderemos cair no pensamento reformista e aceitar que estamos vivenciando o fim da história dos homens.

Sob a luz dessa forma de conhecimento despertamos o interesse em realizar um estudo sobre a educação na sociedade capitalista a partir do estudo dos modos de produção, objetivando apreender o forte papel que exerce o sistema econômico vigente ante a educação escolar, presumindo-se que a educação, após a extinção da formação social primitiva, é posta de forma distinta para atender aos interesses das classes dominantes e conseqüentemente aos interesses da lógica capitalista. Nesse sentido, norteamos nosso estudo através da teoria marxiana. Para Tonet<sup>10</sup>, a teoria marxiana, ‘compõe aquilo que chamamos de núcleo da incomensurabilidade, ou seja, aquele conjunto de teses que definem uma ruptura radical com a perspectiva burguesa e que jamais poderão ser objeto de consenso’ (2004, p.113,).

Outro aspecto que nos levou a primar pela escolha da referida abordagem, deve-se ao fato que ela tem a possibilidade de revelar a historicidade do fenômeno e suas relações em patamares mais amplos, e ao mesmo tempo situar o objeto no interior de um contexto complexo, permitindo apontar as contradições no objeto (fenômeno) a ser estudado.

Tonet considera que a razão fenomênica é empiricista, e acrescenta que ela é,

Incapaz de apanhar a lógica essencial de entificação do mundo, que une contraditório e indissolúvelmente, essência e aparência, a fragmentação aparece como pura diferença, o encontro e desencontro de pedaços produzidos pelo acaso (2004, p.192).

Por não concordar com essa visão de mundo empiricista é que procuramos abordar a educação a partir do construto teórico de Marx. Em relação a essa visão empiricista, Tonet assinala que caberia pelo menos ‘perguntar qual a origem da fragmentação social, qual sua razão última? Pois não basta afirmar que as coisas são assim, é preciso explicar como e por que são assim’ (2004, p.192). Apesar de a visão

---

<sup>10</sup>TONET, I. *Democracia ou Liberdade?* Edufal, Maceió, 2004.

apologética burguesa considerar que a teoria marxiana não pode ser considerada como científica. Isso porque, de acordo com essa visão, a fase revolucionária desse estrato social no século XIX foi encerrada quando a ciência moderna se torna subordinada aos interesses da ordem burguesa na manutenção da estrutura de classes sendo importante à suas necessidades de autoreprodução.

Importante também esclarecer que, a respeito da questão da cientificidade do método marxiano, o debate não ocorre apenas entre os apologéticos; esse debate sobre a veracidade do método é abordado também dentro da própria academia. A pedra de toque em torno da polêmica, segundo nosso entendimento, se efetiva a partir de dois polos distintos: de um lado estão grandes estudiosos ligados a ciência tradicional, conformados, conscientemente ou não, com a atual ordem; e no outro lado se encontram os poucos e grandes estudiosos que lutam em defesa do pensamento marxiano dentro da academia.

Entretanto, apesar de a questão do método não se constituir neste estudo como elemento central, achamos oportuno fazer essa breve explanação, visto que optamos por alicerçar nosso estudo sob a luz da teoria marxiana, por entender que só através desta poderemos abordar a educação e o modo como ela foi se estruturando ao longo dos séculos, sob a determinação do capital.

É notório que a educação no contexto histórico de nossa formação social atende de forma sistemática aos interesses vitais da classe dominante, como se podem constatar nos documentos oficiais do governo como a LDB e os PCNs, e principalmente a partir do advento tecnológico industrial, quando essa mesma classe passou a influenciar diretamente no seu interior. Entretanto, é salutar ter discernimento suficiente de que à educação, ao longo de seu processo histórico, nos diferentes modos de produção, em nenhum momento, segundo nossa compreensão, não foi atribuído o papel de transmitir, como a classe burguesa deveria ser despossuída de seus meios materiais, derrotada ou suprimida historicamente. Se assim fosse, teria essa classe social assinado a sua própria sentença de morte.

Portanto, para conhecer a realidade social, e como essa realidade social é posta, é necessário ter uma visão crítica a respeito da sociedade. Mézáros assinala que isso pode ser explicado ‘pelo fato do capital possuir um sistema orgânico’ (2004, p.725). Isso nos leva a entender que o conhecimento, incluindo aí também a educação escolar,

se encontra vinculado diretamente aos interesses produtivos<sup>11</sup> do capital, o que acaba tornando limitada a relação do saber com o mundo dos homens.

Mediante esses pressupostos, desenvolvemos um estudo que pudesse abordar a educação sob a luz da teoria marxiana. Assim, ao indagarmos como a educação é posta em nossa sociedade de forma velada, esperamos, de forma consciente contribuir efetivamente, ao término de nosso estudo, na construção teórica de um estudo que possa demonstrar concretamente como a educação é vista em seu processo real em nossa sociedade, com o intuito de avançar e contribuir na apreensão de uma educação sem falseamento, apenas demonstrando como a educação é concebida segundo os interesses da ordem vigente.

Queremos aqui enfatizar que este estudo não tem a pretensão de apontar soluções que possam equalizar a disparidade econômica existente entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, até porque entendemos que isso é praticamente impossível. Nosso estudo apresenta a seguinte estrutura: Na primeira parte, trataremos de apresentar os modos de produção pré-capitalista. Nela procuramos refletir sobre a educação e sua implicação no modo de produção pré-capitalista, e como o homem foi produzindo e criando os meios de produção. Ao produzir os seus meios, ele é capaz de modificar a sua própria natureza. Assim, para demonstrar como ocorreu essa transformação, foi necessário dividir a primeira parte em vários subitens: partindo do modo de produção pré-capitalista e das suas respectivas formações sociais, bem como do tipo de educação em cada uma dessas formações sociais.

Esse percurso foi necessário, pois a história dos homens é constituída pela produção social, marcada em determinado momento histórico pelo grau de desenvolvimento dos meios de produção e pelas relações de produção que os homens estabelecem entre si.

---

<sup>11</sup>A construção histórica do sistema orgânico do capital com amplas implicações para a constituição de outros sistemas análogos é caracterizada por Marx nestes termos: devemos ter em mente que as novas forças de produção e relação de produção não se desenvolveram a partir do nada, nem caíram do céu, nem do útero de uma ideia que se autopostulou; mas do interior de e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e às relações de propriedade herdadas, tradicionais. Enquanto no sistema burguês toda a relação econômica pressupõe cada uma das outras em sua forma econômico-burguesa, e tudo que é posto é, portanto, um pressuposto, o mesmo acontece com todo sistema orgânico. MÉSZÁROS, I. *Para além do capital* (2004, p.725).

Na segunda parte, procuramos caracterizar o modo de produção capitalista e a educação escolar neste modo de produção, suas determinações e o seu papel enquanto elemento essencial na reprodução do modo de produção capitalista. Buscamos compreender a origem do modo de produção tipicamente capitalista e demonstrar que a articulação entre educação e modo de produção nem sempre se deu de forma direta. Para demonstrar como se deu essa relação foi necessário estabelecer uma relação entre a educação escolar e o modo de produção capitalista, a fim de analisar como a educação foi se estruturando de modo a atender à lógica organizativa do capital na sociedade contemporânea. Procuramos abordar também a exploração do trabalhador, na forma tipicamente capitalista, e seu significado através da extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

Através dessa análise poderemos finalmente compreender a histórica contradição existente entre capital, trabalho e educação, contradição esta, como veremos adiante, existente há vários séculos. Ao abordamos a educação na sociedade contemporânea, procuraremos também demonstrar que a educação nessa formação social, não poderá assumir outro papel, a não ser o que a ela foi determinado para atender aos interesses das classes dominantes. Assim, buscamos demonstrar que a educação se encontra estruturada a partir da consolidação do modo de produção capitalista. Dessa maneira, veremos também quais as perspectivas e limites da educação na sociabilidade burguesa contemporânea a partir das novas relações sociais de produção vigente.

Nossa expectativa é que o resultado dessa investigação possa contribuir de modo efetivo para aqueles que atuam na área educacional no sentido de compreender o processo de constituição da Educação no interior das relações sociais de produção e, em especial, da sua funcionalidade e limites na sociabilidade capitalista contemporânea. Esperamos ainda propiciar discussões e aprofundamento dessa temática no campo do Serviço Social visto que a atuação desta profissão no interior da sociabilidade capitalista a partir da sua fase monopolista tem suas ações voltadas para a execução das Políticas Sociais e dentre elas a Educação. Nesses termos, esperamos que a compreensão da Educação na sociabilidade burguesa possa fornecer ao Serviço Social elementos para reflexão sobre suas ações junto aos usuários dos serviços educacionais.

## **PARTE 1 - MODOS DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA E A GÊNESE DA EDUCAÇÃO**

A história da humanidade registra vários modos de produção, demonstrando que em sociabilidades que antecederam a nossa, o modo como os homens produziram sua existência nem sempre correspondeu ao modo atual. O modo de produção de uma determinada sociedade pode ser capaz de determinar a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os usa e os distribui. Conforme Marx e Engels, quando os homens produzem os seus meios de vida, eles estão indiretamente produzindo a sua vida material, pois a maneira como ‘esses meios são produzidos, através de determinada forma, pode ser considerada como a própria expressão de vida. Ao produzi-las, produzem a si mesmos como indivíduos humano-sociais e como corpo social’ (1998, p.10).

Nesse sentido os autores revelam que:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com a sua própria produção, isto é, tanto o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (1998, p.11).

Portanto, a história da humanidade pode ser compreendida como a história da transformação da natureza pelos homens. Esta ação do homem em transformar a natureza, para suprir suas necessidades se dá mediante o processo de trabalho. Essa produção vai surgindo no instante em que se tem um aumento no número da população, o que pressupõe um intercâmbio dos indivíduos entre si e os povos. Para Marx:

Seu modo de vida e produção são, portanto, diferentes. É essa diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrar em contato com a comunidade, provoca o intercâmbio recíproco dos produtos e, portanto, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias (1985, p.277).

As relações que irão incidir entre esses povos vão depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, para compreendermos as históricas relações de produção de uma determinada sociedade tomaremos por referência o modo de produção como categoria expressiva por meio da qual se realiza a produção material com o desdobramento no processo de reprodução da vida social na qual situamos a educação. Para tal, nesta parte de nossa dissertação nos propomos a tratá-lo no período pré-capitalista com o

o intuito de compreender como os homens se organizaram para produzir e reproduzir-se de acordo com suas necessidades, na formação social primitiva, na formação social escravista e na formação social feudal. É importante salientar que esses processos foram permeados por contradições e conflitos, mas com transformações que conduziram a uma forma mais desenvolvida, o capitalismo.

É a partir dessa busca que os homens sentem para garantir suas necessidades, que o ser humano, ao contrário dos demais animais age sobre a natureza, modificando-a e transformando-a. A respeito dessa distinção entre os homens e os demais animais, Marx assevera que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade (1985 p.149-150).

Pode-se compreender que o trabalho humano cria novas condições que irão incidir sobre a construção do ser humano, ou seja, o ser humano se constrói ao criar suas condições de existência. Em linhas gerais, é na produção material do trabalho que o homem se realiza enquanto homem. Do descrito acima, depreende-se também que o trabalho é uma atividade tipicamente humana, ou seja,

antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (1985, p.149).

Das palavras de Marx, podemos depreender que os homens estabelecem uma relação com a natureza e que essa relação não pode ser considerada como uma relação unilateral; existe entre ambos uma reciprocidade. Isso porque, a partir do momento em que os homens passam a transformar a natureza para dela extrair suas necessidades, eles conseqüentemente passam a modificar sua própria natureza. Nesse sentido, o homem passa a ser visto como um ser que se constrói, inserido em um processo social de intercâmbio com a natureza. Contudo, apesar de o homem possuir caráter natural, ele se

torna distinto da natureza, atuando para além de suas necessidades imediatas, de maneira a acumular conhecimento e produzir sua própria cultura.

Por certo que os homens já se organizavam sob várias formas para permitir a sua própria sobrevivência e também da coletividade. O modo de produção pode ser considerado como bastante amplo e incluir até mesmo as demais relações sociais que os homens estabelecem entre si e em todas as esferas que compõem a organização da vida em sociedade. Daí a importância de se compreender os diferentes estádios dos modos de produção que se apresentaram ao longo da história do homem.

De modo que é preciso que se tenha cautela ao se analisar os diferentes modos de produção, pois cada um desses modos possuirá traços que lhe são peculiares. Com isso queremos dizer que, em cada estádio da sociedade, o modo de produção existente tem as suas próprias leis de desenvolvimento, e características próprias; leis que regulam a atividade econômica serão distintas das leis que regem a natureza. Em comum terão apenas o fato de serem leis objetivas, ou seja, existem independentemente da consciência humana sobre elas.

Tudo isso leva a crer que a visão de Marx e Engels a respeito do modo de produção enquanto categoria, que é ‘modo de ser, determinação da existência’ (1998, p.23), é de suma importância para a retirada do véu nebuloso que permeou a apreensão da sociedade burguesa em Hegel e até mesmo entre os economistas clássicos, como Smith e Ricardo.

No capitalismo em particular, Marx apreende o caráter negativo do trabalho quando, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, o autor tece severas críticas a Hegel, chegando a denominá-lo de idealista, pois, conforme Marx, o idealismo de Hegel não lhe permitia enxergar a alienação do homem mediante o processo de trabalho, colocando este no mesmo patamar da economia política, ou seja, Marx afirmava que Hegel só conseguiu vislumbrar o lado positivo do trabalho.

Marx<sup>12</sup> compreende que Hegel se colocava no ponto de vista da

economia política moderna concebendo o trabalho como essência do homem que se afirma a si mesmo; ele só vê o lado positivo do trabalho, não seu lado

---

<sup>12</sup>MARX, K. Manuscrito-Econômico Filosóficos. In: *Os Pensadores*. São Paulo. Abril, 1974.

negativo. O trabalho é o vir-a-ser para si do homem no interior da alienação ou como homem. O único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o abstrato, espiritual. O que, em suma, constitui a essência da filosofia, a alienação do homem que se conhece ou a ciência alienada que se pensa isto Hegel toma como sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, resumir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia (1974, p.44).

De modo que Marx considera que a economia política não apresenta a realidade como ela é, ou seja, não demonstra a alienação que existe na própria natureza do trabalho sob o capital. A dialética de Hegel, tal como a economia política moderna, não vê o lado negativo do trabalho, porque só reconhece o trabalho abstrato espiritual. A dialética demonstra o movimento constante e complexo a que está submetida toda a realidade, e para compreender o mundo é necessário entender o desenvolvimento das coisas do pensamento que o idealismo de Hegel não consegue perceber.

As bases materiais são componentes da totalidade social e determinantes das instituições de valores, da ideia dos processos educacionais, enfim, do modo pelo qual o homem organiza a sociedade. O trabalho em sentido preciso, enquanto troca orgânica, se mostra como a base original das relações entre os homens, visto ser em função deste que o homem produz sua própria existência. Mas a totalidade social é mais ampla que o próprio trabalho, e o modo como os homens se organizam para produzir sua existência é composto por relações nas quais atuam categorias dele distintas, entre elas a educação. Nesse sentido Marx assevera que:

Na produção social da própria vida os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações estas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a etapa determinada do desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levantam uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (1985.p, 233).

As relações de produção formam a totalidade social em seu conjunto, decorrente da produção social que corresponde à produção da existência humana no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, na totalidade há uma interação dialética entre a estrutura econômica e a superestrutura a qual correspondem formas de consciência social. Portanto, buscaremos no decorrer dessa exposição compreender os diversos modos de produção existente no desenvolvimento humano e, a partir dessa compreensão, refletir sobre a educação na reprodução dos indivíduos e na vida social.

Entendemos realizar inicialmente uma abstração sobre o modo de produção no sentido empregado por Marx, para, na sequência, apreender a educação inserida no contexto das relações em cada modo de produção em particular.

Dáí supormos ser de grande importância o estudo dos modos e produção e a maneira pela qual os indivíduos estabelecem suas relações sociais a partir deles. De modo que buscaremos, no decorrer desse trabalho, compreender os modos de produção, e a partir dessa compreensão refletir sobre a relação entre educação e os modos de produção, principalmente, o modo de produção vigente.

### **1.1 O modo de produção primitivo**

Marx, ao se debruçar sobre o estudo da economia política, percebeu que cada estágio da sociedade era formado por determinada formação econômica, organização no processo de trabalho e domínio da propriedade. A partir de seus estudos, ele considerou o modo de produção primitivo como sendo o primeiro modo de produção na história dos homens. Assim, Marx<sup>13</sup> descreveu que essa formação social correspondeu a um:

Estágio não desenvolvido da produção em que um povo vive da caça e da pesca, criando animais, ou seja, na fase mais elevada da agricultura. A divisão do trabalho neste estágio é muito elementar ainda, e está limitada a uma extensão da divisão natural do trabalho imposta pela família: a estrutura social é importante, resumida a uma extensão da própria família (1985, p.114).

Portanto, esse modo de produção era baseado no uso coletivo dos meios de produção, nas relações familiares e na cooperação de todos os seus membros. Assim a formação social primitiva, era denominada por Marx de ‘modo de produção comunal’ (1998).

Os homens primitivos garantiam seu sustento através da coleta, da caça e da pesca. Eles dependiam exclusivamente do que a natureza lhes oferecia. Nessa formação social ainda não se fazia presente a divisão social do trabalho. Essa era a forma de relação estabelecida nas formações primitivas. Contudo, essa forma de relação entre os

---

<sup>13</sup>MARX, K. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Trad. João Maia. Paz e Terra &/A. Rio de Janeiro, 1985.

homens e a natureza ocorria segundo Marx, devido, a ‘um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e a natureza’ (1985, p.75).

Imperava aí um processo de igualdade entre todos os membros da comunidade. Devido a esse baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção eram construídas tendo por base relações de amizade e ajuda mútua entre todos os membros da comunidade. A partir do momento em que o homem começa a desenvolver técnicas e mecanismos que pudessem lhe auxiliar para um convívio menos hostil com a natureza, ele passa a modificá-la e a transformá-la de acordo com as suas necessidades.

Para sobreviver, o homem teve a necessidade de ousar e dominar a natureza; para tal, era necessário conhecê-la. Conhecer para que tivesse condições de sobreviver em um ambiente ínfimo. A história do homem primitivo é marcada por situações de penúria, privações e hostilidade da vida primitiva. O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou aos homens, na concepção de Lessa<sup>14</sup>, ‘transformarem a natureza nos produtos necessários a sua reprodução; aumenta, portanto, o poder dos homens frente à natureza, diminuindo, no mesmo grau, a dependência dos homens frente aos processos naturais’ (2005, p.87).

Nessa formação social, a troca existia apenas com a finalidade de satisfazer, de forma direta e imediata, as necessidades existentes no grupo, ou seja, o valor de uso neste modo de produção terminava aí mesmo, com o fim da produção, assim os produtos circulavam apenas com essa finalidade. Em síntese, tudo o que era produzido, circulava na comunidade primitiva, através da relação de dependência pessoal de valores de uso.

Portanto, podemos abstrair que nesse modo de produção, pelo menos em sua formação mais embrionária, essa era a única forma de relação que podia ser estabelecida, isso porque, nesse estrato social, o produto de trabalho era destinado especificamente às necessidades básicas do indivíduo, de forma coletiva. Além do mais

---

<sup>14</sup>LESSA, S. Trabalho e História. In: *Trabalho, educação e formação humana*. Org. MAGALHÃES, Belmira e BERTOLDO, Edna. Maceió, EDUFAL, PPGE, CEDU, 2005.

Lessa nos acrescenta que

a busca cotidiana por alimentos dependia que do que a natureza produzisse, e aqui uma enorme dose de acaso e sorte se fazia sempre presente. Nada garantia que, no ano seguinte, um vale que produzira frutos o fizesse novamente, ou que um rio com peixes viesse a tê-los em quantidades suficientes (2005, p. 85).

Assim o homem primitivo podia dispor do seu tempo de acordo com suas necessidades, decidindo a sua intensidade e durabilidade. Esse homem podia exercer controle sobre o seu tempo de trabalho. Nessa forma de sociabilidade conforme Marx e Engels:

Em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusivamente, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer críticas após as refeições, a meu belprazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico (1998, p.28-29).

Essa concepção de mundo, segundo Marx, perdurou até o momento em que o homem teve a necessidade de inserir novas ‘relações transparentes e racionais entre si e a natureza’ (1985, p.76). Entretanto, até que isso pudesse ocorrer demorou muitos séculos. O processo de evolução se deu paulatinamente. Mesmo que essas transformações tenham ocorrido lentamente, elas são consideradas muito importantes para o desenvolvimento das forças produtivas. A respeito das forças produtivas, Marx evidencia que, elas são ‘condição prática prévia e absolutamente indispensável, pois, sem elas, a penúria se generalizaria’ (1985, p. 31).

Entretanto, necessário se faz esclarecer que essa evolução não aconteceu de maneira uniforme e imediata em todas as localidades. Mas foi graças ao deslocamento da população e a sua fixação em áreas favoráveis às suas necessidades de subsistência que ela foi se propagando. Assim, não podemos deixar de mencionar a existência de dois elementos considerados relevantes para esse desenvolvimento: a invenção da agricultura e a domesticação dos animais. Portanto, esses elementos podem ser considerados enquanto elementos que caracterizaram a formação primitiva, e ao mesmo tempo podem ser postos enquanto elementos, que resultaram na sua desagregação.

Os indivíduos que compunham esse modo de produção agora passam a encontrar-se em diferentes estádios de civilização. Uns evoluíram mais rápido, outros

menos, ou seja, algumas comunidades assimilaram melhor as técnicas, costumes, e acabaram por se favorecer em seu processo de adaptação ao meio e as circunstâncias locais. Portanto, a evolução e a ultrapassagem desse modo de produção não são consideradas como sendo uniforme, ou seja, ela passou por várias etapas até atingir a sua dissolução.

Essa dissolução se dá a partir do momento em que houve um considerável aumento das forças produtivas, possibilitando a esses homens produzir mais do que era necessário (excedente). Como resultado desse excedente, a produção agora se destinava à troca de mercadorias. Marx esclarece que:

Tão logo as coisas se tornem mercadorias no exterior da comunidade, tornaram-se também, por repercussão, mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantidade de troca é, portanto, inteiramente causal. São permutáveis em que pela vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida pouco a pouco a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante relação da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca (1985, p.82).

A partir de Marx é possível visualizar que a comunidade primitiva estava adentrando em uma nova formação social. Os indivíduos agora tinham a necessidade de produzir valores de uso e, conseqüentemente, valores de troca, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas já acenava com essa possibilidade. É nesse momento, segundo Marx, que

consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativamente, em que se trocam, dependente de sua própria produção (1985, p. 82).

Assim, graças ao aperfeiçoamento dos utensílios, do desenvolvimento social do trabalho, da domesticação dos animais, da descoberta da agricultura, aliados ao desenvolvimento das forças produtivas, que se materializaram as condições econômicas necessárias que acarretariam na desagregação da estrutura organizacional da comunidade primitiva. Assim sendo, quando o homem reuniu todas essas condições, entrou em dissolução o modo de produção primitivo, e surge outro modo de produção. Trata-se do escravismo, do qual trataremos mais adiante. Agora passaremos a abordar a educação na formação primitiva.

### 1.1.2 A educação na formação social primitiva

A partir da necessidade que o homem tem para garantir sua sobrevivência, ele percebe que é necessário formar a si mesmo para atuar diante da situação que se encontrava em relação à natureza. Então, nesse processo de autoformação, ele começa a transmitir os conhecimentos adquiridos, mediante sua própria vivência, aos demais membros de sua comunidade.

Evidentemente que nas comunidades primitivas não se faziam presentes a propriedade privada, e muito menos a produção do excedente, sendo possível verificar que o estudo formal e sistematizado ainda não existia na comunidade primitiva. Entretanto, os povos primitivos educavam-se e deixavam para as futuras gerações suas técnicas, seus comportamentos sociais e valores necessários, que foram suficientes para garantir sua sobrevivência diante de um ambiente inóspito, devido aos poucos conhecimentos que tinham sobre a natureza. Como não existia uma divisão de classe, tudo era realizado de forma conscientemente coletiva. Isso implica dizer que o grau de desenvolvimento das forças produtivas era tão baixo, que esses indivíduos dependiam até dos fenômenos naturais para garantir e satisfazer suas necessidades mais básicas. Nessa forma de dependência, os povos primitivos<sup>15</sup> sabiam que para suprir suas necessidades não dependiam exclusivamente deles, mas principalmente de um processo que lhes era estranho, e que estava além de seu alcance.

A respeito da educação nesse tipo de formação social, Enguita (1989) relata que a educação nas comunidades primitivas é caracterizada pela espontaneidade, acontecendo no e pelo trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, Ponce<sup>16</sup> descreve que a educação na formação social primitiva:

Deriva da estrutura homogênea do ambiente social, identifica-se com os interesses comuns do grupo, e se realiza igualitariamente em todos os seus

<sup>15</sup>George Luckács entende que a educação é uma das categorias de reprodução do ser social. Em sentido lato 'existe desde as sociedades mais primitivas e distintamente da educação animal, que cria comportamentos e habilidades que permanecerão constantes por toda a vida. Na educação dos homens, ao contrário, o essencial consiste em torná-los aptos a reagir adequadamente a eventos e situações imprevisíveis, novas, que apresentar-se-ão mais tarde em suas vidas'. Junto a esta o desenvolvimento social produz a educação em sentido estrito. LUKÁCS, G. *Per l' ontologia dell' essere sociale*. Roma, Riuniti, (1981,p.152).

<sup>16</sup>PONCE. A. *Educação e Luta de Classe*. Trad. José Severo de Camargo Ferreira. São Paulo, Cortez, 1982.

membros de modo espontâneo e integral: espontâneo na medida em que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na referida comunidade era possível explorar (1982, p.18).

É certo que na sociedade primitiva a educação não tinha um caráter centralizador. Supomos que isso se deva ao fato de que o modo de produção nessa sociedade era muito baixo, e que havia outras instituições que acabavam mediando essas relações sociais. Conforme Enguita, essas relações sociais podiam ser:

Os jogos ou as frátrias de adolescente, marcando seu desenvolvimento por um ou outro rito de iniciação. Em alguns casos a iniciação de crianças e adolescentes é responsabilidade de adultos em geral dos anciãos; em outras de estruturas mais ou menos fechadas de parentescos ou da família, que é de qualquer forma uma estrutura ampliada (1989, p.105).

A partir do exposto, podemos compreender que essa transição era caracterizada por uma espécie de rituais de iniciação, geralmente precedidos ou acompanhados por um processo educativo formal, com finalidade de inserir os jovens nos saberes necessários, ao convívio em idade adulta, ou seja, preparar os indivíduos para o convívio social consistia num processo educativo que outras instituições sociais como a família, as associações civis, políticas ou religiosas podiam desempenhar. De modo que o processo educativo se dava no contexto dos agrupamentos familiar e tribal e tinha como objetivo integrar os indivíduos nesse contexto social.

Com Enguita podemos perceber que esse tipo de conhecimento do qual essa formação social necessitava, a escola não podia oferecer. Mesmo porque nessa formação social a instituição escolar não existia, pois aquela era marcada por uma relação social comunal, ou seja, os povos na formação social primitiva aprendiam fazendo. Conforme Enguita, as 'diretrizes e os conhecimentos necessários para seu trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho' (1989, p.105). Porém, é possível identificar que apesar do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, a educação aqui se mostra enquanto esfera particular, diferente do trabalho, ou seja, ela se mostra relativamente separada do processo do trabalho.

Nesse sentido, essa forma de ensinamento nos possibilita compreender que a educação e a aprendizagem funcionavam como uma espécie de socialização, transmitida diretamente de uma geração à outra. Isso acontecia mediante uma aprendizagem *in loco*, sem a necessidade de um conhecimento sistemático e organizado. Pois nesse tipo de

sociedade, prevalecia o comunismo primitivo, vivido por todos os membros da sociedade, em condição de igualdade. Isso acontecia devido à carência generalizada e à distribuição em partes iguais de tudo que era obtido pelo grupo, disso resulta, uma diferença social mínima. Ou seja, essa diferença social mínima se dava no sentido puramente fisiológico, isto é, uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos).

Trata-se de uma economia em que as forças produtivas do trabalho são mínimas sob tais condições, o intercâmbio econômico é totalmente limitado, pois cada grupo de indivíduos irá satisfazer apenas as suas necessidades básicas. Como produziam apenas para suprir suas necessidades, o excedente até o momento não se constituía como objeto de riqueza, e como dissemos anteriormente, isso acontecia devido ao baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Daí que cada grupo de indivíduos produzia, quase que ao mesmo tempo, o mesmo tipo de produto, havendo assim pouca demanda local pelo excedente.

Portanto, mesmo que nas comunidades primitivas, não tenham se configurado a propriedade privada, e a produção excedente, a educação já se fazia presente, sendo realizada através do coletivo, ou seja, através de uma experiência de vida prática no próprio grupo através do trabalho. As várias formas de conhecimento sobre o trabalho, o treino físico e até a higiene, podiam ser consideradas como forma de ensinamentos dos mais velhos para com os mais novos. Esses ensinamentos eram necessários, pois tanto os meninos como as meninas, chegando à fase da adolescência, seriam submetidos a uma série de rituais chamados de iniciação. Esses rituais eram necessários para que os jovens demonstrassem todo o seu conhecimento sobre a tribo.

Entretanto, essa forma de educação, em que se aprendia fazendo a partir da experiência do outro, foi se modificando com o passar do tempo, e deixou de existir à medida que a comunidade primitiva foi lentamente se transformando em uma sociedade de classes, e a propriedade, que era comum a todos os indivíduos, passou a ser propriedade privada. A comunidade primitiva durou mais ou menos trinta mil anos, e no seu interior tiveram início os elementos que futuramente iriam causar sua dissolução. Quando o homem primitivo conseguiu domesticar os animais e introduzir o sistema de agricultura, houve efetivamente a possibilidade de essa comunidade avançar para outras

regiões, podendo buscar lugares menos inóspitos, e, portanto, apropriados para servir de abrigos.

Assim para Ponce:

As modificações introduzidas na técnica – especialmente a domesticação dos animais e o seu emprego na agricultura, como auxiliares do homem – aumentaram de tal modo o poder do trabalho humano, que a comunidade, a partir desse momento, começou a produzir mais do que o necessário para o seu próprio sustento. Apareceu um excedente de produtos, e o intercâmbio desses bens, que até então era exíguo adquiriu tal vulto que se foram acentuando as diferenças de fortuna (1982, p. 24).

Lessa afirma que a descoberta da agricultura ‘possibilitou aos homens acumularem reservas de alimentos e, por esta via, aumentou a possibilidade de sobreviverem a secas, inundações, incêndios etc.’ (2005, p.87). Importante também salientar que, foi através da descoberta da agricultura que se tornou possível a fixação dos povos primitivos em determinadas áreas, visto que, antes dessa descoberta, os homens eram considerados nômades, sendo também possível desenvolver instrumentos de metal, a fabricação de utensílios de barro, que lhes permitia acumular alimentos.

Assim, a partir dessas descobertas, alteram-se também o modo de produção e conseqüentemente as relações entre as forças produtivas, que caracteriza a formação social primitiva. Conforme Marx<sup>17</sup>, ‘quanto menor o número das necessidades naturais a serem absolutamente satisfeitas e quanto maior a fertilidade do solo e a excelência do clima, tanto menor o tempo de trabalho’ (1985b, p. 108). Nessa dinâmica o modo de produção social se transforma à medida que o homem exerce controle em relação à natureza. Surge assim a posse da propriedade privada, que implicará na divisão de classes mediante determinadas funções, predominando a autoridade do patriarca sobre os demais subordinados. Evidentemente que a principal transformação que contribuiu para a extinção desse modo de produção na sociedade primitiva reside no fato de que a ação do homem sobre a natureza possibilitou a produção de bens que ultrapassou as necessidades básicas desses indivíduos.

É nesse momento que surge o excedente econômico, ou seja, a comunidade primitiva estava começando a produzir mais do que necessitava para a manutenção de

---

<sup>17</sup>MARX, K. *O Capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1985b.

suas necessidades. Cumpre ressaltar que é a partir da produção excedente que teve início a exploração do homem pelo homem. E como consequência dessa exploração, frente ao trabalho surge a sociedade dividida em classes sociais complexas e distintas. Com o aparecimento do excedente econômico houve uma profunda mudança no desenvolvimento e no modo de vida do homem; é lógico que essas transformações afetariam também a estrutura social como um todo, pois, com o aumento do rendimento, o trabalho passa a adquirir valor econômico.

Agora a comunidade primitiva começava a dar sinais de profundas mudanças. Conforme assinala Ponce:

Na sociedade primitiva, a colaboração entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços sanguíneos; na sociedade que começa a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocederam diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que impunha o poder do homem sobre o homem (1982, p.24).

Portanto, com base no autor, podemos perceber que a partir do instante em que não existe mais interesse coletivo dos membros dessa comunidade, efetivamente a educação que era comum a todos, passa a ser tratada de forma distinta. Porém quando se efetiva a relação de dominação e submissão, e isso ocorre mediante a posição que cada indivíduo ocupa na produção, Ponce esclarece que 'já não é mais possível confiar à educação das crianças a orientação espontânea do seu meio ambiente' (1982, p.27).

De forma clara e concisa, Ponce enfatiza que:

Desde esse momento, os fins da educação deixaram de estar implícitos na estrutura total da comunidade. Em outras palavras: com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros iguais de um grupo e a sua substituição por interesses distintos, pouco a pouco antagônicos, o processo educativo, que até então era único, sofre uma partição: a desigualdade econômica entre os organizadores cada vez mais exploradores – e os executores cada vez mais explorados – trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas (1982, p.26).

A partir daí a educação passa a ser ofertada de forma diferenciada, de modo que os filhos daqueles indivíduos que organizavam determinados segmentos na esfera social recebiam instrução diferenciada dos filhos daqueles indivíduos que agora executavam as tarefas, os explorados.

Portanto, mediante o exposto, podemos pressupor que foi a partir da propriedade privada que se materializaram as condições de exploração do homem, através da exploração do trabalho humano. Isto implica dizer que no momento em que entrou em cena o processo de acumulação, de exploração e da propriedade privada, entrou em cena também o processo de desagregação da comunidade primitiva, dando origem à sociedade escravista.

Podemos então constatar que a educação na sociedade primitiva era dada de forma coletiva, isto é, sem sofrer nenhuma fragmentação, isto porque, nessa forma de sociedade, não existiam distinções entre classes sociais e os indivíduos que constituíam essa sociedade tinham relações sociais iguais. Evidentemente que numa sociedade sem classes, os fins da educação estavam condicionados aos interesses comuns de todos os membros dessa sociedade, não havendo nessa formação social nenhuma barreira social que pudesse interferir na forma de relação comunal. De modo que todos os indivíduos mantinham o mesmo tipo de relação social. Por isso, a educação era posta como igualitária entre todos os membros e se dava no contexto dos grupos familiares ou das tribos, tendo como objetivo integrar os indivíduos ao contexto social dessa sociedade. Dessa forma, o homem primitivo era educado no e pelo trabalho, com todas as atividades que lhes eram peculiares.

Entretanto, quando ocorre a transformação da comunidade primitiva em sociedade dividida em classes, a educação passa a assumir princípios diferentes da comunidade primitiva. Ponce relata que a educação tem como fins específicos:

A luta contra as tradições comunais tribais, a inculcação da ideia de que as classes dominantes só pretendem assegurar a vida dos dominados, e vigilância atenta para extirpar e corrigir qualquer movimento de protesto da parte dos oprimidos (1982, p.36).

Agora a educação já não pode ser posta igualmente para todos os indivíduos da futura sociedade. E são os indivíduos, proprietários dessa nova sociedade que terão a tarefa de fazer com que os indivíduos não proprietários aceitem a ideia de que essa desigualdade entre ambas seja vista como natural, ou seja, conforme Ponce, como uma ‘desigualdade imposta pela natureza das coisas, uma desigualdade, portanto, contra a qual seria loucura rebelar-se’ (1982, p.36).

## 1.2 O modo de produção escravista

Diferentemente da formação vista anteriormente, o escravismo pode ser considerado como sendo o primeiro modo de produção a estabelecer o conceito de propriedade privada. Marx revela que ‘a propriedade privada, propriamente dita, começa entre os povos antigos, com a propriedade mobiliária (Escravatura e comunidade) (*dominum ex jure quiritum*)’(1985, p.73). No entanto, essa formação social será caracterizada por duas classes sociais: a primeira, constituída basicamente pelos cidadãos livres, os proprietários; e a outra classe, constituída pelos chamados não-cidadãos, os escravos. Estes últimos formavam a maioria da população.

Durante o período antigo tanto o grego como o romano, configurava-se esse tipo de relacionamento: de um lado, a aristocracia, que detém a propriedade privada da terra; e no outro polo, os escravos. Daí essa configuração do modo de produção escravista, pois o trabalho era realizado predominantemente pelos escravos. Nessa formação social, as relações sociais aconteciam mediante a dominação e a sujeição da classe dos escravos, sob o domínio do seu senhor. A sujeição desses indivíduos era posta enquanto uma relação natural entre essas duas classes sociais, ou seja, acreditava-se que essa sujeição advinha da natureza. No entanto, acreditamos que essa relação não pode ser concebida enquanto um estado natural de sujeição. No item anterior mostramos como ocorreu a transformação da relação entre o homem e a natureza. Essas relações se deram a partir de um processo histórico evolutivo, que perdurou por milhares e milhares de anos, sendo particular a essa formação social, determinada por Marx como forças produtivas.

Por reiteradas vezes já citamos a importância da força produtiva para as formações sociais, o seu modo de produção e a sua evolução. Evidentemente que foi devido a essa evolução que o homem pôde se desenvolver enquanto ser histórico, tornando melhores as suas condições de sobrevivência e conseqüentemente, da sua espécie. Engels<sup>18</sup> esclarece que foi nesse período, primitivo que se deu o desenvolvimento das forças produtivas e

a força do trabalho do homem se tornou apta a produzir consideravelmente, e como essa fase do desenvolvimento é, no essencial, a mesma em que

<sup>18</sup>ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil. 2002.

nasceram a divisão do trabalho e a troca entre os indivíduos. Não demorou muito a descobrir a ‘grande verdade’ de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo (2002, p. 196).

A partir de Engels torna-se mais fácil compreender que foi no modo de produção escravista, que se consolidou a exploração de uma classe sobre a outra classe, enfim, a classe dos explorados e a classe dos exploradores. A classe dos explorados era constituída por escravos; esses escravos eram utilizados como se fossem instrumentos de trabalho, uma vez que, constituíam a base econômica dessa formação social, ou seja, os senhores eram proprietários da força de trabalho (os escravos), dos meios de produção (terra, gado, minas, instrumentos de produção), além de se apossarem do próprio produto de trabalho.

Nesse modo de produção, conforme Marx, ‘os homens fizeram frequentemente, do próprio homem, na figura do escravo, a matéria original do dinheiro, porém nunca a terra’ (1985, p.82). Isso ocorre porque, nessa formação social, as forças produtivas ainda não se encontravam desenvolvidas o suficiente; isso só iria acontecer na formação que sucederia essa sociedade, o feudalismo, quando a terra passa a ser tratada de forma diferente, como veremos mais adiante.

O homem proprietário era o homem do ócio, a ele era reservado o direito de não fazer uso do trabalho braçal; sendo este considerado desprezível, cabia a esse homem a reflexão e o exercício da cidadania. No entanto, retomando o ponto anterior em relação à naturalidade da escravidão para essa formação, gostaríamos de ressaltar que a natureza não produziu proprietários e não proprietários.

Acreditamos que isso seja fruto do desenvolvimento social, e que este esteja ligado às transformações ocorridas no processo de trabalho, ou seja, é fruto de um processo histórico pautado na formação do trabalho. Pois, com o fim do trabalho coletivo nas formações sociais primitivas, este se apresenta no escravismo agora não mais como trabalho coletivo, apesar de existir enquanto meio de subsistência. O trabalho agora passa a se dá a partir da exploração de uma classe sobre a outra. Nesse processo de autoconstrução do homem, o trabalho irá refletir a história dos homens, a partir da sua organização produtiva.

Marx<sup>19</sup> esclarece que:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens transformam o seu modo de produção, e ao transformá-lo, alteram a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nós dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalismo industrial (1989, p. 106).

Aqui Marx revela que as relações sociais podem ser afetadas, devido a um maior desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, a partir do momento em que o homem saiu de sua condição de caçador e coletor, adentrando numa nova relação social e econômica, marcada pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada, ele alterou profundamente as suas relações sociais, principalmente na esfera do trabalho. Marx descreve em *A Ideologia Alemã* que:

As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento em que cada uma delas se encontra no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e às relações internas. Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação, pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho (1998 p. 11-12).

Portanto, cada formação social condiciona uma forma particular de intercâmbio, não podendo ser determinada por uma escolha individual do indivíduo, mas sim pelo grau do desenvolvimento da divisão do trabalho. De modo que essa formação social pôde se perpetuar por muito tempo, mas logo acontece o seu declínio entre os romanos. Num certo grau de desenvolvimento, a formação escravista entra em crise, e o Império entra em decadência, resultando em uma lenta transformação do processo de trabalho, passando agora a ser baseado em uma relação servil.

Podemos compreender que o desenvolvimento de um modo de produção, poder visto a partir de duas maneiras: a sua evolução, e também a sua dissolução, ou seja, a evolução de um modo de produção implicará consequentemente na dissolução do outro. Foi assim que aconteceu a ultrapassagem do modo de produção escravista para o modo de produção feudal. Ainda tratando do modo de produção escravista, passaremos agora a abordar a educação nessa formação social.

---

<sup>19</sup>MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo. Global, 1989.

### 1.2.1 A Educação na formação social escravista

Com o declínio das formações primitivas, teremos o surgimento da escola enquanto instituição, que na formação social grega se desenvolvera como Paideia enquanto forma de educação destinada aos homens livres. É a partir da sociedade escravista que surge oficialmente a propriedade privada dos meios de produção e conseqüentemente a forma de exploração do homem pelo homem, dando origem à histórica luta de classes, que nessa formação social se travava entre a classe dos proprietários de escravos e a classe dos escravos.

Nessa forma de sociedade, o tempo (ócio) era considerado como a perfeição do homem livre, ao passo que o trabalho manual era tido como desprezível. Seguindo essa linha de pensamento, podemos compreender que é nessa forma de sociedade, originada a partir da propriedade privada, que a educação passa a ser ofertada fragmentariamente para atender aos anseios da classe detentora do poder.

Essa era a estrutura socioeconômica dessa sociedade, visto que as atividades manuais eram indispensáveis, mas eram feitas apenas pelos escravos, restando ao homem livre apenas as atividades contemplativas e intelectuais. Desse modo, podemos compreender que a força que movia a economia dessa sociedade, era constituída pelo braço escravo. Ou seja, o ócio era privilégio para os poucos que não precisariam preocupar-se com a sua própria subsistência. Não é por acaso que a palavra grega escola (*scholé*) significava o lugar de ócio.

Os ricos jovens eram levados à escola conduzidos por escravos, que nesse período eram chamados de pedagogos (aquele que conduz), e que posteriormente passaram a ser chamados de preceptores. Esses escravos, os não cidadãos, eram responsáveis pelo trabalho que garantiria suporte para a permanência daqueles denominados cidadãos (os proprietários), além de contribuir para a manutenção dessa sociedade.

Em relação ao papel que a educação desempenhava nessa formação social, podemos observar atentamente as palavras de um dos maiores economistas clássicos de

nossa historia, Smith<sup>20</sup>: ‘na República da Grécia todo cidadão livre recebia instrução em exercícios, ginásticas e em música’ (1996, p.130). De modo explícito o autor explica o porquê dessas instruções.

Vejamos,

com os exercícios de ginásticas tencionava dar têmpera a seu corpo, aguçar sua coragem e prepará-lo para a fadiga e outros perigos da guerra; ora, já que a milícia grega, segundo todos os relatos, era uma das melhores que jamais existiram no mundo, essa parte de sua educação pública deve ter atendido em cheio seus propósitos (1996, p.130).

Considerado um dos grandes defensores do liberalismo, o autor poderá nos ajudar melhor na compreensão de como a educação passou a ser tratada nas sociedades que sucederam a comunidade primitiva. O autor nos fornece elementos que nos servem de base para interpretar essa forma de pensamento, afirmando que a música ensinada através da escola tinha como função ‘humanizar a inteligência, moldar o caráter, e prepará-lo para cumprir todos os seus deveres sociais e morais da vida pública e privada’ (1996, p.130).

É possível identificar nas palavras do autor que nessa forma de sociedade a educação tem por finalidade moldar o indivíduo de acordo com seus interesses, de modo a atender a esse modo de produção. Mas, apesar de a educação possuir essa característica de docilidade, uma ressalva faz-se necessária: não eram todos os indivíduos que podiam recebê-la, apenas os indivíduos da mais alta classe social. Assim, é possível compreender que nesse tecido social as diferenças eram consideradas normais e insuperáveis. O escravo jamais poderia ascender à classe dos proprietários, os senhores.

Aos escravos cabia-lhes o trabalho e aos seus senhores cabia exercer o seu poderio conforme a educação recebida. Disto depreende-se que essa forma de educação dualista não é fruto de nossa sociedade contemporânea, pois ela já se configura na formação social escravista. Mas seria enganoso negar que foi a partir dela e do advento da revolução industrial aliada à expansão do capital, que ela foi se transformando e se aperfeiçoando, de modo a atender às necessidades da nova ordem mundial na contemporaneidade.

---

<sup>20</sup>SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. São Paulo. Nova Cultural, 1996.

Portanto, a sociedade que sucede a primitiva irá surgir devido à produção do excedente, foi mediante essa produção de excedente que houve a possibilidade de o indivíduo proprietário, extrair do indivíduo não proprietário (escravo) o subproduto. Uma ressalva se faz necessária a respeito da sociedade primitiva: é que ela não conheceu os horrores da escravidão. Não fazia parte de seu costume manter os membros de outras tribos vencidas nas lutas como escravos.

Daí presume-se que não havia necessidade de manter o inimigo dominado para ser explorado. Pois, quando esses povos iam à guerra, matavam seus inimigos, ou, de acordo com determinadas tribos, praticava-se a antropofagia. Entretanto, a partir do excedente a relação social começa a se transformar; é em nome do excedente que o homem começou a escravizar seus pares com o intuito de explorá-los. É quando a sociedade passa a se estruturar através da força e da violência.

Marx assevera que:

Tão logo, porém, os povos cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesses preponderantes, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho (1985, p.191).

De acordo com Marx é verificável que o regime de escravidão, não mais acontecia com o aprisionamento dos guerreiros vencidos; agora ele se alastrava por toda a comunidade, tornando os indivíduos não proprietários em escravos. A respeito desse alastramento no regime escravista, Netto e Braz<sup>21</sup> fazem duas ressalvas importantes. A primeira diz respeito aos povos do Extremo Oriente, vejamos:

Especialmente no Extremo Oriente, constitui-se uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político central um Estado, que se responsabilizou pela construção de obras hidráulicas de grande porte (drenagem, irrigação) e manteve em suas mãos o controle da terra e da agricultura; ali formas políticas despóticas combinaram-se com uma estagnação social que acabou por garantir uma enorme perdurabilidade histórica àquela articulação, designada de modo de produção asiático (2007, p.57).

A segunda ressalva diz respeito aos povos ocidentais, onde essa formação social imperou até o tombamento do Império romano;

Na sociedade escravista, as relações sociais eram presididas pelo antagonismo entre escravos e proprietários. Mas havia, além dos poucos segmentos livres (artesãos, por exemplo) a que aludimos subgrupos que serviam aos proprietários, ligando-se a tarefas administrativo-burocráticas (coletas de impostos, cobrados de agricultores e mercadores) ou repressoras (combate às rebeliões de escravos). Por outra parte, o escravismo compatibilizou-se bem com as formas imperiais: com as conquistas de novos territórios, os proprietários obtinham novos escravos e coletavam mais tributos dos dominados (2007, p.65-66).

Entendemos que não nos cabe aqui abrir um espaço para discutir a regionalização do modo de produção escravagista, ou seja, onde ocorreu geograficamente esse modo de produção. Entretanto, entendemos que este desenvolvimento, se manifestou em todos os lugares onde existiu esse modo de produção, sob a mais horrenda forma de servidão, num aumento do número de escravos e da construção de obras, possibilitando a pilhagem das áreas conquistadas.

De modo que não nos compete aqui, polemizar sobre o espaço geográfico em questão; o que queremos enfatizar é que, não importa, pelo menos neste momento, onde ocorreu: se na Grécia antiga, se em Roma, ou então em outra localidade, mas por certo que foi em algumas dessas localidades que se instauraram e se desenvolveram as suas bases. Isso porque a economia da sociedade escravista conforme Marx, ‘fez-se da violência, da guerra, da pilhagem, do banditismo etc., a força motriz da história’ (1998, p.14).

Nesse modo de produção, o trabalho era realizado sob a coerção aberta e o excedente era produzido pelo produtor direto (escravo) que lhe era subtraído mediante a violência real e potencial. De acordo com Marx,

o sobretrabalho mostra-se tenebrosamente na Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho (1985, p.190).

Mediante o exposto podemos considerar que, sem sombra de dúvidas, o escravismo representou uma das fases mais horrendas da história da humanidade, mas, apesar de todos os seus horrores, ele propiciou ao homem as condições de sair da antiga barbárie e adentrar no estágio de civilização.

No entanto, Marx e Engels consideram que:

<sup>21</sup>NETTO, J.P e BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo. Cortez, 2005.

O escravismo continuou sendo à base de toda a produção. Os plebeus, situados entre os homens livres e os escravos, nunca chegaram a elevar-se acima das condições de Lumpenproletariat. Além disso, Roma nunca ultrapassou o estágio de cidade; estava ligada às províncias por laços quase unicamente políticos, que por sua vez poderiam romper, evidentemente por acontecimentos políticos (1998, p.15).

O auge do escravismo identifica-se com o auge do Império Romano e, conseqüentemente, a crise do Império será a derrota do escravismo. Mas para ultrapassar a ínfima produtividade do escravismo seria necessária outra forma relação de produção mais elevada. Nesse sentido, nossos autores revelam que:

Os últimos séculos do Império Romano em declínio e a conquista dos próprios bárbaros aniquilaram grandes massas de forças produtivas. Os últimos séculos do Império Romano em declínio e as conquistas dos próprios bárbaros aniquilaram grandes massas de forças produtivas; a agricultura havia declinado, a indústria entrara em decadência por falta de mercado, o comércio se reduziu ou era interrompido pela violência, a população, tanto rural quanto urbana tinha diminuído (1998, p.16).

Sobre o modo de produção escravista podemos depreender que é a partir desse modo de produção que tem início a classe dos proprietários. Estes podiam gozar do ócio, através da escola, cabendo à classe dos não proprietários produzir a riqueza necessária aos proprietários de terra, primeiramente como escravos e posteriormente como livres (assalariados). Estes últimos iriam continuar explorados mesmo tendo se tornado, trabalhadores assalariados livres.

Portanto, nessa forma de sociedade a ociosidade era considerada como um estado de perfeição do sujeito livre. O ócio surge para estes indivíduos que, ao se livrarem do trabalho braçal, passaram a refletir sobre novos instrumentos de trabalho, novas matérias-primas e novas técnicas. A educação passa então a ser ofertada de forma distinta, os filhos dos proprietários recebendo-a de forma diferenciada dos filhos dos não proprietários. Entretanto, para além dos saberes comuns entre as distintas classes, foi preciso criar uma organização social que pudesse desempenhar essa função, de ensinar conhecimentos diferentes a pessoas diferentes, ou seja, a escola. A escola que surgiu nessa formação social foi para educar os filhos da aristocracia, visto que o escravo não era considerado cidadão, portanto, ele não podia receber o mesmo tipo de educação.

Evidentemente que essa forma de organização social só poderia ter ocorrido no âmbito da sociedade escravista, pois se ao homem livre cabia o papel da reflexão e da

meditação, a quem caberia a execução do trabalho braçal, a não serem os escravos? Com o fim da formação social escravista, e conseqüentemente do seu modo de produção, surge uma nova formação social com o seu respectivo modo de produção. Estamos nos referindo à formação social feudal, da qual passaremos agora a tratar.

### **1.3 O Modo de produção feudal**

Dentro de uma seqüência evolutiva do processo de trabalho, pudemos observar que o trabalho e as relações sociais foram se transformando ao longo dos séculos. A partir das comunidades primitivas, os homens produziram bens que constituíam valores de uso em prol de toda a coletividade; assim eram também as suas relações sociais, assentadas em princípios de igualdade entre os seus membros.

O trabalho humano e a ação do homem sobre a natureza propiciaram bens que posteriormente, foram produzidos não mais para atender às necessidades básicas da comunidade, tribo, clã etc. No momento em que o homem pôde sair da situação em que se encontrava diante de um ambiente hostil, ele teve a necessidade de modificar também a sua forma de relacionamento entre si e a natureza. Agora ele já não dependia exclusivamente dela para sobreviver. Através dos conhecimentos adquiridos, ao longo dos anos ele pôde interagir com a natureza e produzir instrumentos de que pudesse retirar seu sustento.

Nesse processo de interação com a natureza ele saiu de uma relação de cooperação mútua para adentrar em uma nova relação estruturada na exploração e na propriedade privada. Essa forma de organização do processo de trabalho passa a não mais atender às necessidades de produção de consumo dessa sociedade, surgindo assim uma forma de organização no processo do trabalho que irá determinar as novas relações sociais, agora entre os servos e os senhores.

A propriedade feudal é caracterizada por Marx e Engels como sendo a terceira forma de propriedade. Conforme os autores, ela é 'resultado de vários elementos' (1998, p.15). Esclarecem os autores que:

Enquanto a Antiguidade partia da cidade e de seu pequeno território, a Idade Média partia do campo. A população existente, esparsa e dispersamente distribuída por uma vasta superfície, que os conquistadores praticamente não

aumentaram, condicionou essa mudança de ponto de partida. Ao contrário do que ocorreu na Grécia e em Roma, o desenvolvimento feudal se inicia em um território bem maior preparado pelas conquistas que estas inicialmente ocasionaram (1998 p. 15-16).

Porém, quando se encontrava em completa formação, passou a apresentar uma estrutura hierarquizada de propriedade fundiária, adquirida conforme os autores (1998, p.78), na ‘influência da organização militar dos germanos’. No campo sob o domínio dos nobres havia pequenos os camponeses. Os camponeses produziam seus meios de subsistência e confeccionavam seus próprios instrumentos de trabalho. Todavia, ao tempo que produziam seus próprios meios de subsistência, eles produziam paralelamente a riqueza dessa sociedade, além de sustentar todo o clero e os cavaleiros que lutavam para assegurar o direito à propriedade. A sociedade feudal, segundo Hubberman, ‘consistia de três classes: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, e o homem que trabalhava produzia para as outras classes, eclesiásticas e militares’ (1985, p. 11). Pode-se compreender, a partir de Hubberman que mesmo o regime de escravidão sendo abolido é possível identificar seus traços nessa nova formação social, apesar de o escravismo não constituir a base das relações sociais econômicas. Agora, a relação social<sup>22</sup>, se assentava num regime de servidão.

Hubberman nos mostra que nessa sociedade existiam vários graus de servidão. Supomos que esses vários graus de servidão sejam fruto de uma linearidade das forças produtivas, como vimos anteriormente. Os povos bárbaros conquistaram o Império Romano, mas essa conquista não significou que todas as áreas conquistadas resultassem em um único grau de desenvolvimento das forças produtivas, como dissemos anteriormente.

Tomando por base as palavras de Marx e Engels:

A conquista termina rapidamente em todos os lugares e, quando nada mais existe, é preciso, certamente, começar a produzir. Decorre dessa necessidade de produzir, que se manifesta muito cedo, que a forma de comunidade adotada pelos conquistadores que se instalam deve corresponder ao estágio de desenvolvimento da força de produção que eles encontraram e se, de início se assim não for, a forma de continuidade deve transformar-se em função das forças produtivas (1985, p. 77).

A partir do que os autores expuseram podemos compreender que, durante o período de transição do escravismo ao feudalismo, essa forma de transição não tenha acontecido em sua organização como pronta e acabada. Para justificar nosso

pensamento, mais uma vez iremos nos reportar aos autores, que de maneira clara explicam tal fato:

O feudalismo não foi absolutamente trazido pronto e acabado da Alemanha, mas teve sua origem da parte dos conquistadores, na organização militar do exercito durante a conquista, organização essa que se desenvolveu depois da conquista, sob o efeito das forças produtivas encontradas nos países conquistados, para somente então se tornar o feudalismo propriamente dito (1998, p. 78).

Foram necessários muitos anos para que a sociedade escravista adentrasse no modo de produção feudal. No início do feudalismo, a formação econômica acontecia sem muita utilização do uso do capital, isso porque, além de os feudos se caracterizarem como auto-suficientes, a sua produção era voltada basicamente para o consumo. Hubberman descreve que:

O servo e sua família cultivavam seu alimento e com as próprias mãos fabricavam quaisquer mobiliários de que necessitassem. O senhor do feudo logo atraia a sua casa os servos que demonstravam ser bons artífices, a fim de fazer os objetos de que precisava. Assim, o estado feudal era praticamente completo em si fabricava o que necessitava e consumia seus produtos (1985, p. 26).

Donde, se pode perceber que nesse modo de produção, pelo menos em sua formação inicial, os indivíduos ainda eram proprietários do seu meio de trabalho, ou seja, cada indivíduo exercia uma profissão particular, todos dependendo das atividades dos outros nesse processo. O homem dominava o trabalho, e a troca era a condição necessária para a subsistência dessa sociedade. De modo que o produto do trabalho não pode ser considerado como mercadoria, pois ainda não existiam todas as condições necessárias para que isso pudesse acontecer, a exemplo da divisão social do trabalho.

Marx nos explica o porquê de não se considerar o produto do trabalho como sendo mercadoria. Vejamos suas considerações:

O camponês da Idade Média produzia trigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o dízimo se tornam por causa disso,

<sup>22</sup>Mas foi difícil aos historiadores delinear todos os matizes das diferenças entre os diversos tipos. Havia os “servos de domínios”, que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo e não apenas dois ou três dias na semana. Havia camponeses muito pobres chamados “fronteiriços”, que mantinham pequenos arrendamentos de um hectare, à orla da aldeia, e os ‘aldeãos’, que nem mesmo possuíam um pequeno arrendamento, mas apenas uma cabana (1985, p.16). HUBBERMAN, L. *História e Riqueza dos Homens*. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

mercadoria. Para se tornarem mercadorias, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio de troca (1985, p. 49).

Vê-se claramente que nessas condições esse tipo de produção não se caracterizava como exploração tipicamente capitalista. O trigo, acima mencionado por Marx, destinava-se a um mercado restrito, na maioria das vezes, local. No entanto, a partir do século XII, essa forma de comercialização começa a mudar. O pequeno comércio interno passa a dar lugar a mercados maiores; a ampliação desses mercados resultou na dissolução da economia do feudalismo, ou seja, a economia que era considerada autosuficiente transforma-se em dinheiro. Surge assim o desenvolvimento do comércio, que implicou futuramente mudanças significativas para a produção mercantil simples. Hubberman descreve que:

À medida que o riacho irregular do comércio se transformava em correntes caudalosas, todo pequeno broto da vida comercial, agrícola e industrial recebia sustento, e florescia. Um desses efeitos mais importantes do aumento do comércio foi o aparecimento das cidades (1985, p. 35).

Agora não interessava mais ao camponês que a lã de suas ovelhas fosse trocada para obter apenas comida; o camponês levava todos os seus produtos para os grandes centros e com isso surgem as cidades. E as cidades, para Marx e Engels, ‘constituem o espaço da concentração da população, dos instrumentos de produção do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento’ (1998, p.56). A respeito da oposição campo x cidade, nossos autores esclarecem que:

Ela é a expressão mais flagrante da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho a uma determinada atividade que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um indivíduo um animal das cidades e do outro um animal dos campos, tanto um quanto o outro limitado, e faz renascer a cada oposição de interesses entre as duas partes (1998, p. 56).

A partir dos esclarecimentos dos autores podemos abstrair que essa oposição campo x cidade significou a separação entre a propriedade fundiária e o capital, ou seja, após o começo do desenvolvimento do capital. Esse desenvolvimento inicial ocorreu através da formação de uma classe, a classe dos comerciantes. Essa classe de comerciantes irá transformar parte do excedente em mercadorias. Assim, a relação entre a produção e a circulação, começa a se desenvolver, fazendo com que a produção seja transformada em mercadoria. Nesse sentido, o produtor irá cada vez mais destinar seus produtos ao mercado, passando a depender cada vez mais dele.

Então, dentro do modo de produção feudal, constata-se o surgimento acentuado da divisão social do trabalho, que foi responsável pela expansão dos mercados, possibilitando a valorização do capital comercial. Importante se faz esclarecer que juntamente com o capital comercial, nesse modo de produção configurou-se também o capital usurário (ver item 1.3.1).

Portanto, foi a partir do modo de produção feudal que as cidades puderam se organizar e se tornar produtivas. Nas cidades crescia o artesanato, agora organizado em corporações, ou seja, uma pequena forma de produção independente na qual o produtor detinha a posse das condições objetivas do processo de trabalho. De igual modo, no campo predominava também a pequena produção independente, a agricultura. Logo as cidades começam a se articular umas com as outras através de seu comércio, transferindo para as outras a sua forma organizacional do trabalho e dos instrumentos. Como resultado dessa articulação surge os burgos (cidades), e a burguesia passa a se organizar enquanto classe social contra a nobreza enclausurada em seus castelos.

Assim Marx e Engels descrevem como ocorreu essa organização. Vejamos:

A oposição às relações existentes e também o modo de trabalho que essa oposição condicionava transformou ao mesmo tempo as condições de vida de cada burguês em particular, para fazer delas condições de vida comuns a todos os burgueses e independentes de cada indivíduo isolado. Os burgueses tinham criado essas condições na medida em que estavam determinados por sua oposição ao feudalismo existente (1998 p. 60-61).

Foi a partir da comunicação existente entre as várias cidades que a burguesia pôde transformar os seus interesses estritamente particulares em condição de classe social. Assim sendo, a burguesia enquanto classe social desenvolve-se paulatinamente. Conforme nossos autores:

Ao mesmo tempo em que lhes são dadas as condições próprias para isso; por sua vez ela se divide em diferentes frações, segundo a divisão do trabalho, e acaba por absorver em seu âmbito todas as classes proprietárias já existentes (enquanto ela transforma em uma nova classe o proletariado, a maioria da classe não proprietária e uma parte dessa classe até então em proprietários), na medida em que todas as propriedades existentes são convertidas em capital comercial ou industrial (1998, p. 61).

Essas medidas foram necessárias para que a classe burguesa pudesse existir enquanto classe social; por isso foi preciso que ela se unisse às demais formações sociais. Entretanto, essa união culminou com a formação de uma classe social que, mais

tarde, seria a classe explorada pelo capital. Para justificar essa união da classe burguesa, Marx e Engels relatam que:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que trava uma luta comum contra uma outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe (1998, p. 61).

Posto isso, torna-se mais fácil compreender o porquê de a burguesia se constituir como classe social e dominante, pois os métodos usados para o cercamento de suas terras, para fins de acumulação privada, foram formados por um pacto da então classe emergente com a pequena e a média nobreza feudal, sem deixar de mencionar que o Estado Absolutista dispunha das armas capazes de promover os cercamentos a seus extremos. Nesse sentido a classe burguesa passa a gozar de determinados cargos públicos e mediante a administração de seus gestores o comitê executivo da burguesia, passa a promover o massacre dos trabalhadores rurais; estes por sua vez, se encontram incapacitados para resistir politicamente à repressão do Estado.

Tudo isso foi necessário para que esta classe se reunisse às demais e pudesse defender seus interesses. É essa classe que aspira obter mais poder político para salvaguardar seu poder econômico, passando a assumir determinados cargos administrativos e, posteriormente, como agente financiador das despesas da realeza. Com o processo de ordenação da formação burguesa, as concepções de mundo começam a ser abaladas, de modo a surgir uma nova concepção de mundo capaz de fundamentar e traduzir seus interesses e objetivos.

Porém, essa forma de ascensão burguesa sob o feudalismo não se deu antes que os camponeses fossem destituídos de suas terras, pois, enquanto esses camponeses puderam fabricar seus artigos para serem vendidos nos mercados, por certa quantia suficiente apenas para suprir as suas necessidades, eles não trabalharam para outros. Mas, no instante em que esses trabalhadores se viram despossuídos de suas terras e de suas ferramentas de trabalho, foi preciso que eles vendessem seu trabalho a outros. De acordo com Hubberman, quando esses trabalhadores

foram separados desses meios de produção é que procuraram trabalhar para outras pessoas. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de

conseguir recursos para comprar alimentos, roupas e abrigos, de que necessitavam para viver (1985, p. 174).

Queremos aqui ressaltar mais uma vez a importância que têm as forças produtivas para um determinado modo de produção. Como afirmamos por reiteradas vezes, cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas correspondem a uma nova forma de relação no modo de produção. Quando a produtividade passa a não mais estar em sintonia com as forças produtivas, o modo de produção existente, se este não sofre uma adaptação, poderá entrar em decadência, até a sua supressão.

Com isso queremos dizer que o capital em seu processo de formação não originou a massa de trabalhadores não proprietários além do mais; ele não criou seus próprios pressupostos. Não estamos afirmando isso porque temos por intento advogar em defesa do capital, mas a própria citação anterior demonstra isso. Todos esses pressupostos foram criados ainda no embrião do modo de produção feudal. Para tal, na proporção em que estavam sendo criadas essas condições, expropriavam-se os meios de produção dos trabalhadores, tornando-os completamente desprovidos de toda e qualquer forma de propriedade, a não ser a força física de seu corpo.

De modo que, quando os camponeses que ainda conviviam em uma relação de servidão foram expulsos das terras para dar lugar à pastagem, segundo Hubberman, eles o foram porque os donos das propriedades estavam,

interessados apenas em arrancar maiores lucros da terra. Se pudessem ganhar mais dinheiro não fechando as propriedades, não teriam fechado. Ocorria, porém, o contrário. Arthur Young, em sua viagem por Shropshire em 1776, assinala isso. “As rendas, com o fechamento geralmente se duplica... .. A cinco quilômetros de Davernny, perto de Bramson, foi feito um fechamento que tem apenas um ano ... ..O campo aberto dava de 6 a 9 xelins o acre; agora, a renda é (por arrendamento) de 20 a 30 xelins (1985, p. 176). (grifos do autor).

Portanto, quando os proprietários de terras expulsavam os camponeses, não os estavam expulsando de modo a favorecer a indústria, através da sua força de trabalho; faziam isso porque estavam interessados apenas em arrancar maior lucratividade de sua propriedade, com o seu arrendamento. Bebendo na fonte própria de Marx, vejamos como ele descreveu esse período de expropriação do camponês:

O último grande processo de expropriação dos lavradores de base fundiária é finalmente a assim chamada *Clearing of Estates* (clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses até agora

observados culminaram no ‘clarear’. Trata-se, agora que já não há camponeses independentes para serem varridos, de ‘clarear’ os *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavravam. Mas o que *Clearing of Estates* significa em sentido próprio, vamos aprender apenas na terra prometida da moderna literatura de romance, na alta Escócia. Lá que é executado com um só golpe (na Irlanda, os senhores fundiários conseguiram varrer várias aldeias ao mesmo tempo, na alta Escócia trata-se de áreas do tamanho de ducados alemães) – e finalmente pela forma especial da propriedade fundiária usurpada (1985b, p. 271).

Desse movimento de expropriação resultou um contingente de pessoas desprovidas de quaisquer meios de subsistência, passando a perambular pelas ruas das cidades em decorrência de terem se tornados ‘vagabundos’ segundo a legislação sanguinária. De modo que não interessava aos proprietários se a produção de alimentos iria cair, ou iria aumentar a fome, se os preços dos alimentos iriam aumentar ou não. Pouco importava a estes se a expropriação traria um grande contingente de pessoas desempregadas, que iriam migrar para a cidade em busca de emprego. Além do mais, conforme esse processo de transformação social, os poucos trabalhadores rurais que conseguiam emprego na cidade tinham ainda de passar por um processo de adaptação, ao ritmo da manufatura, completamente diferente do ritmo da agricultura.

Assim podemos dizer que a expropriação transformou os trabalhadores rurais em trabalhadores desempregados nas cidades, resultando assim em uma legião de mendigos, vagabundos e ladrões. Além do mais, eles foram tratados como sendo a escória da sociedade. Mas o tratamento usado para combater esta nova forma de pobreza, de modo algum foi o combate às causas estruturais da pobreza - expropriação dos meios de produção, propriedade privada - mas sim uma punição sobre os pobres, de maneira que a questão social<sup>23</sup> foi tratada como misericórdia religiosa, compaixão, ou ainda, como um caso político.

Portanto, o conjunto de leis que puniu os expropriados da terra e dos meios de produção não foi oriundo da mão invisível do mercado. A força monopolizadora do

---

<sup>23</sup>A “questão social” originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos se organizam, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de suas condições de trabalhadores (p.170). PIMENTEL, Edlene. *Uma questão Social? Raízes Materiais e Humano Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje*. Maceió, EDUFAL, 2007. outro, os produtores diretos em trabalhadores em assalariados (1985, p. 252).

Estado pode ser considerada responsável pelo doloroso e longo parto do sistema capitalista. Parto esse que deu origem aos burgueses, proprietários dos meios de produção, e aos trabalhadores livres, retirados da terra de modo a formar uma massa de trabalhadores disponível no mercado, como se fossem mercadorias, para o uso do consumo produtivo do capital. Com isso a proletarização dos trabalhadores rurais destituídos de seus meios de produção abre caminho para o surgimento de um modo de produção genuinamente capitalista, capaz de subsumir os trabalhadores à lógica do capital.

Há pouco evidenciamos que o capital não produziu um contingente de pessoas despossuídas de bens materiais, até porque esses elementos foram se constituindo no seio do próprio feudalismo, como acabamos de mencionar. Contudo, estaríamos fadados ao erro se não mencionássemos que esse processo, ou esses elementos da separação do trabalhador, proporcionou a possibilidade para os grandes proprietários acumular riqueza, sob a forma de capital, adquirindo assim as condições de produção de um lado, e do outro, a força do trabalho, disponível com o trabalhador.

Com isso, estava aberto o caminho para que o capital pudesse se consolidar enquanto sistema econômico. Nesse sentido, Marx afirma que

tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação – capital não pode ser outra coisa que o processo da separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por

Portanto, no sistema capitalista já consolidado a força do trabalho do homem torna-se uma mercadoria, e como toda mercadoria, não é produzida para que fique apenas exposta em vitrines, precisam ser trocadas por produtos de valor igual. A força de trabalho também se torna mercadoria ao ser trocada por dinheiro. De forma categórica, Marx assevera que ‘o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador’ (1985, p.253).

Em síntese, para que o trabalhador produza a sua força de trabalho é necessário que pelo menos ele tenha mínima, condições de comer, vestir, dormir. Então, a partir do momento em que o capital teve a sua estrutura sedimentada ainda no interior do modo

de produção feudal, ele pôde se desenvolver e reproduzir novas relações de modo a se expandir, ajustando o novo trabalhador, agora não mais o artesão. Por conseguinte, quando o capitalismo rompe com os laços de terra existentes na sociedade feudal, como, por exemplo, o uso da terra, ele institui o contrato e o salário, surgindo assim o modo de produção capitalista, do qual trataremos no item 2.1. Agora passaremos a tratar da educação na formação social feudal.

### **1.3.1 A Educação na formação social feudal**

Após a derrocada do Império Romano, a humanidade passou a vivenciar o feudalismo. Foi um período em que a economia não era controlada pelos aristocratas, e o poder do Estado era fragmentado, entre os senhores feudais, que se apropriava do trabalho excedente dos camponeses através da instituição de tributos. Marx afirma que ‘a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela’(1985b, p.262). E mais adiante, acrescenta que:

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, ‘por toda parte enchiam inutilmente casa e castelo’. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa (1985b, p.264).

Durante a vigência do feudalismo, os detentores do poder eram os nobres, e a maioria da população encontrava-se a seu dispor, seja no campo (os camponeses) ou nas vilas (os artesãos). Os servos formavam a classe dos dominados e trabalhava para o senhor feudal, de modo que eram livres para trabalhar para si próprio, durante o tempo em que não estivesse labutando nas terras do senhor feudal. Além do mais, a eles cabiam pagar impostos sobre o uso da propriedade do senhor feudal. E ao senhor feudal era permitido apropriar-se de parte de tudo o que era produzido pelos servos.

Hubberman descreve como era a condição de vida em que se encontrava esse trabalhador livre:

O camponês vivia numa choça do tipo miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terras espalhadas, conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado. Quando havia pressa, como em época de colheita, tinha primeiro que segar o grão nas terras do senhor. Esses 'dias de dádiva' não faziam parte do trabalho normal. Mas isso não é tudo. A propriedade do senhor teria que ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro (1985.14).

Há pouco evidenciamos como ocorreu a passagem do escravismo ao feudalismo, e que essa ultrapassagem se deu mediante a supressão da classe dos escravos. Então, como pôde surgir em seu lugar outro modo de produção com características iguais a sociedade escravista? Primeiramente queremos ressaltar que no feudalismo, o regime de escravo não se configurava em sua plenitude como um regime escravista. Ou seja, o servo era considerado como homem livre. Ele era tido como homem livre, por não ser considerado escravo, mas, mediante essa relação, ele se encontrava preso à terra.

A grande propriedade de terra, agora se encontrava dividida em duas partes, de modo que ambas as partes eram trabalhadas pelos servos; uma parte era exclusivamente do senhor feudal e a outra parte era dividida entre os servos. O servo, ao receber sua gleba de terra, não podia deixar de produzir e nem dela ser expulso, cabendo também a ele trabalhar na propriedade do senhor feudal e paralelamente na sua terra, além de entregar parte de tudo o que era produzido.

Mediante essa relação de mutualismo entre servo e senhor feudal, Hubberman demonstra que:

Na verdade chamava-se de 'servos' a maioria dos arrendatários da palavra latina servus, que significa 'escravo'. Mas eles não eram escravos, no sentido que atribuímos à palavra quando a empregamos. Se o escravo era parte da propriedade e podia ser comprado ou vendido em qualquer parte, a qualquer tempo, o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora da sua terra. Seu senhor poderia transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava apenas que o servo teria novo senhor; ele próprio, porém, permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve (1985, p.35).

A respeito da relação entre servo e senhor feudal, o autor nos expõe que:

O servo trabalhava a terra e o senhor manjava o servo. E no que se relacionava ao senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade. Na verdade, no século XI, um camponês francês estava avaliado em 38 soldos, enquanto um cavalo valia 100 soldos!

Da mesma forma que o senhor ficaria aborrecido com a perda de um boi, pois dele necessitava para o trabalho da terra, também o aborrecia a perda de qualquer de seus servos – gado humano necessário ao trabalho na terra (1985, p.17).

#### Para Hubberman, o feudalismo

repousa sobre uma organização que, em troca de proteção, freqüentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias, e concedia terras não a quem a cultivava, mas aos capazes dela se apoderarem (1985, p.24).

Portanto, sob tais circunstâncias, podemos afirmar que a base econômica do feudalismo denominado de sistema senhorial tinha como pressuposto manter os servos presos à terra, sendo estes quem sustentava o modo de vida e a bonança do senhor feudal ao mesmo tempo bancavam também o clero<sup>24</sup>. Mas o sistema feudal começa a demonstrar sinal de enfraquecimento a partir da substituição dos tributos feudais por uma espécie de renda que foi capaz de propiciar o crescimento da economia mercantil e o recuo da opressão política, religiosa e econômica sobre o campesinato.

Decorre daí o deslocamento da coerção jurídico-política para uma forma de poder centralizador e militar, o absolutismo. A partir do feudalismo, a economia e a política estavam associada, mas a partir do Estado Absolutista a economia passa a adquirir uma autonomia. Nesse sentido, o Estado Absolutista irá consolidar o pensamento dos senhores feudais e a revolta dos servos, devido à situação de exploração a que eram submetidos, tornando-se bastante eficaz no combate à mobilização dos camponeses. No entanto, apesar de o absolutismo ter contribuído para a redução do poder da nobreza e para a centralização do poder nas mãos de uma única pessoa, o rei, ele irá possibilitar a abertura de maior espaço de influência por parte dos comerciantes e mercadores que haviam se transformado nos financiadores do Estado Absolutista.

Durante o período do sistema feudal deve ser sublinhada a existência de outras classes intermediárias, além dos servos e dos senhores feudais. São elas: a classe dos

---

<sup>24</sup>Hubberman esclarece que o clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinham. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo da terra.

mestres, os donos de oficinas que tinham permissão para exercer o ofício de mestre; e os aprendizes, jovens submissos aos mestres. Cumpre observar que estas relações irão ocorrer principalmente entre os indivíduos dessas classes, ligados à crescente atividade comercial, que com o decorrer dos tempos passa a alcançar um alto nível de organização social. Com isso irão surgir as corporações de ofício ou guildas, ou seja, os indivíduos organizados nas suas respectivas profissões ligados ao comércio.

Assim, esses indivíduos passaram a se organizar em grupos de trabalhos, como corporações de alfaiates, ferreiros, sapateiros, entre outras. Por certo que essa forma de associação servia para incentivar o aumento e a forma de organização da produção, mas também não podemos deixar de mencionar que essa forma de associação servia ao, mesmo tempo, para fixar<sup>25</sup> os preços dos produtos, fiscalizar a quantidade de matérias-primas que eram necessárias à produção e controlar os salários dos trabalhadores.

Entretanto não podemos deixar de levar em consideração que, apesar de o capitalismo não estar totalmente concretizado, as relações existentes nas guildas não se constituíam como relações simples. Desse modo, supomos que isto se deva ao fato de existir certa hierarquia entre seus membros, visto que as relações aconteciam no interior da oficina, que era de propriedade do mestre artesão e, conseqüentemente, também dono de toda a matéria-prima, além dos instrumentos de trabalho.

É importante também destacar que nessa forma de hierarquia, se encontravam os jovens aprendizes, que estavam sob o rígido domínio da orientação do mestre. E na proporção em que aumentava o número da população, a ascensão dos jovens aprendizes se tornava cada vez mais relativa, fazendo com que as famílias que não tinham condições de fornecer uma educação básica a seus filhos através do trabalho, os enviassem para fazer intercâmbio com outras famílias, para que no futuro pudessem ter uma profissão.

---

<sup>25</sup>Conforme Beuad, 'Nós acumulamos tesouros, ganhamos grandes riquezas. De tanto desprezar e oprimir as pessoas pobres. É assim que enchemos nossos bolsos. Nós faremos os pobres tecelões trabalharem a preços baixos. Encontraremos defeitos, quer existam quer não, de maneira a encurtar ainda mais o salário deles. Se os negócios forem mal, eles perceberão logo; mas se houver uma melhora, eles nunca saberão. Nós lhes diremos que o tecido já não se vende mais nos Países de além-mar, e que quase não nos importamos em continuar a vender. Depois será a vez dos fiandeiros. Nós o faremos fiar três libras de lã em vez de duas. É assim que adquirimos nosso dinheiro e nossas terras: graças a essas pobres pessoas que trabalham dia e noite' (2004, p.45). BEUAD, Michel. *História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias*. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo. Brasiliense, 2004.

Enguita esclarece que é possível perceber que na Idade Média há incapacidade parcial por parte de algumas famílias em lidar com a iniciação dos jovens aprendizes nas relações sociais. Acrescenta que:

Era comum que os jovens nobres que serviam em casa de uma família alheia fossem colocados a cargo de um preceptor, assim como os artesãos que acolhiam as crianças alheias para ensinar-lhes o ofício comprometiam-se ensinar-lhes a ler e escrever ou enviá-las à escola, embora, em ambos os casos, o ensino literário desempenhava um papel marginal. Os filhos dos aristocratas podiam aprender as primeiras letras no colo das mães, mas de qualquer forma não iriam muito, além disso. Quanto aos artesãos, a aprendizagem literária era para eles muito secundária e, no concernente aos camponeses, os poucos que acudiam a uma escola eram apenas doutrinários nos tópicos religiosos e morais em voga (1989, p.108).

Fica evidenciado, a partir da contribuição do autor, que nessa forma de sociedade a educação não desempenhava papel importante, pois as relações de produção existente não requisitavam dela um papel mais relevante, sendo observável, também nesse período, o papel fundamental que as famílias desempenhavam na formação e instrução dos jovens.

Esse forte papel desempenhado pela família também pode ser compreendido nesse mesmo período. Só que a família original recebia os filhos ou filhas de outra família para que estes pudessem aprender novos ofícios. Para explicar como tal fato acontecia Enguita descreve em seu livro um relato da época:

A falta de coração dos ingleses manifesta-se particularmente em sua atitude para com seus filhos. Após havê-los tido em casa até os sete ou nove anos (entre nossos autores clássicos, sete anos é a idade em que as crianças deixam as mulheres para incorporar-se à escola ou ao mundo dos adultos), e colocam-nos, tanto os meninos quanto as meninas, no duro serviço das casas de outras pessoas, às quais as crianças ficam vinculadas por um período de sete a nove anos (portanto, até a idade de quatorze anos a dezoito anos, aproximadamente). São chamados então de aprendizes. Durante este tempo desempenhavam todos os ofícios domésticos. Há poucos que evitam este tratamento, pois qualquer que seja sua fortuna enviam seus filhos às casas de outros enquanto recebem por sua vez crianças alheias (1989, p.106).

Portanto, é possível concluirmos que durante esse período essa forma de intercâmbio era necessária: como mencionamos anteriormente, a escola desempenhava um papel secundário, através do ensino das primeiras letras e do ensino religioso. Salienta Enguita que ‘esta era a via normal de aprendizagem, enquanto a escola, pelo

menos além das primeiras letras, ficava reservada para os que estavam chamados a ser copistas ou algo similar (1989, p.106).

No entanto, essa forma de organização social começa a se transformar a partir do momento em que se tem o aumento da população urbana, surgindo uma nova classe intermediária. Nesse momento, começa-se a vislumbrar o principal agente da sociedade capitalista, o burguês. E esse estrato social passa a dedicar-se às atividades comerciais como os artesãos, mercadores ou mascates. É esse estrato social que irá determinar a formação heterogênea da sociedade burguesa.

É importante que se faça uma ressalva: a classe burguesa não se dedicava exclusivamente às atividades comerciais, apesar de que foi com essa atividade que ela começou a se destacar. A nova classe emergente praticava uma atividade econômica que em nada agradava ao clero, a usura, ou seja, a prática de conceder dinheiro emprestado. E as pessoas que recorriam a tal prática eram obrigadas a pagar, juntamente com o dinheiro que tomaram emprestado, os juros. Juros esses que ajudariam a classe burguesa futuramente a tornar-se uma classe dominante.

Evidentemente que essa forma de atividade econômica na sociedade capitalista era considerada como uma atividade normal. Entretanto, para a sociedade em questão essa prática era considerada como crime grave, principalmente para aquela instituição em que sua palavra se tornava lei<sup>26</sup> para todos os cristãos. Essa instituição era a Igreja. Através do ensinamento religioso o homem aprendia o que era certo e o que era errado. Essa forma de ensinamento religioso encontra-se explicitada em Hubberman. Vejamos o que ele nos relata sobre isso:

Emprestar dinheiro a juros, dizia ela, era usura, e a usura era PECADO. A palavra vai em letras maiúsculas, porque assim era considerado qualquer pronunciamento da Igreja naquela época. E um pronunciamento que ameaçasse com a danação eterna aqueles que violavam tinha particular importância. Na época feudal, o espírito do

<sup>26</sup> Para Beaud, a Igreja cuidava da manutenção da ordem no campo das idéias. Erasmo está no índice desde 1559. Giordano Bruno, outro grande humanista, é queimado como herege em 1600. Campanella passa vinte e sete anos na prisão entre, 1599 e 1629. Galileu, que publica em 1632 seus Diálogos sobre os principais sistemas do mundo, é forçado pela Inquisição em 1633 a abjurar seus erros e heresias' (1985, p.42).

povo era maior do que hoje. Mas não era apenas a Igreja que condenava a usura. Os governos municipais, e mais todos os governos dos Estados, baixaram leis contra elas (1985, p.36-37).

Portanto, em uma sociedade em que o comércio ainda era considerado incipiente, não se delineava a possibilidade de se emprestar dinheiro a juros. Nas palavras de nosso autor:

A possibilidade de investir dinheiro com lucro praticamente não existia, se alguém desejava um empréstimo, certamente não tinha por objetivo o enriquecimento, mas precisava dele para viver. Tomava-o emprestado simplesmente porque alguma desgraça ocorresse (1985, p.39).

Todavia, apesar de a Igreja ser desfavorável à usura, visto que a considerava como um pecado, na prática ela (seus membros) agia não em conformidade com o que era pregado. Segundo Hubberman:

O que dizia e o que fazia, porém, eram duas coisas totalmente diferentes. Embora os bispos e reis combatessem e fizessem leis contra os juros, estavam entre os primeiros a violar tais leis. Eles mesmos tomavam empréstimos, ou os faziam, a juros exatamente quando combatiam outros usurários. Os judeus, que geralmente concediam empréstimos a juros enormes porque corriam grandes riscos, eram odiados e perseguidos, desprezados em toda parte como usurários. Os banqueiros italianos emprestavam dinheiro (1985, p.41).

De modo que é possível perceber que essa forma de atuação da Igreja irá limitar a formação do comércio, (porém sem impedi-la), bem como a sua expansão, e isso tudo em um período, em que a Europa começava o seu domínio além-mar. A nova classe emergente tinha agora a necessidade de expandir os seus negócios, e isso só era possível através de concessão de empréstimos. Hubberman relata que:

Pode recorrer aos empréstimos, aos judeus, como Antônio o mercador, o mercador de Veneza, recorreu a Shyloc, o judeu. Ou podia procurar comerciantes maiores - alguns dos quais haviam deixado de comerciar com mercadorias para comerciar com dinheiro - e que eram os grandes banqueiros do período (1985, p.41).

As considerações de Hubberman nos permitem compreender que não era muito fácil para os banqueiros usurários desempenhar bem a sua função, pois a lei da Igreja (apesar de ser dúbia) constituía-se como um obstáculo para a classe comerciante. Mas mesmo assim, com alguns obstáculos, com o decorrer do tempo a doutrina religiosa acabou sendo vencida, e isso se deu paulatinamente. Hubberman demonstra de forma bastante esclarecedora como se deu essa passagem:

A prática comercial diária mostra que a utilidade do uso de uma soma considerável de dinheiro não é pequena nem permite dizer que o dinheiro por si mesmo não frutifica, pois sequer os campos frutificam sozinhos, sem gastos, trabalho e indústria dos homens; o dinheiro, da mesma forma, ainda que deva ser devolvido dentro de um prazo, proporciona nesse período um produto considerável pela indústria do homem. E por vezes priva a quem empresta tudo aquilo que traz a quem o toma emprestado. Portanto, toda a condenação, todo o ódio à usura, devem ser compreendidos como explicáveis à usura excessiva e absurda, não a usura moderada e aceitável (1985, p.41).

Nesse sentido, tornou-se mais fecundo admitir a existência da usura, a partir da sua justificativa, como o descrito acima ‘da usura moderada e aceitável’. Com isso a doutrina imposta pela Igreja pouco a pouco foi desaparecendo, prevalecendo a prática comercial; e não desapareceu apenas a doutrina católica, mas em nome do novo modo de produção e do desenvolvimento comercial, foram sendo relegadas, as leis, crenças, e principalmente as relações pessoais, tudo em nome da nova forma de organização econômica que estava se consolidando.

Cumprido observar que é a partir da classe de comerciante, que existiu a possibilidade e os elementos necessários para que, a partir do século XVI, esta nova classe se organizasse e posteriormente derrotasse o sistema feudal, ou seja, os interesses dessa nova classe se chocaram com os interesses da nobreza feudal. É mediante esse choque de interesses entre ambas as classes que a burguesia pôde sair-se vitoriosa dessa batalha. Nas palavras de Marx, ‘a velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era filha de seu tempo, para o qual o dinheiro era o poder dos poderes’ (1985, p.264).

Ou seja, o Estado Absolutista<sup>27</sup> que durante muito tempo foi de suma importância para a manutenção da emergente classe burguesa, agora se tornara um entrave para o seu desenvolvimento. A classe burguesa tratou imediatamente de derrotá-lo. Evidentemente que estamos nos referindo à revolução burguesa.

É a partir da hegemonia que a classe burguesa irá conquistar no campo das ideias, que ela teve condições de se organizar como classe social e sair vitoriosa da luta

---

<sup>27</sup>Conforme Netto e Braz, o Estado Absolutista representou a resposta à rebeldia dos servos: seu caráter de classe mostrou-se óbvio – foi um notável reforço para combater as mobilizações camponesas. No entanto, esse instrumento repressivo a serviço da nobreza fundiária se constituiu reduzindo o poder dos nobres tomados singularmente; na verdade, concentrando o poder político nas mãos de um deles (o rei, que, até então, detinha uma reduzida autoridade), diminuiu significativamente a capacidade interventiva do senhor feudal.

que dissolveu o antigo regime. Tendo acumulado grande parte de capital com atividade comercial e rentista, como vimos anteriormente, a classe burguesa toma para si o controle do Estado, que então se unificava e se tornava uma espécie de máquina política centralizadora, monopolizadora dos interesses, através da coerção. Promovendo no campo o cercamento das terras comunais, e nas cidades a destruição das corporações de artesãos, expropriando e apropriando-se dos meios de produção do trabalho.

Nesse sentido Marx, assevera que:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os alvares da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações européias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China etc. Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parceiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica (1985b, p.285-286).

A partir do descrito, pode-se compreender por que foi necessário recorrer ao uso brutal da força. Em se tratando dos ideais burgueses, era preciso que houvesse a gestação desse novo homem público, que acreditava na existência do Estado e que este traria condições de um convívio harmonioso, em condições de igualdade a todos os seus membros. Portanto, diferentemente do sistema feudal, o novo homem, agora passa a preocupar-se consigo e com as suas necessidades de sobrevivência; ele é detentor de novos conhecimentos e novas habilidades, e foram esses novos valores que desencadearam a derrocada do modo de produção feudal e a ascensão do modo de produção capitalista.

A necessidade de novos produtos, aliada à expansão mercantilista, fez com que o sistema feudal se tornasse incapaz de atender às exigências produtivas dessa nova sociedade. Este fato acarretou também a insuficiência do modo de produção nas oficinas de corporações, visto que agora se exige uma produção em maior quantidade para suprir

as necessidades das grandes cidades. Desse modo, a produção nas corporações passa a ser substituída pela manufatura.

Marx e Engels<sup>28</sup> asseveram que:

A organização, até aí feudal ou corporativa da indústria, já não era suficiente para a procura que crescia com novos mercados. Substituiu a manufatura. Os mestres das corporações foram desalojados pela classe industrial; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu ante a divisão do trabalho dentro de cada uma das próprias oficinas (1982, p.108).

Postos os fundamentos acima, é possível compreender que a manufatura consolidou uma etapa do processo de industrialização, de tal modo que a produção ultrapassou as fronteiras do além-mar. Com isso, conforme Marx e Engels:

As diferentes nações entraram numa relação de concorrência, iniciaram uma luta comercial que foi travada por meio de guerras, de direitos aduaneiros protecionistas e de proibições, ao passo que anteriormente só tinham praticado entre si, quando mantinham relações, trocas inofensivas. Daí por diante o comércio passa a ter uma significação política (1998, p.65).

Isso levou as nações a ajustarem alguns mecanismos, tais como taxa alfandegárias, direito protecionistas, e até a proibirem exportações, tudo isso para proteger seus mercados internos. A descoberta de outros continentes, além-mar como, as Índias e o continente americano aumentou substancialmente a procura por produtos manufaturados, procura esta que as forças produtivas já não podiam satisfazer.

Portanto, essa forma de produção pré-industrial precisava ser destituída, como a fora. E como resultado dessa destituição, surge a organização social burguesa. Para Marx, nos lugares onde deteve o poder ela destruiu todas as formas de relação feudal (1985). De modo que essa classe social que agora desponta para o mundo passa a requerer uma nova estrutura, e para tal irão ocorrer mudanças em todas as esferas da sociedade. Na nova formação social, assentada em classes sociais distintas, a educação receberá tratamento especial, pois é necessária uma forma de organização mais racional e específica para o comércio, para a produção, e principalmente para o controle do trabalho excedente. No início dessa formação social a educação restringia-se ao clero e

---

<sup>28</sup>MARX, K. ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa. Avante progresso, 1982.

à nobreza; já aos servos a educação era dada nas escolas monásticas, e destinava-se à plebe, objetivando a integração do campesinato à doutrina da Igreja católica, com a finalidade de mantê-los dóceis e conformados com a sua situação.

Com o surgimento dessa nova classe, a educação passa a ser incorporada ao projeto da classe burguesa, através do discurso de uma escola universal, pública, laica e gratuita para todos. A escola passa a ser vista como um elemento capaz de fornecer aos indivíduos os conhecimentos necessários de que a indústria necessita. Nesse sentido, Marx assevera que:

Com o aumento das invenções e a crescente procura pelas máquinas recém-inventadas, desenvolveu-se cada vez mais, por um lado, a separação da fabricação de máquinas em diversificados ramos autônomos, por outro lado, a divisão do trabalho no interior das manufaturas que constituíam as máquinas. Vislumbramos, portanto, na manufatura o fundamento técnico imediato da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta superou o artesanato e a manufatura nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. A produção mecanizada ergueu-se, portanto, de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada. Em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma de criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção (1985b, p.14).

Diante das transformações ocorridas a partir das necessidades da classe burguesa, houve o desenvolvimento e o incremento da maquinaria, e para lidar com tais ferramentas, o trabalhador iria necessitar de uma nova forma de instrução que pudesse fazer com que ele tivesse condições de lidar com esse novo instrumento de trabalho, que poderia proporcionar um maior aumento na produção e, portanto, uma maior lucratividade para o proprietário, além de possibilitar um manejo da maquinaria de maneira adequada.

Na verdade, a partir do momento em que a educação se tornou um elemento à disposição da classe burguesa, de modo a preparar o homem para atender a um novo modelo de produção, ela passa a ser objeto de domínio da referida classe. Diante de tais restrições, é esta classe que irá determinar a quem se destinará o acesso ao conhecimento, em que circunstâncias ele deverá ocorrer. Assim, as várias funções do processo produtivo passam a ser valorizadas sob diferentes níveis, ou seja, as tarefas manuais passam a receber remuneração mais baixa. Por outro lado, conforme a hierarquia traçada pela classe burguesa, as tarefas tidas como intelectuais possuem melhores remunerações salariais. Ainda conforme o pensamento da referida classe, isto

ocorre porque o trabalho intelectual demanda maior tempo de estudo e custo de aprendizado, daí receber maiores salários.

Contudo, devemos sublinhar que o trabalho manual é constituído pela maioria da força de trabalhadores; isso irá conduzir o capitalismo a nivelar os salários dos trabalhadores bem abaixo de sua qualificação, generalizando assim a renda do trabalhador. Desse modo o conhecimento passa a ser fragmentado para atender à classe burguesa e à classe trabalhadora.

Engels<sup>29</sup>, ao estudar as condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, é enfático ao dizer que sua instrução é totalmente desprezada, visto que o governo e os capitalistas não se preocupam com a sua formação intelectual, pois se a

burguesia só lhes deixa viver o estritamente necessário, não nos espantaremos ao constatar que só lhes concedam o grau de cultura que o seu próprio interesse exige. E na verdade não é muito. Comparado com o número da população, os meios de instrução são inacreditavelmente reduzidos. Os raros cursos dados durante a semana à disposição da classe trabalhadora só podem ser freqüentados por uma minoria reduziíssima de pessoas, além do mais, não valem nada. A maioria dos professores, operários aposentados e outras pessoas incapazes de trabalhar, que só se dedicam ao ensino para poderem sobreviver, possuem os conhecimentos suficientes para poder julgar, só suportam os inconvenientes. Em parte algumas exigem freqüência escolar obrigatória. De resto, muitas crianças trabalhavam durante toda a semana em casa ou nas fábricas, não podendo frequentar a escola. Porque as escolas noturnas, aonde deviam ir os que trabalhavam durante de dia, quase não têm alunos, estes não tiram dela proveito algum. No seu colossal orçamento de 55, 000,00 de libras esterlinas, o governo prevê apenas um ínfimo crédito de apenas 40.000 libras esterlinas para as instituições públicas; e se não fosse o fanatismo das seitas religiosas, cujos inconvenientes são importantes, como os melhoramentos que introduz aqui e ali, os meios de instrução ainda assim seriam mais miseráveis (1985, p.130-131).

Do descrito por Engels, podemos identificar as principais críticas ao sistema de ensino. A primeira diz respeito ao aspecto econômico. A classe trabalhadora irá depender dos interesses da classe detentora do poder (classe burguesa), sendo esse condensado e limitado, devido aos limites que esta classe impõe sobre o conhecimento. A segunda diz respeito à ideologia, através da religião para incutir nos indivíduos uma formação religiosa à classe trabalhadora. Então, no interior dessa dualidade, a educação

<sup>29</sup>ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Global, 1985.

irá atravessar todo o século XVIII.

O ensino irá contar com espaços coletivos, e a sociedade, agora pautada através do ideário de igualdade formal entre os homens, através de seu projeto burguês formula uma educação básica para todos. Essa concepção de educação para todos emergente do ideário burguês, é compreendida por nós como um projeto que é submetido à necessidade do capital em reproduzir a força de trabalho como mercadoria.

Após um século, essa forma de educação ainda se fazia presente no interior da sociedade capitalista. Muitos foram aqueles que saíram em defesa dessa forma de educação fragmentada. Entre eles, Smith, um dos maiores teóricos do liberalismo e seu defensor ferrenho. Defendia ele, a manutenção da ordem social burguesa, vendo na educação uma arma poderosa para obter seus fins. Acreditava que o filho do burguês precisava de uma educação diferenciada para se manter no poder enquanto classe dominante.

Ao revisitar Smith podemos perceber que seu pensamento se coaduna com o pensar da classe dominante. Vejamos seus argumentos:

A educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que as pessoas de alguma posição e fortunas. Estes últimos costumam completar dezoito ou dezenove anos antes de iniciar-se nos negócios, profissão ou atividades específicas com a qual pretendem distinguir-se no mundo, o mesmo não acontece com as pessoas não comuns. Tais pessoas dispõem de pouco tempo para dedicar à educação, seus pais dificilmente têm condições de mantê-las, mesmo na infância. Tão logo sejam capazes de trabalhar têm que ocupar-se com alguma atividade para sua sobrevivência (1995, p.34).

Defendendo os interesses da classe dominante, o referido autor, diga-se de passagem, um dos maiores ícones da defesa do liberalismo, prossegue em seu pensamento, em oposição aos interesses da classe trabalhadora, explicando o porquê da diferença entre as pessoas comuns e as pessoas não comuns. Observemos atentamente seus argumentos:

Embora, porém, as pessoas comuns não possam em uma sociedade civilizada ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortunas, podem aprender as matérias mais essenciais da educação, ler, escrever e calcular (1995, p.34).

Fica evidenciado, a partir do pensamento de Smith, que é possível identificar um sistema educacional dualizado entre as classes sociais. Outro aspecto interessante no

referido autor nos chama à reflexão, e diz respeito ao financiamento da educação. Tanto a educação das pessoas consideradas nessa formação social como comum, como a educação das pessoas não comuns. Há pouco evidenciamos uma citação do autor a respeito da educação concebida às pessoas não comuns. Entretanto, logo em seguida, de forma contraditória ele anota que:

Com gasto muito pequeno, o Estado pode facilitar encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos essenciais da educação. O Estado pode facilitar essa aprendizagem elementar criando em cada paróquia, ou distritos uma pequena escola, onde as crianças possam ser ensinadas, pagando tão pouco que até mesmo um trabalhador comum tem condições de arcar com este gasto, sendo o professor pago em parte, não totalmente pelo Estado, digo só em parte porque se o professor fosse pago totalmente ou parcialmente ou mesmo principalmente com o dinheiro do Estado, começaria a negligenciar seu trabalho (1995, p. 34).

É possível visualizar nas palavras de Smith a contradição que se manifesta no sistema capitalista. Ocorre que nesse período a sociedade já clamava pela universalização da educação para todos. Como pudemos observar, através da divisão social do trabalho nessa forma de sociedade, mesmo que o capital não estivesse totalmente consolidado, essa forma de reivindicação não podia ser estendida a todos. Portanto, o pensamento de Smith reflete o pensamento da classe dominante. Além de defender de forma brilhante o Estado contra os gastos com a educação dos trabalhadores, Smith também propunha mudanças na grade curricular daquela época. Entre elas, a redução do ensino de latim, que segundo o próprio autor não traria benefícios em nada aos trabalhadores, acrescentando em seu lugar a geometria e a mecânica. Isso iria proporcionar aos trabalhadores pelo menos alguns conhecimentos a respeito do trabalho por eles desempenhado em seu futuro ofício. (1995).

Contudo, sem querer fazer apologia a classe burguesa e o liberalismo, evidentemente que ambos não teriam tantos defensores ferrenhos e não invocariam com um tom de legalidade suas ações se deles não fizessem parte mentes tão brilhantes, no sentido de defendê-los, com um discurso tão bem elaborado e organizado. Mas é preciso que tenhamos compreensão de que esse discurso na realidade tem por objetivo obscurecer e mascarar a realidade que rege o sistema capitalista.

Desse modo, dado o caráter de seus intelectuais, filósofos, educadores e reformadores, é que a nova classe surgida no seio da sociedade feudal produz um novo *ethos*, sobre o qual irá se constituir a sociedade burguesa. Convém ressaltar que a

educação na sociedade burguesa aparece como uma educação que preconiza valores até hoje considerados para nós como referências, como: uma educação pública e gratuita, uma educação universalizada, uma educação obrigatória para todos em idade escolar, entre outras.

Apesar de a sociedade burguesa, reivindicar essa forma de educação, na realidade não foi isso o que aconteceu, brotou no interior da sociedade burguesa uma organização escolar dualista, destinada às diferentes classes sociais. De modo que, segundo os valores que foram atribuídos à educação ao longo dos séculos, está implícita a necessidade de se aliar a educação ao modo de produção capitalista. É esse modo de produção, o modo de produção capitalista, que passaremos agora a analisar.

## **PARTE 2 - MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Para se entender a relação entre educação e os modos de produção, principalmente modo de produção capitalista, é necessário que se faça uma análise minuciosa desta, mas é preciso também que se leve em consideração que a educação não se encontra inserida diretamente no modo de produção capitalista, ou seja, ela não é capaz de produzir mercadorias, mas se aproxima efetivamente dessa produção, através de suas esferas de reprodução.

Queremos ressaltar também que a articulação entre educação e o modo de produção nem sempre se deu de forma direta. Para demonstrar como se deu essa articulação, foi necessário estabelecer uma relação entre a educação e o modo de produção capitalista, a fim de analisar como a educação foi se transformando e se estruturando ao longo dos séculos, de modo a atender à lógica organizativa do capital na sociedade contemporânea.

### **2.1 O Modo de produção capitalista**

O modo de produção capitalista constitui-se em uma forma particularmente distinta no que diz respeito à organização produtiva do homem. Nele a ânsia pela acumulação de riqueza constitui o objetivo de sua produção. Desse modo, todo o desenvolvimento da atividade produtiva do homem na divisão social do trabalho, no sistema de troca, na distribuição do processo até o consumo, supõe que esteja subordinado a elementos que possibilitem a produção de valores.

No modo de produção capitalista a terra deixa de ser uma obrigação cultural e política, ou seja, um espaço natural que serve de sustentação social, para se tornar um bem livre diante do mercado, como um meio de produção de mercadorias, passando a se valorizar nos grandes centros urbanos e no mercado internacional. Agora o seu objetivo não é mais propiciar a dominação do senhor feudal; a terra sob a égide do capital passa a ser uma fonte de riqueza, de investimento produtivo ou especulativo.

Assim, partimos do pressuposto de que para compreender melhor a formação da sociedade capitalista e o seu modo de produção é preciso que se leve em consideração a

organização da sociedade historicamente constituída pelos homens nas suas relações humanas e de produção. Nas considerações de Marx e Engels, encontram-se nesta organização dois elementos que impulsionam a sociedade e conseqüentemente a História. São eles: as forças produtivas e as relações de produções.

As relações de produção são constituídas a partir das relações sociais que os homens mantêm entre si e a natureza, de maneira especial entre os proprietários e não proprietários, que cada classe social estabelece com os meios de produção. Essa forma de relação é denominada por Marx e Engels como a ‘base econômica ou infraestrutura’. Sobre esta base econômica, e por ela determinada, constitui-se a superestrutura, instância formada pelos respectivos níveis, jurídico-políticos (Direito e Estado), ideológicos, e as diversas ideologias existentes (1988).

As forças produtivas podem ser compreendidas como um conjunto de elementos constituídos por: meios de trabalho (instrumentos usados pelo homem para realizar o seu trabalho: ferramentas, o espaço físico, a terra etc.); força de trabalho (energia humana desprendida na execução do trabalho, capaz de transformar os objetos de trabalho em produtos para satisfazer as necessidades dos homens); e os objetos de trabalho (matéria bruta ou então a matéria transformada através do trabalho humano).

Para Marx, ‘o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como fio condutor de sua atividade sobre esse objeto’ (1985, p.15). Nesse sentido, os meios de trabalho como incremento do processo de trabalho foram se tornando a cada dia mais bem elaborado. Segundo Marx, isso acontece porque:

Na medida em que seu meio e objetos já sejam produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou gasta produtos como meio de produção de produtos. Como o processo de trabalho se passa originalmente só entre o homem e a terra, que preexistia sem a sua colaboração, continuam a servir-lhe ainda tais meios de produção preexistentes por natureza e que não representa nenhuma combinação de material natural e trabalho humano (1985, p. 153).

Isto implica dizer que, considerando os elementos do processo de trabalho, a atividade humana opera uma transformação no objeto sobre o qual ela atua, através de um instrumento de trabalho que se encontra subordinado a certo fim, já que sua ação é a implementação de uma atividade que já existia conscientemente. Contudo, este processo

irá desaparecer ao concluir-se que o produto é um valor de uso. Neste sentido, Marx considera que o trabalho é

a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidade humana, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todos as suas formas sociais. Por isso não tivemos a necessidade de apresentar o trabalho em sua relação com os outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e suas matérias, do outro, bastava ao homem (1985, p. 153).

Assim Marx demonstra que não muda a natureza geral do processo de trabalho quando o trabalhador o realiza para o capitalista e não para si mesmo, promovendo o consumo das forças de trabalho pelo seu comprador - o capitalista - mas salienta ele que, ‘nosso capitalista, põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou à força do trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho’ (1985, p.154). Aqui se trata do trabalho enquanto eterna necessidade humana que, nessas condições, não importa, segundo Marx, se ocorre, ‘sob o olhar ansioso do capitalismo’ (1985, p.153).

Com Marx podemos compreender que o trabalhador irá desempenhar sua função sob a mira e o controle do capitalista, visto que este comprou a sua força de trabalho, que seria a única riqueza de dispõe o trabalhador. Neste aspecto o capitalista passa a observar o trabalho, para que seja executado de maneira mais adequada e de acordo com os seus interesses, ou seja, para que não se gaste material em excesso, para que não se desperdice o tempo gasto na execução do trabalho, entre outras formas de controle. Além do mais, Marx deixa claro que o produto produzido é de inteira propriedade do capitalista, e não do trabalhador, que é o seu produto imediato. Explica ele que:

O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou em cena na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização do trabalho pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como ferramenta vivo, aos seus elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente (1985, p. 154).

Cumpra ressaltar que, apesar de o produto que é propriedade do capitalista, se constituir em valor de uso, isto é, produzido apenas por ser detentor de valor de troca, ou seja, nesse processo o capitalista objetiva duas particularidades: primeiramente, produzir valor de uso para que se possa ter valor de troca; e em segundo lugar, produzir mercadoria de modo que ela tenha um valor mais alto que o valor do conjunto das mercadorias de que ele precisou para produzi-la.

Destaca o autor que:

O possuidor do dinheiro paga o valor de um dia de força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (1985, p. 160).

Portanto, enquanto possuidor do dinheiro, o capitalista pode comprar a mercadoria força de trabalho; a este, por sua vez, caberá fazer uso desta como lhe agradar, isto é fazer com que o trabalhador trabalhe o dia inteiro, em vez de meio expediente. Vamos tomar como exemplo uma jornada de trabalho de 4 horas diárias, e que o preço dessas 4 horas seja de R\$ 200,00. Supondo que o trabalhador, trabalhando 4 horas por dia (ou seja, o tempo de trabalho necessário), produza os seus meios de subsistências- o valor da força de trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência indispensáveis para reprodução do trabalhador - ou um produto de valor igual aos seus meios de subsistência. Mesmo assim esse trabalhador ainda será obrigado a trabalhar muito mais do que isso para o capitalista. A essa sobra de tempo Marx denominou de mais-valia.

Portanto podemos compreender que o trabalhador e o capitalista estabelecem uma relação de 'igualdade', ou uma relação simétrica. Isso porque ambos podem ser considerados como proprietários, porém com uma ressalva: o primeiro é possuidor apenas de sua força de trabalho; o segundo é proprietário dos meios de produção, de modo que trocam equivalentes por equivalentes, ou seja, o trabalhador irá trocar a sua força de trabalho pelo seu equivalente, que implica o meio de subsistência necessário as suas necessidades.

Talvez neste momento o leitor esteja questionando de que forma o processo de trabalho se relaciona com a educação. Por inúmeras vezes já assinalamos a importância de se compreender o processo histórico dos modos de produção e a sua relação social e econômica. Isso porque neste trabalho partimos do pressuposto de que, para se compreender o fenômeno da educação em nossa sociedade, é preciso que se compreenda o modo de produção e o seu contexto histórico desde as sociedades que antecederam o capitalismo.

Visto que na sociedade capitalista os valores de uso do trabalho são também condicionantes materiais de valor de troca, os quais se diferenciam através do trabalho abstrato e trabalho concreto<sup>30</sup>, no atual estágio de nossa sociedade, se a produção tem a forma capitalista, conseqüentemente o mesmo irá acontecer com o seu modo de reprodução.

Nas palavras de Marx:

O processo de produção se inicia com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse começo se renova sempre que se extingue o prazo estipulado, tendo decorrido, assim, determinado período de produção, semana, mês etc. Mas o trabalhador só é pago depois de ter empregado sua força de trabalho e depois terem materializado nas mercadorias o valor dessa força e a mais valia. Assim produziu ele a mais-valia provisoriamente considerada o fundo de consumo do capitalista, além de produzir o fundo para o seu próprio pagamento, o capital variável, antes de este chegar às suas mãos sob a forma de salário. E só terá emprego enquanto reproduzir continuamente esse capital variável (1985, p.165).

Isto implica dizer que a produção é realizada por grandes produtores, sendo direcionada para a venda, e não se destinará ao próprio uso. Com isso Marx demonstra que a força do trabalho é comprada

não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, as necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadoria. Produção de mais-valia ou geração excedente é a lei absoluta desse meio de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital, é que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional, é que a força de trabalho é vendável (1985, p.251).

<sup>30</sup>Conferir. LESSA, S. *Serviço Social e Trabalho: do que se trata?* Temporalis. Revista da ABEPSS. Brasília, Ano, 1, n. 2, 2000.

Por isso é que nas sociedades em que prevalece o modo de produção capitalista, Marx (1985) afirma que a riqueza aparece como uma imensa coleção de mercadorias, pois é no modo de produção capitalista que o fetichismo atinge o seu mais elevado grau. De modo que na sociedade em que vigora o modo de produção capitalista, as relações sociais irão se mostrar como relações sociais entre coisas.

Assim sendo, o capital não é considerada uma coisa, um objeto concreto, mas como uma relação social de exploração, produção e reprodução da riqueza humana, na qual o trabalho assalariado se encontra subsumido ao despotismo produtivo dos capitalistas. Portanto, a relação de dominação e exploração, que segue a lógica concorrencial da produção, tem pressupostos históricos ao longo dos anos que revelam como os trabalhadores foram destituídos dos seus meios de produção e como esses trabalhadores foram sendo controlados sob o domínio dos capitalistas, na proporção em que acumulavam riqueza, no mesmo instante em que expropriavam, transformando-os em mercadorias, como vimos no item 1.3.

Então, a mercadoria pode ser entendida como coisas que por sua propriedade podem satisfazer as necessidades humanas, de quaisquer espécies. Marx descreve que ‘a natureza dessas necessidades humanas, se elas se originam do estômago ou fantasia, não altera nada na coisa’ (1985, p.45). E como no capitalismo a produção do capital determina qualquer outro tipo de produção, acreditamos existir uma relação entre educação e modo de produção capitalista, e conseqüentemente a sua reprodução, em virtude de a produção não estar voltada prioritariamente para atender às necessidades humanas, mas para atender às necessidades mercadológicas, ou seja, toda a produção é voltada para produzir mercadorias.

Nesse sentido, todo o investimento feito pelo capital visa possibilitar a geração de mais capital. E como a única maneira de agregar valor às mercadorias é o trabalho, é através deste que ocorre sua exploração, do qual surgirá o lucro. Marx exemplifica:

Sempre apenas sob a forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo. O fiandeiro só agrega tempo de trabalho, fiando, o tecelão, tecendo, o ferreiro, forjando. Mediante essa forma orientada a um fim, porém, sob o qual agregam trabalho em geral e, por isso, novo valor, mediante a fiar, o tecer e forjar, os meios de produção tornam-se elementos constituintes de um produto, de um novo valor de uso. A forma antiga de seu valor de uso desaparece, mas só para aparecer sob nova forma de valor, vimos que na medida em que se consomem um valor de uso a fim de produzir novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário para a produção do valor de uso consumido forma parte do tempo de trabalho necessário para a produção de

novo valor de uso, portanto é tempo de trabalho que se transfere ao meio de produção, consumindo ao novo produto (1985, p.165-166).

Nessa forma de relação, o capitalista não furta o trabalhador no seu processo de trabalho; o que ocorre na realidade é que o capitalista irá pagar ao trabalhador o correspondente a uma jornada de oito horas diárias. Dada essa condição, Marx assevera que ‘o capitalista comprou a força de trabalho pelo valor de um dia. A ele pertence esse valor de uso durante uma jornada de trabalho. Obteve assim o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele’ (1985, p.188).

Em um sentido mais amplo, Marx esclarece que:

Por mais que o modo de apropriação capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadoria, ele não se origina de maneira alguma da violência, mas ao contrário, da aplicação dessas leis. A transformação original do dinheiro em capital realiza-se na mais perfeita harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedades delas derivado. Não obstante, ela tem por resultado: 1- que o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador; 2- que o valor desse produto, além do valor de capital adiantado, inclui uma mais-valia, a qual custou trabalho do trabalhador, mas nada ao capitalista, e que, todavia, torna-se propriedade legítima deste; 3- que o trabalhador continua a manter sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, caso encontre comprador (1985b, p. 166-167).

Seria enganoso pensar que o capitalista obriga o trabalhador a trabalhar para ele. Isso obviamente não ocorre, e é por não ocorrer que temos a sensação de que o mercado é livre, mas no fundo não existe outra opção ao trabalhador. Isto implica dizer que, o capital na sua forma burguesa, passou a atingir diferentes formas de extrair o sobretalho em detrimento de outras formas de sociedade, e isso se deve à intensificação da exploração do trabalho, determinada pela expansão do capital.

A exploração do trabalhador ocorre quando o capitalista não lhe paga de ‘forma correta’ por toda a realização do seu trabalho. Pois o que o trabalhador recebe na forma de salário representa apenas uma parcela do seu trabalho que foi realizado, parcela esta suficiente tão só para prover às suas necessidades mais básicas.

Isso acontece porque, durante a jornada de trabalho realizada pelo trabalhador, o período do trabalho se divide em duas partes, uma capaz de cobrir a sua reprodução e outra que produz o excedente. Cumpre ressaltar que o lucro representa o objetivo final do capitalista. Mas em relação a essa busca incessante pela lucratividade por parte do

capitalista, mais uma vez iremos recorrer a Marx, para que nos possa explicar melhor como acontece essa busca. Vejamos:

Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma de capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força do trabalho que comprou (1985, p. 188).

Posto isso podemos compreender que não pode existir no capitalismo igualdade de possibilidade de acesso aos meios de produção, muito menos os bens socialmente produzidos. Implica dizer que o sistema econômico vigente, defendido por muitos, é a negação de qualquer possibilidade de igualdade entre as classes sociais.

Como sabemos, a sociedade capitalista é a expressão mais real das contradições do seu modo de produção. Ora, como se observa, se por um lado ela atingiu um elevado grau de desenvolvimento e meios para superar os limites impostos pela natureza, por outro lado, ela foi capaz de criar mecanismos de exploração e exclusão que permitem a pauperização e a degradação do ser humano a condições inimagináveis. Portanto, o processo de sujeição do trabalhador contemporâneo e as modernas relações de produção decorrem do aperfeiçoamento da divisão do trabalho, que mutilou o homem, extraindo sua capacidade de opor-se individualmente à tirania sangrenta do capital. Assim, o modo de produção capitalista é capaz de ajustar o trabalhador em prol da sua própria valorização, com a exploração desse trabalhador. Veremos em seguida como ocorre essa exploração.

### **2.1.1 A Exploração do trabalhador no capitalismo e o seu significado**

Em seus estudos sobre a economia política, Marx nos deixou um legado profundo de uma crítica sobre o capitalismo enquanto modo de produção. Apesar de seus estudos terem sido elaborados em um momento histórico muito distinto da atual sociedade, eles são bastante pertinentes à realidade contemporânea. Além do mais, através de seus estudos podemos compreender a histórica contradição existente entre o

capital e o trabalho, contradições estas como descrevemos anteriormente, existentes há vários séculos.

Na elaboração de sua construção teórica Marx, nos revela uma variedade de categoria, que podem muito bem explicar as análises do desenvolvimento das forças produtivas. Entre essas o trabalho é considerado como categoria fundante do ser social, ou seja, Marx revela que o trabalho enquanto ato humano deverá ser a categoria primeira a ser examinada. É a partir desta categoria que podemos conhecer a maneira como os homens organizaram a sua vida e produção, e seu convívio em sociedade. Como visto anteriormente, o trabalho é o elemento capaz de distinguir os homens dos demais animais.

Marx observou que uma mercadoria é capaz de reproduzir as relações sociais capitalistas e também de criar excedente de valor, no caso, a força de trabalho. A riqueza do capitalista se constituiria inserida aí, através da força do trabalho. Assim, coube a Marx desvendar o fetichismo da mercadoria e o seu caráter desumano, oriundo das relações sociais de produção. Em O capital nosso autor irá descrever a mercadoria como uma espécie de artefato mágico, sendo capaz de encobrir as relações humanas envolvidas na produção do objeto. Por isso, coube a Marx desvendar o fetiche da mercadoria, pois, antes dele, os chamados economistas clássicos tratavam o capitalismo enquanto um sistema de circulação e troca de bens.

Assim, ao tratarmos da produção capitalista estamos tratando de algo relativamente novo na história da humanidade, como vimos anteriormente. Sua origem ocorre a partir do momento em que o trabalhador é dissociado dos seus meios de produção, ou melhor, quando ele é expulso da terra para dar lugar à agricultura comercial. O processo de expropriação violenta sofrida pelos camponeses no século XVI, de forma vil e cruel, recebe terrível impulso a partir da Reforma. Marx assevera que:

Na época da reforma, a Igreja católica era proprietária feudal de grande base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc., lançou seus moradores na proletarianização. Os próprios bens da Igreja foram em grandes partes dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. *Pauper ubique jacet*, exclamou a rainha Elisabeth após uma viagem através da Inglaterra. No 43º ano de seu reinado, foi forçado finalmente o

reconhecimento oficial do pauperismo mediante a introdução do imposto para os pobres (1985, p.266).

O processo de inicialização do capital, decerto que foi sentido em todas as esferas da vida humana. A posse da terra passou por um processo de concentração nas mãos dos grandes proprietários, mediante a desapropriação dos pequenos lotes familiares, das terras comunais. Anteriormente o trabalhador produzia seus próprios instrumentos de trabalho. Mas no momento em que é expropriado dos seus meios de produção, a ele não resta mais nenhuma alternativa a não ser trabalhar para os detentores dos meios de produção. Os camponeses expulsos de suas terras, alijados dos seus meios de produção, foram obrigados a viverem nas cidades em condições precárias. Nesse instante, esses trabalhadores passaram a produzir mercadoria destinada ao comércio. Conforme Marx:

A mercadoria é antes de tudo um objeto externo, uma coisa, a qual pela suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa (1985, p.45).

No momento em que a mercadoria se apresenta independente da vontade de cada produtor, irá acontecer uma operação inversa: a mercadoria, que é criada pelas mãos do trabalhador, lhes aparecerá como algo externo que os domina. O objeto de trabalho (mercadoria) criado pelo homem passa a revelar um poder de domínio capaz de subordinar o seu criador (trabalhador). De modo que o processo de produção irá dominar o homem, e não o contrário com isso, de certa forma, esse processo encobre o olhar real sobre a natureza do trabalho.

Entretanto, o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, que tem mais trabalho que matéria natural. A produção leva em conta o processo de troca, ou seja, a troca faz parte do processo de produção que se materializa na relação do possuidor das mercadorias com outros possuidores de mercadoria pela relação de vontade. Nessas relações as pessoas só existem porque são possuidoras de mercadorias.

Marx nos revela que:

O valor de troca aparece de início como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam com valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O

valor de troca parece, portanto, como algo casual e puramente relativo (1985, p.46).

Desse modo, tudo o que trabalhador precisa para suprir suas necessidades terá de ir buscar no mercado, conforme aquilo que o capitalista lhe paga na forma de salário. É mediante essa relação que o pensamento disseminado pela classe dominante passa a inculcar nos trabalhadores a ideia de que eles são livres. Nesse sentido, Marx afirma que, por mais que o modo de apropriação ‘capitalista pareça ofender as leis originárias da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação, mas, ao contrário, da aplicação dessas leis’ (1985, p.47).

Para sustentar sua afirmação, acrescenta o autor, referindo-se à acumulação capitalista destacando que a mercadoria,

força de trabalho tenha o peculiar valor de uso de fornecer trabalho, portanto de criar valor, em nada altera a lei geral da produção de mercadorias. Se, portanto, a soma dos valores adiantada em salário não reaparece simplesmente no produto, mas isso não provém de o vendedor [trabalhador] ter sido logrado, pois ele recebeu o valor de sua mercadoria, mas do consumo desta pelo comprador (1985, p.167).

Temos por pressuposto que essa forma de pensamento, por parte do capitalista, servirá a seus propósitos para ocultar a exploração dos trabalhadores, ou seja, o trabalhador não é capaz de abstrair a diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente. A respeito dessa forma de exploração Marx acrescenta que o ‘tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho’ (1985, p.48). Marx percebe que o trabalho necessário pode ser visto como um problema, apesar de o trabalhador receber seu salário pelo que ele produziu, ao mesmo tempo, ele cria um valor acrescentado durante o processo de produção, ou seja, fornece ao capitalista mais do que aquilo custa. È esta diferença que Marx denomina de mais-valia.

Acreditamos ser nesse momento que Marx desvende o segredo da produção do capital, ou do processo de valorização, ao lançar mão da categoria da mais-valia e explicar a sua origem. A produção da mais-valia pressupõe o cumprimento do fundamento essencial do mercado, a troca das mercadorias pelo seu valor, ou seja, entre os ‘iguais’. Por meio da produção da mais-valia, Marx foi capaz de revelar o grande mistério da economia. A mercadoria que o capitalista compra, não é considerada como

capital, por natureza, por características físicas próprias; ela só se torna capital em relações históricas e sociais diversas.

Marx esclarece o porquê, ao afirmar que:

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos humanos etc. Segundo, quanto ao que serve de base para a determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento. Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também forma social (1985, p.70).

Em face do exposto, compreendemos que o fetiche do capital como coisa pode ser compreendido somente na aparência da realidade, pois os meios de produção e a força viva do trabalho são postos enquanto mercadorias pelo capitalista e que, portanto, a ele pertence por direito. Vale salientar que o processo de troca de mercadoria envolve os trabalhadores livres, e tem sua origem histórica. Essa origem histórica do processo do trabalho é descartada pelos economistas políticos, pois, segundo sua concepção, eles enxergam a produção capitalista como um processo natural de trabalho.

É a partir dos estudos de Marx que essa natureza natural do trabalho é totalmente desmistificada. Isso ocorre quando ele demonstra que o capital é uma relação social histórica determinada, e não como uma coisa. Não há como negar que todo o investimento do capitalista se dá no sentido de gerar mais capital. Como a única maneira de agregar valor à mercadoria é o trabalho, conseqüentemente é a partir da exploração do trabalho que este se constituirá em lucro para o capitalista. Da quantidade do valor agregado à mercadoria a ser transformada através do trabalho, aquela parte da qual o capital conseguiu se apropriar representa o lucro, ou seja, todo o trabalho que será executado além do necessário para recompor os custos dos meios de produção é considerado por Marx como mais-valia.

Para Marx, as mercadorias podem existir sem o capitalismo, pois o comércio e o dinheiro já existiam em sociedades pré-capitalistas (1985). Acrescenta o autor que:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadoria, livre no duplo sentido de que ele dispõe como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outra mercadoria para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (1985, p.140).

É esse trabalhador considerado livre, que dispõe apenas de sua força de trabalho, que irá submeter-se aos interesses de uma pequena parcela detentora dos meios de produção, de modo a vender sua única fonte de riqueza em troca de condições mínimas de sobrevivência. Portanto, quanto mais o capitalista explora o trabalhador, mais o capital irá se expandir. Como a expansão do capital é condição essencial do próprio sistema capitalista, a exploração e a desigualdade são inerentes a esse modo de produção e necessárias para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, Marx nos aponta que:

O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre a força de trabalho e a condição de trabalho. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para sobreviver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para enriquecer, o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (1985b, p. 161).

Disso decorre que o trabalhador não trabalha para se realizar enquanto ser humano, mas para fazer com que o sistema capitalista continue a funcionar. A produção não é feita para suprir as carências dos seres humanos, como propagam defensores do capital, através do livre mercado, mas exclusivamente para supervalorizar o capital.

Marx afirma que o trabalhador:

Não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma para agregar, por meio de seu trabalho, e outra vez para conservar seu valor anterior, ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto, o fio, o valor do algodão que transforma e do fuso com o qual ele trabalha. Antes, pelo contrário, pelo mero acréscimo de novo valor, conserva o valor antigo. Mas como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se, evidentemente, pela dualidade de seu próprio trabalho. No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor (1985b, p.165).

O capitalista não deseja obter mercadoria para trocar por outra mercadoria, tal qual ocorria na fase mercantilista; além do mais, o capitalista se distingue daquela forma

em que o comércio era intermediário entre os produtores (artesão e camponeses) e consumidores. Isto ocorre pelo seguinte fato: porque o lucro, que é a finalidade última do capitalista, não é gerado na esfera da circulação; ele provém da esfera da produção, ou seja, o lucro a que o capitalista tanto almeja, advém da produção de mercadorias através da exploração do trabalho assalariado e não da circulação das mercadorias.

Para demonstrar que o capitalismo adquire valor na esfera da produção, Marx descreve que:

A forma direta da circulação de mercadoria é  $M - D - M$ , transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma  $D - M - D$ , transformação de dinheiro em mercadoria retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender (1985, p.125).

Mas a forma completa desse processo no modo de produção capitalista se expressa da seguinte forma:  $D - M - D'$ . Marx esclarece que,

em que  $D' = D + \Delta D$ , ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor, eu chamo de mais-valia (*suplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital (1985, p.125-126).

Então, pode-se compreender que a transformação do dinheiro em capital se efetiva na esfera da produção. Na esfera da produção encontra-se o processo de valorização. Assim, a circulação  $D-M-D$  começa e termina pelo dinheiro, o próprio valor da troca. Mas o que interessa nesse caso é se o possuidor de dinheiro recebe ao final mais dinheiro do que aquele aplicado no início. Todavia, a circulação  $D-M-D$  é um movimento com base no dinheiro e não significa  $D-M-D$ , mas  $D- M- D'$ , onde  $D'$  implica a quantidade de dinheiro final, de modo que  $D'$  deverá ser bem maior que a quantidade de dinheiro inicial no caso ( $D$ ). Em síntese, é este acréscimo do dinheiro posto em circulação que Marx chama de mais-valia.

De acordo com Marx, a produção capitalista começa de fato quando

um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior do que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores ao mesmo tempo no mesmo lugar (ou se quiser, no mesmo campo de trabalho) para produzir a mesma espécie de

mercadoria sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (1985, p. 257).

A partir desse momento, o processo de trabalho se transforma em instrumento do processo de valorização do capital. De modo que o sobretrabalho humano, tomado pelo capital especificamente na forma de mais-valia, passa a ser o elemento imprescindível para a valorização e reprodução do capital. Como afirmamos anteriormente, o capital não pode ter origem na esfera da circulação, tendo em vista que o intercâmbio de mercadorias não produz valor, logo não pode produzir a mais-valia. Todavia, o dinheiro não pode se transformar em capital fora da esfera da circulação.

Marx afirma que:

O capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela. Um resultado duplo foi, portanto, alcançado. A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas condições do problema (1985, p.138).

Portanto, para Marx a mais-valia não pode vir da circulação de mercadorias, pois esta só conhece a troca de equivalentes; a mais-valia e o seu aumento só podem ser possíveis mediante dois processos importantes: um comum a todos os modos de produção, e outro, típico do modo de produção capitalista. São eles: a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta. Sabendo que, essas formas de extração da mais-valia não são excludentes, ambas se articulam em diferentes estádios do capitalismo; contudo a forma relativa é a forma de extração por essência do capitalismo. É essa forma de extração da mais-valia, que abordaremos no próximo item.

### **2.1.2 A Extração da mais-valia absoluta**

A produção da mais-valia absoluta caracteriza-se pelo prolongamento da jornada de trabalho, além do tempo que é necessário para que o trabalhador execute sua função; é isso que importa ao capitalista, o tempo de trabalho excedente. Essa é a maneira

encontrada pelo capitalista para ampliar o seu lucro, através de uma extensa jornada de trabalho, sem precisar necessariamente aumentar o salário do trabalhador.

De forma detalhada, Marx esclarece como se dá esse processo:

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a produção desse mais trabalho pelo capital isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa (1985b, p.106).

De modo enfático Marx descreve que:

Como esta, jornada de trabalho está desde o princípio dividido em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais trabalho reduz-se o trabalho, por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho (1985b, p.106).

Pelo exposto entende-se que a jornada de trabalho se encontra dividida em duas partes: uma parte que Marx denomina de trabalho necessário e a outra, de mais trabalho. No caso da primeira forma, ela é necessária ao trabalhador, por se encontrar independente da forma social do seu trabalho, mas ela pode ser considerada também necessária ao capital, por se tratar da maneira mais clara da existência contínua do trabalhador no seu processo de reprodução para o capital. Em síntese, o trabalho necessário é aquele em que o trabalhador produz, além do seu labor, os valores necessários à sua subsistência, o valor da sua força de trabalho

Em relação à segunda forma apresentada por Marx, ela ocorre no processo de trabalho em que o trabalhador produz além dos seus limites de trabalho necessário, todavia, mesmo com maior dispêndio em sua força de trabalho, para esta em nada será acrescido, ou seja, não cria valor algum. Apenas gerará aquilo que é fundamental para o capitalista, a mais-valia.

Fica evidenciada, a partir de Marx, a importância que tem a extração da mais-valia absoluta para o sistema capitalista ela se constitui como a base geral desse sistema. Mas é pertinente salientar que esse prolongamento da jornada de trabalho irá encontrar alguns limites que lhe são impostos. Marx ressalta que:

Com base no modo de produção capitalista, no entanto o trabalho necessário pode constituir-se apenas parte de sua jornada de trabalho, isto é, a jornada de trabalho não pode jamais reduzir-se a esse mínimo. Em contraposição, a

jornada de trabalho possui um limite máximo. Ela não é, a partir de certo limite, mais prolongável. Esse limite máximo é duplamente determinado. Uma vez pela limitação física da força de trabalho (1985, p.188).

A respeito dessa limitação física, nosso autor esclarece que:

Uma pessoa pode durante o dia natural de 24 horas desprender apenas determinado *quantum* de força vital. Dessa forma, um cavalo pode trabalhar, um dia após o outro, somente 8 horas. Durante parte do dia, a força precisa, repousar, dormir, durante outra parte, a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e números são determinados pelo nível geral de cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais (1985, p.188).

O capitalista, para Marx, na sua busca incansável por lucro, não consegue enxergar essa limitação física que é peculiar ao ser humano em geral, durante a realização de seu trabalho; nesse aspecto, o capitalista tem apenas ‘sede vampiresca por sangue vivo do trabalho’ (1985, p.206). Contudo, apesar dessa limitação física que o capital encontra, é bom ressaltar que a extração da mais-valia absoluta em momento algum foi interrompida, pelo contrário, ela se fez presente cada vez mais até os dias de hoje, com nova roupagem. Em relação a essa nova roupagem é importante esclarecer que foi necessário que o capital tivesse de repensar novos processos de exploração do trabalho, em virtude das leis trabalhistas, em consequências das grandes lutas históricas da classe trabalhadora durante vários anos. Sobre as lutas históricas existentes entre as classes sociais, Marx acrescenta que:

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente dita um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais-valia prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais-valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas. Ocorreu ao mesmo tempo uma alteração no caráter da mais-valia relativa. Em termos genéricos, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo (1985, p. 217).

Diante disso, os teóricos do capitalismo passaram a organizar novas formas de gestão no processo de trabalho, de modo a assegurar a ampliação na produtividade do trabalho e também assegurar a reprodução no processo de exploração do trabalho, em virtude de este ser a fonte de riqueza da classe capitalista. De modo que o controle sobre

o processo de trabalho se torna um elemento importante para garantir a exploração do trabalhador, através dos novos modelos de gestão como: fordismo, taylorismo e toyotismo.

Retomando a regulamentação da jornada do trabalho, Marx nos diz que

a regulação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho - uma luta entre o capitalista coletivo, isto, é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (1985, p.206).

Como exemplo de lutas existente entre ambas as classes, Marx nos relata um fato ocorrido nos anos de 1858/60:

os oficiais de padeiros, na Irlanda, organizaram às suas próprias custas grandes *meetings* para agitação contra o trabalho noturno e aos domingos. O público, como ocorreu, por exemplo, na manifestação de maio em Dublin, 1860, tomou com o calor irlandês, partido por eles. Por meio desse movimento, conseguiu-se estabelecer, de fato, exclusivamente o trabalho diurno em Wexford, Kilkenny, Clonmel, Waterford etc. E Limerick, onde os sofrimentos desses oficiais assalariados ultrapassaram reconhecidamente todas as medidas, foi derrotado pela oposição dos mestres-padeiros. O exemplo de Limerick levou ao retrocesso em Ennis e Tipperary. Em Cork, onde a indignação pública manifestou-se de forma mais forte, os mestres conseguiram derrotar o movimento utilizando seu poder de pôr na rua os oficiais (1985, p. 202-203).

Isto implica dizer que cada classe social tem por motivos históricos e de relações de poder uma forma de inserção distinta nas relações sociais de produção. Essas classes sociais desde o início de sua gestação se constituíram enquanto classes antagônicas, ou seja, o ideal a que aspira a classe burguesa é completamente distinto dos ideais da classe trabalhadora. A classe capitalista, proprietária dos meios de produção, evidentemente que terá direito a uma maior porção de riqueza produzida, ao passo que a classe trabalhadora, completamente despossuída dos meios de produção, será obrigada, mediante uma coerção econômica, a venderem-se como mercadoria, para o capitalista.

O capitalista ao longo dos anos busca mecanismos e alternativas que possibilitem aumentar os seus rendimentos. Uma saída encontrada por ele foi a intensificação do ritmo de trabalho, como veremos em seguida.

### **2.1.3 A Extração da mais-valia relativa**

Como vimos anteriormente, à extração da mais-valia ocorre mediante o prolongamento da jornada de trabalho do trabalhador em seu processo de trabalho. A extração da mais-valia relativa se dá através da intensificação do processo de trabalho, aliada à introdução de novas formas de produção mais ágeis (tecnologia). Isso se faz através do incremento tecnológico e do aumento da capacidade de produção.

Categoricamente, Marx descreve o princípio básico das modificações que estão condicionados ao processo produtivo do trabalho:

Com meios dados, um sapateiro pode, por exemplo, fazer um par de botas numa jornada de trabalho de 12 horas. Para fazer, no mesmo tempo dois pares de botas, tem de duplicar-se a força produtiva de seu trabalho, e ela não pode duplicar-se sem alteração em seus meios de trabalho ou em seu método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. Por isso tem de ocorrer uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e, portanto, no próprio processo de trabalho (1985, p. 250).

A descrição acima representa a transformação dos meios de produção, ou seja, a introdução dos avanços tecnológicos, que propicia ao capitalista novas possibilidades de ampliação na extração da mais-valia. Nesse aspecto, cabe ao trabalhador produzir mais em menos tempo, fazendo com que o que foi perdido em tempo, seja acrescido em rentabilidade e eficácia para o capitalista.

Marx demonstra como ocorreu o processo da produção aliado ao incremento tecnológico. Vejamos como se dá o processo de produção a partir da tecnologia:

Enquanto, pois, na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, e que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada necessária para a reprodução deste valor (1985, p. 251).

Foi a partir do advento tecnológico que o capital pôde revolucionar o seu modo de produção e estabelecer uma nova relação entre o homem e a máquina. Marx salienta que:

A maquinaria também revolucionou radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio da mercadoria, o pressuposto inicial era que o capitalista e o

trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro possuidor de força de trabalho. Mas, agora o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filhos (1985b, p. 23).

Marx afirma que a maquinaria prolonga a jornada de trabalho porque produz mais lucro para o capitalista. Então, quanto mais este lucrar, mais terá por finalidade obter mais lucro (1985). Desse modo, a maquinaria produz ao mesmo tempo a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Conforme descrito anteriormente, ela produz a mais-valia absoluta devido ao prolongamento da jornada de trabalho. E conseqüentemente produzirá a mais-valia relativa na medida em que passa diretamente a depreciar a força de trabalho e indiretamente começa a baratear a mercadoria.

Portanto, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a partir da introdução da maquinaria, tem como finalidade reduzir a parte do dia de trabalho, a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, de modo a ampliar a outra parte da jornada durante a qual o trabalhador pode trabalhar gratuitamente para os donos dos meios de trabalho, ou seja, o trabalho excedente.

Marx afirma que:

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que a maquinaria produz na mão do capital, provoca mais tarde uma reação por parte da sociedade, ameaçada em raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada (1985b, p. 33).

Foi a partir da revolta e das lutas sociais travadas pela classe trabalhadora que o Estado passou a atuar de forma a legitimar a jornada de trabalho, limitando-a. Marx afirma que:

Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter do sistema da mais-valia relativa. Em geral, o método de produção da mais-valia consiste em capacitar o trabalhador mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor de troca inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual. Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Ao lado da medida do tempo de trabalho como 'grandeza

extensiva', surge agora a medida de seu grau de condensação. A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas contém, agora, tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas (1985b, p. 33).

Portanto, a partir do exposto podemos compreender melhor o porquê de o capitalista não protestar contra a lei que limita a jornada de trabalho; é que ele pôde identificar na própria redução da jornada do trabalho as condições para aumentar o excedente. Pois diante da impossibilidade de um aumento real da jornada de trabalho, a saída encontrada pelo capitalista foi fazer com que os trabalhadores pudessem produzir em menor quantidade de tempo o que antes produziam com mais horas diárias de trabalho. Em síntese, é quando o capitalista começa a explorar o trabalhador, através da mais-valia relativa, levando os trabalhadores a produzir mais em menos tempo. Portanto, o que perde-se em tempo de trabalho, o capitalista ganha em eficácia; é quando o capitalista passa a induzir o trabalhador a fazer uso de mais força de trabalho.

Marx alterou profundamente os fundamentos da economia clássica, estabelecendo a distinção entre o valor de uso e o valor de troca. Pois, tal como Ricardo, Marx acreditava que o valor de troca depende da quantidade de trabalho despendido, contudo, a quantidade de trabalho que entra no valor é a quantidade necessária. Marx acreditava que só o trabalho podia dar valor às mercadorias, através da mais-valia. Para ele,

Ricardo não se preocupa jamais com a origem da mais-valia. Ele a trata como algo inerente ao modo de produção capitalista, a seus olhos, a forma natural da produção social. Onde ele fala da produtividade do trabalho, não busca nela a causa da existência da mais-valia, mas apenas a causa que determina sua grandeza (1985b, p.110).

Assim, compreendemos que os equipamentos não podiam dar valor às mercadorias produzidas, de modo que não contribuiria para a formação de valor. Desse modo, o trabalho passa a ser determinante para a formação social capitalista, através da sua exploração. Principalmente a partir do momento em que o processo de trabalho se torna mais complexo. É mediante essa complexidade no processo de trabalho que a educação passa a assumir forma distinta na sociabilidade contemporânea, ou seja, a educação adquire papel de destaque na sociedade capitalista, como podemos verificar em seguida.

### 2.1.4 A Educação na formação social capitalista

No item 1.3, pudemos constatar a ascensão e o declínio da sociedade feudal, e que no seio desta decadência emerge, a partir do século XVI, a transição para o modo de produção capitalista; pudemos ver também que a classe burguesa nasce no seio da decadência feudal. Portanto, para que o capitalismo tivesse condições de se efetivar concretamente, foram necessários quase dois séculos de decadência até que surgisse uma nova relação de produção capitalista, e mais ou menos três séculos para que ele tivesse condições de se desenvolver em sua plenitude, de modo a expandir-se. Pudemos também constatar que as condições históricas do capital não podem ser averiguadas no interior do próprio modo capitalista, porque, como foi demonstrado, um modo de produção não pode ele mesmo gerar seus elementos fundadores. Portanto, eles foram se compondo ao longo de todo o modo de produção feudal.

Na história da humanidade, até nossos dias várias foram as transformações que ocorreram e as maneiras pelas quais os homens passaram a produzir e a reproduzir sua vida, seja ela política, econômica, social ou intelectual. Essas transformações, como vimos anteriormente ocorreram a partir do momento em que o homem pôde interagir com a natureza de modo a transformá-la, para atender a suas necessidades básicas, e posteriormente passando a produzir não apenas valor de uso, mas principalmente valor de troca.

Descrevemos em momento anterior que a base da economia capitalista foi gerada ainda na estrutura econômica da sociedade feudal, ou seja, a partir da dissolução da sociedade feudal é que irá desabrochar o capitalismo. É nesse momento de gestação que emergem também os ideais da classe burguesa, da formação de seu projeto de sociedade, incluindo a educação, com um discurso de educação para todos.

De modo enfático, Marx descreve como se deu essa transição:

Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertos só se tornaram vendedores de si mesmos depois que todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubadas. E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e ferro (1985b, p.262).

A partir de Marx podemos perceber que o capitalismo foi capaz de revolucionar o modo de produção e as relações sociais. Isso se deu mediante a destruição da velha economia, que, segundo seus interesses, era considerada como entrave econômico à transformação do escravo em trabalhador livre, e da expropriação das terras comunais. Retirando este último, seu aparecimento pode ser considerado como,

Frutos de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como as corporações e os entraves que estes opunham ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só conseguiram desalojar os cavaleiros da espada explorando acontecimentos em que não tiveram a menor culpa. Eles lançaram ao alto por meio tão vis quanto os que empregaram outrora o liberto romano para tornar-se senhor de seu *patronus* (1985b, p.263).

Evidentemente que a transição ao sistema capitalista não aconteceu de forma idílica e tampouco pode ser considerada como um acontecimento harmonioso. Na concepção de Marx, como mencionamos anteriormente, a origem do capitalismo não foi um processo histórico, puro ou idílico, se deu mediante a conquista colonial, os grandes saques, os roubos, o extermínio, ou seja, a violência foi parteira do capital. De modo que transcrever toda a complexidade do momento histórico que vai da supressão do feudalismo à concretização do capitalismo, por certo exigiria de nossa parte um espaço mais amplo e um esforço maior do que o empreendido por nós.

Portanto, podemos compreendê-lo como um processo que se deu paulatinamente, inacabado e irregular, entre as lutas de classe, tendo em vista que foi necessário destruir o camponês de suas terras; destruir alguns ofícios tradicionais para dar lugar à maquinaria; introduzir controle sobre os trabalhadores; controlar educação, através do seu acesso; incutir nos indivíduos uma nova forma de pensamento, o liberalismo; e construir políticas repressivas contra os trabalhadores que se negavam a incutir o pensamento da classe dominante.

De modo que tais condições foram favoráveis ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como consequência dessas transformações, os trabalhadores e toda sua família, com seus hábitos e costumes, foram sufocados pela onda de transformação na produção para exploração, bem antes que a sociedade adquirisse a forma de mercado mundial, a partir da revolução de 1780.

Assim, conforme Marx na ‘evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que por educação, tradição e costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes’ (1985, p.277). Portanto, a educação diante do novo modo de produção passa a ser tratada de forma distinta. A educação que agora interessa à classe burguesa não é mais aquela educação ofertada segundo os princípios religiosos, através do doutrinamento. O acento agora se desloca para a organização escolar, a fim de que se produzam novos hábitos e costumes, além de desenvolver habilidades que a grande indústria almeja.

Segundo nossa concepção, nesse momento não existia instituição melhor para tal fim do que a escola. A escola no capitalismo constitui-se enquanto um acessório indispensável à produção, por atender às necessidades técnicas e políticas do capital; além do mais, ela é uma necessidade inerente ao capital, pois lhe possibilita manipular os requisitos e exigências, de modo a lhe propiciar acumular mais riqueza. E isso nos leva a crer que as relações de produção capitalista não poderiam ocorrer sem a intervenção da educação formal.

Nesse sentido, Tonet afirma que:

Foi apenas com o advento do capitalismo, na medida em que a produção econômica cuja mola-mestra e dinâmica é o capital, passou a ser direta e claramente o eixo de todo o processo social, que a educação ocupou um lugar todo especial. Isto porque ela passou a integrar cada vez mais profundamente o processo de produção (2005, p.149).

Assim, fica evidenciado que o sistema capitalista concedeu à educação um caráter funcionalista e utilitarista. Para nós o ponto nevrálgico dessa concessão reside no fato de que o capitalismo criou uma espécie de mobilização social para a produção e, conseqüentemente, uma desmobilização no que diz respeito à contestação social do processo de trabalho. Assim, a educação tornou-se um elemento essencial do processo de acumulação capitalista, capaz de auxiliar a manutenção e a reprodução do sistema capitalista; em outras palavras, a educação, no projeto burguês, encontra-se submetida à necessidade do capital na reprodução da força de trabalho como mercadoria.

Para Marx, o modo de produção capitalista apresenta dois períodos: o período da manufatura e o período da indústria moderna. O período da indústria moderna é caracterizado a partir da maquinaria e do aparecimento das fábricas (1985). No entanto, Marx adverte que a manufatura:

Origina-se de modo duplo. Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, cujas mãos têm de passar um produto até o acabamento final, são reunidos em uma oficina sob o comando de um mesmo capitalista. Por exemplo, uma carruagem que era produto global do trabalho de grandes números de artífices independentes, tais como segueiros, seleiro, costureiro, serralheiros, carreiro, torneiro, passamaneiro, vidraceiro, pintor, envernizador, dourador etc. A manufatura da carruagem reúne todos esses diferentes artífices em uma casa de trabalho, onde eles trabalham simultaneamente em colaboração uns com os outros. Mas logo sucede uma modificação essencial. O costureiro, o serralheiro, o carreiro etc., que se ocupam apenas com a feitura de carruagens, perdem pouco a pouco com o costume a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda sua extensão. Progressivamente, ela se transforma em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais (1985, p.267).

É compreensível, a partir do filósofo alemão, que a manufatura é marcada pela união dos trabalhadores em seu exercício de ofício, em único espaço limitado e pertencente ao capitalista. É possível identificar na citação do autor que a manufatura apresenta duas formas de produção: uma simples, inicialmente composta por vários trabalhadores que possuem o mesmo ofício, e uma forma complexa, nesse caso os trabalhadores de diferentes ofícios realizam suas atividades. É também oportuno resgatar que, na manufatura, apesar de o trabalhador vender sua força de trabalho ao capitalista, ele ainda desenvolvia seus ofícios de forma manual, atuando sobre uma realidade objetiva, o trabalho. De acordo com Marx, o trabalhador cria com isso, uma das condições materiais da maquinaria (1985).

Isso porque, para atuar perante a máquina, o trabalhador tem de adaptar-se ao seu próprio movimento, ao movimento regular contínuo desse processo automático. Pois o movimento geral da fábrica não depende mais do ritmo de trabalho do trabalhador; agora ele depende da máquina. Sendo assim, uma vez eliminado qualquer princípio subjetivo do trabalho coletivo, ele não tem mais necessidade de se concretizar em determinada atividade. Isso irá fazer com que o trabalhador no seu processo de trabalho, possa eventualmente ser trocado<sup>31</sup> a qualquer momento, não interrompendo o processo de trabalho.

---

<sup>31</sup>Para Marx, esse sistema de alternância ‘predominava no plerórico inicial da indústria têxtil inglesa, florescendo hoje nas fiações de algodão no *gouvernement* de Moscou. Como sistema, existe esse processo de produção de 24 horas ainda hoje em muitos ramos industriais. O processo de trabalho compreende aqui, além das 24 horas dos 6 dias da semana às 24 horas do domingo’ (1985, p.206).

A maquinaria tem sua origem ainda no período da manufatura, sendo a manufatura de suma importância para o advento da indústria. De modo que a manufatura ou simplesmente era da acumulação pode ser considerada como o momento necessário e fundamental para o surgimento da grande indústria. É nesse período que surge o proletariado; além do mais, o processo de acumulação primitiva iria aprofundar a divisão social do trabalho, dando origem ao grande mercado a partir da produção fabril, e principalmente porque é na manufatura que ocorre a diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho, dando origem ao trabalho especializado. É a partir da máquina que o capitalista teve a possibilidade de ter os custos reduzidos e ampliar o seu lucro, já que este se constitui como seu objetivo final.

Avançando nas reflexões de como a maquinaria teve sua origem ainda no período da manufatura, Marx esclarece que;

A grande produção da mais-valia nesses ramos de atividades, bem como ao mesmo tempo o progressivo barateamento de seus artigos, era e é devida, sobretudo, ao mínimo de salário necessário para vegetar miseravelmente somado ao máximo de tempo de trabalho humanamente possível. Foi de fato a barateza do sangue e do suor humano transformados em mercadorias que ampliou constantemente e a cada dia amplia o mercado de escoamento, para a Inglaterra, em particular. Chegou-se, por fim, a um ponto nodal, o fundamento do velho método, a mesma exploração brutal da mão-de-obra, mais ou menos acompanhada da divisão do trabalho sistematicamente desenvolvido, já não bastava mais ao crescente mercado e à concorrência ainda mais rápido crescente dos capitalistas. Soou a hora da maquinaria (1985b, p.79).

A respeito da função da maquinaria e seu processo de funcionamento, Marx nos mostra que ela se

destina a baratear mercadoria e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte de sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho (1985b, p.5).

Portanto, o processo de industrialização e da introdução da maquinaria torna-se mais relevante a partir da revolução industrial. Para Marx,

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentado por uma única força motriz, qualquer que seja sua força (1985b, p.10).

A partir da Revolução Industrial, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das máquinas possibilitaram a transferência de uma nova forma de conhecimento ao trabalhador que antes manuseava apenas um instrumento, agora é obrigado a manipular várias ferramentas todos os dias. Gostaríamos de ressaltar que esse conhecimento que a indústria tinha por necessidade, não poderia contribuir efetivamente para uma formação consciente e crítica do trabalhador em relação a sua realidade. Esse conhecimento, segundo Marx se dava apenas para que as escolas pudessem cumprir as ‘cláusulas educacionais da lei fabril que proclamam a instrução primária como obrigatória para o trabalho’ (1985b, p.86).

Sobre a lei fabril, adverte Marx:

além de sua redação que facilita ao capitalista burlá-las, as causas sanitárias são extremamente pobres, restritas efetivamente a prescrever a caição das paredes e mais algumas outras medidas de limpeza, de ventilação e de proteção contra máquinas perigosas (1985b, p.85).

Sobre os perigos de acidentes, ele mostra que

o último período de 20 anos, a indústria do linho e, com ela, as *scutching mills* (fábricas para bater e quebrar o linho) aumentaram muito na Irlanda. Em 1864, havia aí cerca de 1800 dessas *mills*. Periodicamente, no outono e no inverno, pessoas jovens e mulheres principalmente, filhos, filhas, vizinhanças, pessoas que nada conheciam de maquinarias, são retiradas do trabalho do campo para alimentar com linho os laminadores das *scutching mills*. Em dimensão e intensidade, os acidentes são totalmente sem similares na história da maquinaria. Uma única *scutching mills* em Kildinan (perto de Cork) registrou, de 1852 a 1856, 6 casos fatais e 60 mutilações grave, todas podendo ter sido evitadas mediante dispositivos dos mais simples, ao preço de pouco xelins. O Dr. W.White, o *certifying surgeon* das fábricas de Downpatrick, declara num relatório oficial de 16 de dezembro de 1865, “os acidentes nas *scutching mills* são da espécie mais terrível”. Em muitos casos, um quanto do corpo é arrancado do tronco. A morte ou um futuro de miséria, incapacitação e sofrimento são as conseqüências usais dos ferimentos (1985b, p.85).

Após o exposto podemos retomar o que anteriormente havíamos ressaltado sobre o conhecimento estabelecido pela lei fabril, mas antes um esclarecimento se faz necessário a lei fabril não legislava apenas sobre questões de saúde do trabalhador e segurança no trabalho. A referida lei dizia respeito também à educação. Posto este esclarecimento, retomemos nosso foco, que diz respeito à educação. A lei fabril determinava que o ensino primário, deveria ser obrigatório para o trabalho e

recomendava que os pais não deviam permitir que seus filhos menores de 14 anos trabalhassem, sem que antes recebessem as instruções primárias.

Marx anota que:

Por parcas que pareçam no todo, as cláusulas educacionais da lei fabril, proclama a instrução primária como condição obrigatória para o trabalho. Seu êxito demonstrou, antes de tudo, a possibilidade de conjugar ensino e ginástica com trabalho manual, por conseguinte, também trabalho manual com ensino e ginástica. Os inspetores de fábricas logo descobriram, por depoimentos de mestres-escolas, que as crianças de fábricas, embora só gozem de metade do ensino oferecido aos alunos regulares de dia inteiro, aprendem tanto e muitas vezes até mais (1985b, p86).

Contudo, Marx esclarece que,

Do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com o ensino e ginástica, não só como um método de elevar a produção social, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões sociais (1985b, p.87).

A partir dessas premissas pode-se compreender a educação a partir de duas direções. Primeiro, a educação associada ao processo de trabalho produtivo remunerado, através da instrução, para produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões; e em segundo lugar, que os trabalhadores deveriam ter apenas esse tipo de educação para seus filhos. Esta forma de educação não poderia ser estendida a toda a população.

Assim, as evidências demonstram que a classe dominante, irá utilizar a educação escolar como um instrumento capaz de preservar seu estado de dominação, ofertando à classe trabalhadora apenas o essencial para que ela continue reproduzindo o sistema do capital. Evidentemente que isso só foi possível pelo fato da classe burguesa ser detentora dos meios de produção e conseqüentemente da funcionalidade da escola, assim ela tinha condições de manter a sua posição de proprietário e com isso consolidar a histórica dualidade entre a educação.

Como vimos em momentos anteriores, com o avanço da indústria houve a necessidade de esta se modernizar e incrementar sua produção, de modo que a indústria fabril passa a se organizar mediante o conhecimento necessário à produção, o que culminou na divisão do trabalho, e os trabalhadores passaram a ser postos enquanto

trabalhadores materiais e intelectuais. Donde pressupomos que a burguesia não tinha interesse em que todos os indivíduos tivessem acesso ao conhecimento em termos de igualdade, até porque a classe burguesa reivindicava valores assimétricos aos da classe trabalhadora.

Defendendo os seus interesses particulares, Enguita esclarece que:

Os ilustrados franceses tampouco foram, em sua maioria, favoráveis à educação universal. Foram explicitamente contrários a ela, até mesmo Mirabeau, La Chalotais, Destutt de Tracy e o ‘príncipe da luz’, Voltaire. Este último chegou a afirmar sem rodeios que em suas terras queria “diaristas, não clérigos tonsurados” (1989, p.111).

Fica claro, a partir de Enguita, que a classe dominante não era a favor da educação para todas as classes sociais. Apesar de a burguesia reclamar a universalização da educação para todos, à classe trabalhadora é negada por vários setores da sociedade burguesa, conforme a citação anterior, isto porque a manufatura não necessitava de pessoas esclarecidas. Cabia à classe trabalhadora receber apenas o conhecimento necessário a sua ocupação profissional, ou seja, era preciso educá-la, mas só o suficiente, para que pudesse respeitar a ordem social, sem, contudo, questioná-la. Marx evidencia essa constatação ao dizer que:

Os trabalhadores das minas reivindicam uma lei tornando obrigatório o ensino para as crianças, como nas fábricas. Consideram a cláusula da Lei de 1860, pela qual se exige certificado escolar para o emprego dos meninos de 10 a 12 anos de idade, como pura ilusão. O ‘penoso’ processo de interrogatório dos juízes de instrução capitalistas tornara-se aqui verazmente cômico (1985b, p.96).

Veremos em seguida como o autor descreve esse interrogatório a respeito da educação para essas crianças:

A lei é mais necessária contra os empregadores ou contra os pais? – Contra ambos. Mais contra um ou contra o outro? – Como devo responder a isso? Mostram os empregadores algum desejo de adaptar o horário de trabalho ao ensino escolar? – Nunca. Os trabalhadores das minas de carvão melhoraram posteriormente a sua educação? – Geralmente eles pioraram; adquirem maus hábitos; entregam-se às bebidas, ao jogo e a coisas semelhantes e naufragam completamente. Por que não enviar às crianças às escolas noturnas? – Na maioria dos distritos carvoeiros elas não existem. Mas o principal é que elas ficam tão exaustas do longo trabalho em excesso que os olhos fecham de cansaço. Portanto, conclui o burguês, vós sois contra o ensino? – De modo algum, mas etc. os donos das minas não são obrigados, pela lei de 1860, a exigir certificado escolar quando empregam crianças entre 10 e 12 anos? – Pela lei sim, mas os empregadores não o fazem. Em sua opinião, essa cláusula não é geralmente cumprida – Ela não é cumprida de todo. Os mineiros se interessam pela questão educacional? – A grande maioria. [...] Se

algo eficaz deve acontecer para a educação dos filhos dos mineiros, terá de ser tornado compulsório mediante a lei d Parlamento. Isso deve ser feito para os filhos de todos os trabalhadores da Grã-Bretanha ou só para os trabalhadores das minas? – Estou aqui para falar em nome dos trabalhadores das minas. Por que distinguir das outras crianças das minas? – Porque elas constituem uma exceção à regra. Em que sentido? – No físico. Porque a educação deveria ser mais preciosa para elas do que para os meninos de outra classe? – Eu não digo que seja mais preciosa para elas, mas por causa de seu excesso na labuta nas minas elas têm menos chance para a educação em escola diurnas e dominicanas. [...] – Há bastante escolas nos distritos? – Não. Se o Estado exigisse que toda criança fosse enviada à escola, de onde viriam escolas para todas as crianças? – Creio que, assim que as circunstâncias o possibilitarem, as escolas vão surgir por si mesmas. A grande maioria não só das crianças, mas também dos trabalhadores adultos nas minas não sabem ler nem escrever (1985b, p.96-97).

Esses interesses antagônicos entre as classes sociais a respeito da educação expressam na visão de Marx, que a

contradição entre a divisão manufatureira do trabalho e a essência da grande indústria impõe-se com violência. Ela aparece, entre outras coisas, no terrível fato de que grande parte das crianças empregadas nas fábricas modernas e nas manufaturas soldadas desde a mais tenra idade às manipulações mais simples é explorada durante anos sem aprender nenhum trabalho que as torne mais tarde úteis ao menos nessa mesma fábrica ou manufatura (1985b, p.87).

Marx ainda esclarece que:

Nas gráficas inglesas de livro, por exemplo, ocorria antigamente a passagem, correspondente ao sistema da velha manufatura e do artesanato, dos aprendizes de trabalho mais leves para trabalho de mais conteúdos. Eles percorriam as etapas de uma aprendizagem, até serem tipógrafos completos. Saber ler e escrever eram para todos uma exigência do ofício. Tudo isso mudou com a máquina impressora (1985b, p.88).

Evidentemente que ao entrar em cena, a maquinaria iria mudar por completo o processo de trabalho, visto que essa forma de trabalho não interessa mais ao capitalista proprietário. Agora o capitalista tem por finalidade, conforme Marx, empregar dois tipos de trabalhadores:

Um trabalhador adulto, o supervisor da máquina, e mocinhos, em geral com 11 a 17 anos de idade, cuja tarefa consiste exclusivamente em colocar uma folha de papel na máquina ou retirar dela a folha impressa. Notadamente em, Londres, eles executam essa faina vexatória por 14, 15,16 horas ininterruptas, durante alguns dias da semana, e com frequência até 36 horas consecutivas, com apenas 2 horas de descanso para comer e dormir. Grande parte deles não sabe ler e, em regra, são criaturas embrutecidas, anormais (1985b, p.88).

É possível perceber, pela descrição em Marx, que a grande indústria à medida que requer nova formação profissional, ao mesmo tempo desqualifica o trabalhador. A

formação intelectual já não pode ser estendida a todos, até porque isso acarretaria um aumento de salário; além do mais a formação intelectual tinha de acontecer com um menor número de pessoas, conforme acrescenta Marx, ‘para cada máquina existe apenas 1 supervisor e freqüentemente 4 rapazinhos’(1985, p.88).

Na linha desse raciocínio, quando ocorre o aperfeiçoamento da máquina, ela irá exigir outra formação do trabalhador; este, agora, precisa lidar bem com ela, e ao mesmo tempo ser disciplinado. Nesse sentido, Marx faz o seguinte alerta: ‘lembramos, sobretudo, o *selfacting mule*, porque ele abre nova era do sistema econômico’(1985, p.52). Sobre o *selfacting mule*, Marx descreve um relato de Ure. Vejamos tal relato:

Ele estava destinado a restabelecer a ordem entre as classes industriais. Essa invenção confirma a doutrina já desenvolvida por nós de que o capital, ao compor a ciência a seu serviço, sempre compete à docilidade o braço rebelde do trabalho (1985b, p.52).

A partir do desenvolvimento da maquinaria supõe-se que o capitalismo industrial, de acordo com suas necessidades, irá alterar profundamente as relações de produção. E para tal seria necessário fazê-lo com a submissão do trabalhador. Este iria receber instrução desde a mais tenra idade. Nesse sentido, a escola tornou-se um elemento importante para estabelecer tal relação. Todavia, não estamos querendo passar a ideia de que a instituição escolar tenha sido criada exclusivamente para essa finalidade, até porque durante o percurso deste trabalho temos demonstrado que a escola antecede ao capitalismo.

Conforme Enguita:

Os primeiros sistemas escolares que surgem na história do Ocidente têm pouco a ver com a economia, respondendo antes a fatores e fins políticos, religiosos ou militares. A primeira parte desta afirmação não deve ter nada de surpreendente, se se toma em consideração que, até o início do processo de industrialização, quase todas as pessoas aprendiam a fazer seu trabalho fazendo-o (1989, p.129).

Mas nesse instante, com o desenvolvimento industrial aliado à expansão do capitalismo, a indústria requisitava outra formação que fosse capaz de adquirir novos hábitos, nova formas de comportamento social e doméstico etc., todos estes importantes para a indústria. Agora essa tarefa cabia à escola, bem diferentemente do período feudal, quando o acento da educação estava centrado na questão religiosa; agora a educação era

defendida pela figura do industrial como mecanismo capaz de moldar o futuro trabalhador.

Isso nos permite identificar que o capital de acordo com a sua lógica mercadológica, permite ajustar os trabalhadores às necessidades de sua valorização. Nesse aspecto a necessidade exclusivamente humana é relegada a segundo plano para dar lugar à lucratividade do capital. Isso ficou evidenciado no item 1.3 na transição do feudalismo ao capitalismo, quando grandes massas de trabalhadores foram expropriadas dos seus meios de produção para dar lugar ao sistema de arrendamento das terras destinadas a pastagens, em vista de estas possibilitarem maior lucratividade para seus proprietários, aumentando substancialmente o pauperismo.

Para demonstrar a relação existente entre educação e indústria, Enguita revela que,

o empresário Kula, o qual, em lugar de esperar que se resolvessem o problema, fundou ele mesmo uma escola na *rue dês Epinettes*, Paris, com o objetivo de nela formar bons operários. Conforme seu chefe de oficina, Pradillon, outro ponto da educação moral sobre o qual nunca se insistirá demasiadamente é o que concerne à obediência e à disciplina na oficina. Porque a produção moderna não é verdadeiramente útil e benéfica senão na medida em que se baseia em uma organização metódica. Entretanto, na base de toda organização não é possível substituir a autoridade pela anarquia. É preciso, portanto, que o operário a vencer suas resistências naturais ao dever absoluto de obedecer, e isto é o que lhe ensinaremos nas *Epinette*. A disciplina na oficina constitui a dignidade bem entendida do operário; a higiene e a previsão terminam por fazer dele um homem consumado (1989 p.114-115).

Assim, nas palavras de Enguita é verificável que o modo de produção capitalista é capaz de moldar o trabalhador em detrimento da valorização do capital. Além do mais, a partir do advento da indústria a maquinaria não libertou o trabalhador do trabalho degradante e muito menos da exploração, pelo contrário, aliada a outros instrumentos como a educação, ela contribuiu efetivamente para transformar o trabalho humano em mercadoria. A educação no modo de produção capitalista pode ser compreendida como um preparo técnico do trabalhador no sentido de adquirir conhecimentos necessários à produção e reprodução do capital. Mas pode ser considerada também como a inculcação de uma maneira de representar a relação que os homens estabelecem mediante o modo de produção vigente, como sendo natural.

Pelo exposto até o presente, podemos afirmar que não dá para considerar a formação da sociedade capitalista em sua concretude enquanto fator natural como alegam alguns pensadores que defendem a bondade do homem enquanto característica universal, a partir dos jusnaturalistas Hobbes, Locke, Rousseau etc. Então, descartada essa possibilidade como sendo “natural”, compreende-se que as transformações ocorridas ao longo dos séculos, principalmente aquelas que sucederam à comunidade primitiva, aconteceram em todas as esferas da sociedade e se deram no sentido de preparar o terreno para a formação capitalista e posteriormente para a sua manutenção e expansão.

Essas transformações estão expressas a partir da relação entre trabalho livre e trabalho escravo ou, como mencionamos anteriormente, quando o camponês foi destituído de suas terras. Nesse sentido, Marx ressalta que

a forma específica de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente, com o capital, suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica, que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social (1985 p.140-141).

Em vários momentos deste estudo já afirmamos que o modo de produção capitalista não pode ser considerado como um modo de produção idílico, pelo contrário, o modo de produção capitalista surgido na Inglaterra no século XVI, em hipótese alguma pode ser considerado ou tratado como resultado da natureza, mas resultante de um longo processo histórico de separação dos trabalhadores de suas condições objetivas de existências.

Portanto, Marx revela que as categorias econômicas não se impõem como uma coisa em si mesma. Elas nos revelam marcas históricas. E quando são levadas na prática social enquanto fundamentos da vida se revelam, e ao se revelarem surgem as contradições que são inerentes à sociedade capitalista. O modo de produção capitalista necessita que os trabalhadores sejam educados, isto porque, eles precisam desempenhar diferentes funções determinadas pela divisão social do trabalho, a qual, segundo Marx,

‘constitui a base geral de toda a produção de mercadoria’ (1985, p.277). Além do mais, é preciso também que se eduquem para assumir determinadas funções, além de prepará-los para as relações sociais típicas da sociedade capitalista, relações estas que incidem diretamente na relação entre o capitalista detentor dos meios de produção, e o trabalhador.

Nesse sentido, a educação destinada à classe trabalhadora contribui no sentido de manter o pensamento da classe dominante, existente na prática social dessa sociedade, através de valores costumes, ideias e principalmente pelo conhecimento, transmitido através da escola. Isso porque na sua própria estrutura organizacional a educação já se mostra como fragmentada, pois a própria sociedade já lhe concedeu o direito de qualificar o trabalhador para atender aos imperativos do capitalismo. Avançando em nossas reflexões, podemos perceber que ao se fragmentar a educação, é possível destacar o forte papel que exerce a escola na reprodução da divisão do trabalho, ou seja, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. A respeito dessas duas categorias, Marx relata que:

Uns serão, os pensadores dessa classe (os ideológicos ativos, que teorizam e fazem elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua subsistência principal), ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões, porque eles são na realidade os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para alimentar ilusões e idéias sobre suas próprias pessoas (1985, p.49).

A partir dessa citação podemos perceber que ambas as forças se mostram como processos históricos humanos que foram inscritos pelo modo como os próprios homens passaram a organizar sua vida e foram produzindo suas condições de existência. Convém ressaltar que foi a partir do advento da indústria que se acentuou a divisão social do trabalho. Pois o papel que as forças intelectuais tomaram a partir da industrialização propiciou a ampliação da instrução formal, que segundo nossa concepção, pode ser considerada como uma provável ligação, até certo ponto com as necessidades do desenvolvimento do trabalho.

Ao longo desse estudo procuramos demonstrar que esse ajuste entre a instituição escolar e o desenvolvimento do modo de produção, se deu, sobretudo, em termos de relações sociais, desvelando que na escola o futuro trabalhador é introduzido nas relações sociais de produção capitalista visto que a reprodução econômica da sociedade

capitalista, pela escola ocorre fundamentalmente no interior das relações sociais produtiva.

Apesar de, a educação burguesa manifestar a continuidade dos princípios da educação fragmentada (trabalho manual e trabalho intelectual), essa fragmentação já existia antes do modo de produção capitalista, sendo no seio da sociedade industrializada que ela se acentua. Mesmo que a classe dominante não reconheça esse mutualismo entre escola e modo de produção capitalista, isso não nos permite negar a proximidade existente entre escola e trabalho. Esse mutualismo é resultado das diferentes fases do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, corroborando nosso pensamento, Enguita<sup>32</sup> esclarece que:

o problema de uma pedagogia do trabalho, de uma educação formal, assim como o problema das escolas técnicas ou profissionais, não surge com força até a segunda metade do século XIX. A razão desse surgimento tardio não está em nenhum esquecimento dos educadores, mas em algo muito mais prosaico: em que nesse momento aparece a necessidade. Até então, as bases materiais da pequena produção, muitas vezes familiar, tinha permitido sempre a aprendizagem no próprio local de trabalho. A pequena produção agrícola, artesanal ou mercantil não exige nenhum tipo de formação profissional institucionalizada na escola. Ademais, as primeiras manufaturas podem se arranjar com o modo anterior de formação da mão-de-obra. Para que se coloque como problema específico, o da educação para o trabalho. É necessário que ocorra a transformação da indústria manufatureira em grande indústria baseada na maquinaria que, de um lado, elimina progressivamente da face da Terra a antiga e pequena produção, e com ela o antigo modelo de aprendizagem do trabalho, e, por outro, exige conhecimentos transformadores e de novo tipo, que não poderiam ser adquiridos sob esse antigo modelo sem que se oferecesse, em contrapartida, outra forma suficiente de aprendizagem no próprio local de trabalho. É então que a demanda da formação dos trabalhadores, tanto por parte deles próprios, como por parte dos novos patrões, se volta para uma terceira instituição, a escola (1989 p.21-22).

Assim, a educação escolar passa a ser incorporada para muitos, enquanto elemento importante para a conquista dos poucos empregos existentes no mercado precarizado. Ao passo que o desemprego passa a ser tratado como falta de qualificação. De modo que as causas reais passam a ser suprimidas.

Nesse sentido, Marx demonstra que ‘a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe

---

<sup>32</sup>Enguita, M.F. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

trabalhadora' (1985, p.206). Essa visão não é perceptível para a maioria dos indivíduos em nossa sociedade. Assim é preciso, que o capital procure ao máximo ocultar essa realidade.

De forma elucidativa, Marx afirma que:

O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta trabalhadores mediante sua liberação, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados forçam os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até um ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e da oferta de trabalho, nessa base, o despotismo do capital (1985, p.206).

Mediante as palavras de Marx podemos inferir o porquê de os indivíduos em nossa sociedade passarem a focalizar a educação enquanto categoria que supostamente possa lhes garantir ascensão profissional, e não direcionar um olhar mais focado para o verdadeiro problema que aflige a sociedade capitalista, a economia. Graças ao papel que as forças intelectuais adquiriram durante o desenvolvimento do capital, impulsionaram como nunca na história a ampliação da instrução formal, através do conhecimento e sua junção com o processo de trabalho. De modo que a indústria passou a personificar a educação de acordo com sua necessidade.

Enguita nos esclarece como isso aconteceu:

Em primeiro lugar, as grandes empresas capitalistas sempre exerceram uma grande influência sobre o poder político, quando não foram capazes de instrumentalizá-las abertamente. Em segundo lugar, além das autoridades públicas foram apenas 'filantropos' recrutados ou auto-recrutados entre as fileiras do capital os que puderam prover de fundos um grande número de iniciativas privadas e, de preferência, como é lógico, as que mais se ajustavam a seus desejos e necessidades. Em terceiro lugar, os supostos beneficiários da escola ou os que atuavam em seu nome sempre viram estas, essencialmente ou em grande medida, como um caminho para o trabalho e, sobretudo para o trabalho assalariado, aceitando, por conseguinte, de boa ou má vontade, sua subordinação às demandas das empresas. Em quarto lugar, as escolas, como organizações que são, têm elementos comuns com as empresas que facilitam o emprego das primeiras como campo de treinamentos para as segundas. Em quinto lugar, as empresas sempre apareceram na sociedade capitalista como paradigmas da eficiência e goza sempre de uma legitimidade social, sejam como instituições desejáveis - exceto em alguns períodos de agitação social, os mesmo em que também se viram questionadas as escolas - convertendo-se assim em um modelo a imitar as autoridades educacionais. Em último lugar, mas não por sua importância, convém recordar que as escolas de hoje não são resultado de uma evolução não conflitiva e baseada em consensos generalizados, mas produtos provisórios de uma longa cadeia de conflitos ideológicos, organizativos e, em um sentido amplo, sociais (1989, p.131).

Pelo descrito, podemos compreender porque o capital, a partir de suas reestruturações sofridas ao longo dos séculos, teve a necessidade de dar forma à educação. Para a educação assumir essa personificação imposta pelo capital foi necessário que há muitos séculos o próprio capital em processo de formação não poupasse os trabalhadores do campo, que viviam sob regime de subsistência e foram esmagados pela onda de transformação.

Marx lembra que em nome dessas ondas de transformações necessárias à expansão do capitalismo aconteceram:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupulosos da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital, criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (1985b, p.275).

Portanto, há muito tempo que foram criadas as condições para a criação e expansão do capital. Nesse sentido, Marx revela que:

Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação que lhes foram impostas, em vagabundos e *pauppers*. A legislação os tratava como criminosos 'voluntários' e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (1985b, p.275).

Sob um véu nebuloso bastante espesso, os defensores da chamada legislação sanguinária não tinham compreensão de que agora não havia mais como retroceder ao antigo sistema. Em nossa sociedade, ele se faz presente e de forma bastante atuante. O homem contemporâneo, por vários fatores encontra-se impossibilitado de enxergar tal realidade.

Creemos que, nesse aspecto, a educação pode ser considerada como elemento que tem por finalidade, não por essência, falsear a realidade. Como vimos em vários momentos deste trabalho, a educação a partir dos modos de produção que sucederam a formação social primitiva, sempre esteve ao lado da classe dominante, ou seja, esteve aliada a esses sempre que foi necessário intervir na relação social. Acreditamos que, enquanto a educação constituir-se como elemento capaz de auxiliar a manutenção e a exploração do capital, em uma sociedade cingida por classes sociais, evidentemente que ela não poderá ter outra função a não ser essa que ao longo dos anos vem

desempenhando, ou seja, ela será compelida a não esboçar qualquer ruptura com o sistema vigente.

Queremos esclarecer que não estamos aqui pregando o fim da educação, e tampouco estamos rechaçando toda a prática que existe no interior da educação, seja ideológica ou não; não estamos querendo dizer que não exista lugar para lutas no âmbito da educação. Isso seria o mesmo que negar as conquistas que teve a classe trabalhadora durante todos esses anos em disputa com o capital.

Mas entendemos que fomos levadas a fazer esse percurso para tentar compreender os preâmbulos que permeiam a educação, de modo a entender que na sociedade capitalista ela foi estruturada para responder aos anseios econômicos, políticos e reprodutivos do capital, tornando-se um elemento que tem por função mediar as contradições de classes, contradições estas inerentes ao próprio sistema capitalista, transferindo aos indivíduos a responsabilidade exclusiva pelo seu fracasso ou ascensão na sociedade.

Como não importa aos interesses capitalistas que todos os membros da sociedade tenham condições de desvelar as bases estruturais que permeiam a sociedade capitalista, provocando desigualdades sociais, a culpa irá incidir na própria sociedade, enquanto somatório de todos os indivíduos que a compõem. De acordo com Marx:

A figura do processo social da vida, isto é, da produção material, apenas se depreenderá do seu místico véu nebuloso, quando como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que por sua vez são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (1985, p. 76).

Portanto, o capital em seu processo de produção e reprodução necessita de indivíduos que possuam determinadas habilidades e características, além das que já demonstramos, tais como: pessoas livres, proprietárias e iguais, além de destrezas e habilidades técnicas, que não sejam capazes de questionar a ordem vigente. Além do mais, o caráter educativo do processo de reprodução do capital está associado ao processo de fetichização do capital. De modo que a educação nessa formação social como acabamos de estudar, não poderá assumir outra função distinta dessa, isso seria contrário a forma como ela foi sendo construída ao longo dos tempos. Assim, a

educação como procuraremos demonstrar no próximo item se encontra impossibilitada de dar conta das transformações sociais e econômicas que a sociedade deseja.

## **2.2 A educação na sociabilidade contemporânea: perspectivas e limites**

Das formações sociais pré-capitalistas até a sociabilidade contemporânea, a história tem demonstrado que ocorreram inúmeras transformações na maneira como os homens passaram a produzir e a reproduzir a sua vida social, material, intelectual e política. Com isso atingiu-se um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, e das relações sociais, conforme foi demonstrado neste estudo.

Pensar o papel da educação na sociabilidade vigente implica a nosso ver, que se leve em consideração questões importantes como as transformações sociais e econômicas ocorridas em nossa sociedade que, com a consolidação do capitalismo e suas formas recentes, se deram no sentido de manter a reprodução do capital. Assim, o sistema capitalista, para manter a sua hegemonia, reorganiza as suas formas de produção, como também a sua forma de consumo e de controle ideológico. Dentre essas reorganizações, a educação tem ocupado papel de destaque na sociedade.

Nesse sentido, a instituição escolar contemporânea necessita não somente conviver com outras modalidades de ensino, mas preparar o cidadão e qualificá-lo para que possa ser inserido no mercado de trabalho. Para Libâneo<sup>33</sup>, o mercado passa a requerer um novo tipo de trabalhador:

a) que seja mais flexível, polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais; b) levem o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais competitivas com os interesses do mercado; c) modificar os objetivos e as prioridades da escola; d) produzem modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares; e) forcem a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; f) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores (2003, p.52).

Vê-se, contudo, que segundo esta lógica a educação funciona sob os ditames do mercado, através de práticas empresariais como o conceito de: qualidade, habilidades,

---

<sup>33</sup> LIBÂNEO, J.C. *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. Cortez, São Paulo, 2003.

produtividade, competências, entre outros. A educação se torna um elemento essencial, capaz de fornecer os indivíduos, mecanismos necessários para que esses mesmos indivíduos possam, de forma inconsciente, se digladiar no mercado de trabalho em busca dos poucos empregos existente. Com isso ela passa a ser subordinada às configurações e às orientações do mercado de trabalho, apostando na formação de recursos humanos, de forma a integrar o indivíduo de acordo com a lógica capitalista de acumulação e exploração humana.

A educação institucionalizada, para Mészáros:

Especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (2005, P,35-36).

É indiscutível negar o papel que as forças produtivas adquiriram a partir da ascensão do capitalismo enquanto sistema econômico. Assim, mediante o desenvolvimento das forças produtivas foi possível ao capitalismo, ao longo dos anos, reestruturar-se em todas as esferas da sociedade, e como essa reestruturação é muito ampla, a educação não poderia ficar à margem, passando por várias modificações, de modo a ser legitimada perante a sociedade. A partir do discurso instaurado pela burguesia em favor da ampliação da instrução formal, da universalização da educação e da obrigatoriedade do ensino, a sociedade burguesa passa a encobrir uma das suas principais características, que é a desigualdade social.

Entretanto, esse discurso não serviu apenas para legitimar a sociedade burguesa, pois esta continuou a ser desigual como sempre foi, mas serviu também para formar o cidadão ordeiro e obediente aos costumes e à boa moral, além de incutir a ideia de que todos poderiam vencer na vida com uma boa educação, na ordem social capitalista.

A sociabilidade contemporânea segue implacavelmente sob o domínio do modo de produção capitalista, reestruturado sob a dependência do trabalho desde a manufatura, passando pela grande indústria, em função dos vários estádios porque passou o capitalismo. Assim, segundo Mészáros:

Esperar-se da sociedade mercantilizada uma sanção ativa - ou mera tolerância - de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental (2005, p.45).

Portanto, a educação formal se encontra articulada à própria sociedade e seus mecanismos de reprodução. Como podemos perceber, a sociabilidade contemporânea é fundamentalmente ordenada sob o domínio do capital e de sua lógica. Romper com a lógica capitalista que rege nossa sociabilidade, e as demais esferas, inclusive a educação, conforme Mészáros equivale, ‘portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente’ (2005, p.47). Seria necessária outra alternativa de internalização do pensamento e da ação dos indivíduos mediante a construção de novos processos educativos. Mas, ao mesmo tempo, nos questionamos, como pode nessa ordem sócio-econômica transformar as suas bases, se a base produtiva é estruturada e limitada mediante a uma forma de educação fragmentada entre o pensar e o fazer?

Para balizarmos nosso questionamento e ao mesmo tempo obter nossa resposta, nos apoiaremos nas palavras de Enguita. O autor salienta que:

Ainda que esteja limitado por natureza, o capital tende a um desenvolvimento universal das forças produtivas e chega a ser a premissa de uma força de produção nova que não está baseada em um desenvolvimento das forças produtivas tendo simplesmente a reproduzir ou ampliar a base existente, senão cujo desenvolvimento livre, sem obstáculos, progressivo e universal das forças produtivas será condição da sociedade e, portanto, sua reprodução, e onde a única premissa será a superação do ponto de partida. A tendência universal do capital está em franca contradição com a sua forma limitada de produção que a impulsiona a dissolver-se. Como uma forma puramente transitória (1993, p.138).

Se a forma de produção do capital é transitória devido à contradição com sua tendência universal, contudo, pode-se afirmar que, pelo seu imbricamento com a totalidade social, na atual sociabilidade a educação não poderá ir além das determinações impostas pelo capital. Não queremos com isso passar a impressão de pessimismo, ou que estamos pregando o fim da educação ou o seu engessamento. Por certo que, dentro do espaço escolar, muitas coisas podem ser feitas no sentido de uma melhoria dos processos educativos individuais e no aproveitamento e desenvolvimento das habilidades pessoais e da consciência dos educando. Outro aspecto a ser considerado se refere aos direitos políticos e à cidadania como emancipação política dos cidadãos. Contudo é preciso ter clareza de que, a instituição escolar poderá desenvolver uma série de inovações, através do seu projeto político pedagógico, consubstancialmente ela tenderá – pela sua própria estrutura – à subordinação aos fins

econômicos determinantes da sociedade capitalista, na qual a própria educação foi sendo estruturada, ou seja, a educação irá integrar o projeto societal do capital.

No entanto, entendemos que modificar a estrutura oriunda da formação do capital torna significativa a ruptura com uma educação mistificadora, buscando criar condições para que todos os indivíduos tenham acesso ao verdadeiro conhecimento historicamente produzido, e principalmente aliado à supressão da atual ordem econômica. Neste sentido, uma educação que agindo sobre as consciências permita o acesso às bases reais da sociedade e lhes possibilite a fazer escolhas diante das alternativas historicamente situadas. Assim sendo, temos por convicção que essa empreitada não se caracteriza como tarefa fácil.

Até o presente momento temos assistido à classe dominante criar mecanismos para ofuscar a realidade. Esse ofuscamento consiste na tentativa dessa classe em levar os indivíduos a incorporar uma ‘falsa consciência’ que faz parte da articulação do capital em negar ou camuflar os seus verdadeiros interesses econômicos. De acordo com Mariátegui<sup>34</sup>, essa forma de pensamento é consequência de uma vicissitude natural, pois,

temos por tendência constante compreender mal os princípios, nos deixar enganar por falsas razões, a nos contentar com explicações vulgares e anticientíficas. Mas a educação clássica desenvolve em proporção enorme esses defeitos de nossa natureza e podemos esperar um estado que eu chamo estado de dissociação ideológica, no qual perdemos o sentido da realidade das coisas (2007, p.67).

A partir da concepção do autor, podemos inferir que o capital faz uso da sociedade contemporânea a sua imagem e semelhança, não só na forma como produz, mas principalmente na maneira de inculcar seus ideários, de modo que, o indivíduo nessa formação social se projeta através desse ideário. Com efeito, a educação desempenha papel importante para auxiliar o capital a alcançar suas metas. Com propriedade, Soares e Jimenez<sup>35</sup> nos explicam sobre o formato que a educação escolar

---

<sup>34</sup>MARIÁTEGUI, José Carlos. In: *Mariátegui Sobre Questão da Educação no Peru*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, Xamã, 2007.

<sup>35</sup>SOARES, Rômulo e JIMENEZ, Suzana. A crise do capital e o neo pragmatismo na educação do trabalhador In: *Marxismo, educação e luta de classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana*.org.Suzana Jimenez, Jorge Luís de Oliveira, Deribaldo Santos. Fortaleza EDUECE, 2008.

passa a assumir: ‘dessa maneira, a instituição escolar assume o formato do espaço fabril, inculcando nos discentes as ‘competências’ e ‘habilidades’, como também todo um aparato ideológico propício à aceitação das regras sociais e cidadão’ (2007, p.124).

Desse modo, podemos entender que a educação não está voltada para que a maioria dos indivíduos possam se constituir enquanto indivíduos conscientes do seu papel perante a sociedade em que atuam. Mais uma vez recorrendo aos autores, eles afirmam que:

A construção da subjetividade amoldada aos novos tempos, fundada na extrema exploração, não quer e não pode preocupar-se com a humanidade, mas com a destruição cotidiana da mesma, pois, para tornar-se vencedor, o indivíduo será frio e calculista, encarando a vida como um jogo, no qual o ‘vale tudo’ é a regra (2008, p.124).

Assim, entendemos que os vários arcabouços de documentos elaborados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), além dos documentos elaborados através dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, servem de mecanismos para inculcar nos indivíduos uma verdade falseada da sociedade na qual estamos assentados. Afirmamos isso porque nesses documentos<sup>36</sup> reside o discurso de capacitação, qualificação, reciclagem, trabalho em equipe, flexibilidade, entre outros, que se mostra evidentemente de maneira camuflada perante os indivíduos de nossa sociedade.

Por isso entendemos que a menção a esses documentos, segundo a nossa concepção, está atrelada aos ajustes estruturais do capital, de maneira a demonstrar a intrínseca relação entre educação e lógica das políticas em defesa do capital, através dos ajustes, com finalidade exclusiva de atribuir à educação um papel de destaque, pela redenção social, mas o seu verdadeiro papel nada é mais do que um instrumento de reprodução do capital.

Na realidade, como evidenciamos na primeira parte deste estudo, foi a partir da divisão do trabalho, principalmente a partir da divisão do trabalho entre trabalho material e trabalho intelectual que a educação tendeu a assumir um papel de destaque.

---

36 Compreendemos não ser necessário abriremos um espaço para abordamos o papel desses documentos oficiais nesse estudo. Os mesmo podem ser vistos em MELO, Adriana. S. *A Mundialização da Educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela*. Maceió, EDUFAL, 2004.

Como a indústria ganhara força no espaço urbano, ela passou a requerer outro perfil de trabalhador; com isso o desenvolvimento da indústria gerou no próprio espaço fabril uma reorganização mediante a nova forma de conhecimento para a sua produção.

A partir dessa forma de organização social e produtiva, temos assistido à formação escolar como nucleadora da transformação e aquisição de valores e competências profissionais, alavancadas pelos defensores da produção capitalista. Ponce enfatiza que ‘esta confiança na educação como uma alavanca da história corrente entre os teóricos da nova educação supõe [...] um desconhecimento absoluto da realidade social’ (1982, p.164).

De forma clara e concisa, o autor salienta que a educação se encontra ligada à ‘estrutura econômica das classes sociais, a educação em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes’ (1982, p.164). Portanto, acreditamos ser pueril pensar que se possa transformar a sociedade capitalista através de pequenas reformas no sistema educacional essas reformas significam adequação à situação histórica em que o desenvolvimento capitalista se encontra. Ainda tomando Ponce como referência, ele afirma que

não é só uma esperança absurda, como constitui um perigo social: uma utopia, que, no fim das contas, resulta reacionária, porque aclama ou enfraquece as inquietações e os protestos, com a ilusão de que o novo homem nascerá no dia em que o Estado autolimite os seus poderes, no dia que o Estado renuncie voluntariamente a qualquer interesse no campo educativo (1982, p.173).

Evidentemente que esse novo homem não se encontra no seio da atual formação social e econômica. Por certo que a construção de uma formação social para além do capital só seria possível mediante a formação humana, isto é, se porventura o homem vier a atingir um domínio consciente e coletivo sobre o seu processo histórico e social. Sobre essa possibilidade, Tonet esclarece que:

Ao apoderar-se socialmente dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio sobre a produtividade. [...] O conjunto de vida que rodeia o homem, e até agora o dominava, passa, por fim, a estar sob o domínio e a orientação dos homens, que pela primeira vez chegam a ser os donos verdadeiros da natureza, em virtude de serem amos de sua própria organização social. [...]. As forças objetivas estranhas, que até então dominavam a história, passam ao domínio dos homens. A partir deste momento as causas sociais postas por eles em ação produzirão, sobretudo e em medida cada vez maior, os efeitos desejados. A humanidade saltará do reino da necessidade para o reino da liberdade (2005, p.165).

Portanto, como fundamentamos nosso estudo a partir da perspectiva marxiana, nossa intenção foi abordar a educação na perspectiva ontológica, composta por um conjunto de categorias que demonstram o mundo real. De modo que compreendemos que a perspectiva da educação em Marx conduz para uma formação que procura o desenvolvimento completo do ser humano.

### 2.2.1 Emancipação Humana e Educação

Apesar de Marx não formular uma teoria central a respeito da educação, podemos encontrar em suas obras textos que tratam da educação, como, por exemplo: no *Manifesto do Partido Comunista*; na intervenção feita na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); ou ainda em *O Capital*, e especificamente nas Críticas que fez ao programa partidário aprovado pelo Partido Social Alemão na cidade de Gotha (1875), através da *Crítica ao Programa de Gotha*<sup>37</sup>. Neste último podem-se encontrar de forma sistematizada as críticas feitas por Marx a respeito da educação para a classe trabalhadora.

Assim, compreendemos que a teoria marxiana não propõe um melhoramento na atual ordem social. Ao contrário, Marx, sempre defendeu a emancipação humana. Obviamente que não queremos com isso dizer que o filósofo alemão não dava importância a emancipação política. Marx<sup>38</sup> já alertava, em *A questão Judaica* que, ‘não há dúvidas que a emancipação política representa um grande progresso, embora não seja a última etapa da emancipação humana dentro do contexto mundial atual’ (1991, p.28). Marx afirmava isso porque sabia que os homens não podiam encontrar a emancipação humana no âmbito do Estado, haja visto que, a esfera administrativa não pode suprimir os males sociais e a miséria humana. Pelo simples fato de ser a verdadeira face do Estado. Isso está evidenciado nas Glosas Críticas Marginais ao artigo O rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano<sup>39</sup> quando seguramente Marx

<sup>37</sup>Ver MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. In *Obras escolhidas*, V.2. São Paulo, Alfa- Omega s.d.

<sup>38</sup>MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo. Moraes, 1991.

<sup>39</sup>*Glosas Críticas Marginais ao artigo O rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano*. Vorwärts. In: Práxis nº 05 Belo Horizonte. Projeto Joaquim Oliveira, 1995.

afirma que; ‘o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição’(1995, p.80-81).

A partir da afirmação de Marx fica evidenciado que no sistema capitalista as contradições sociais são causa e efeito, do próprio sistema capitalista. Assim a educação enquanto esfera de reprodução das relações sociais de produção encontra-se impossibilitada de tomar para si medidas que possam equalizar os problemas sociais existente em nossa sociabilidade.

Para Tonet, a ‘emancipação política por ser essencialmente limitada, não pode ser posta como objetivo último da humanidade como patamar mais propício para a construção de uma sociedade livre, igual e fraterna’(2005, p.140). Assim se aceitarmos a ideia de que a emancipação política é na verdade a última etapa de liberdade estaríamos consequentemente aceitando o fim da história dos homens. Então estaríamos condenados para todo o sempre ‘dentro de uma gaiola de ferro’ conforme Mészáros (2002).

Mészáros enxerga possibilidades concreta, de ruptura e de superação com a lógica capitalista que desumaniza o homem, e que ao mesmo tempo é imposta pelo sistema capitalista. Entretanto, seria necessário que os homens possuíssem uma compreensão da complexidade e do funcionamento do sistema do capital, no que diz respeito aos seus elementos materiais e econômicos de reprodução, e principalmente dos seus discursos ideológicos, que se apresentam para a sociedade de forma a valorizar os indivíduos e gerar um consenso geral de conformidade.

Com isso, compreendemos que na sociabilidade contemporânea, a educação não poderá ter outra função, a não ser a de formar consciência para a conservação da ordem atual. Por mais reformas que ela possa sofrer, por mais transformações que a ela possam ser destinadas, mesmo assim expressará sempre o fato de que os indivíduos não podem ser realmente livres e iguais. Falar em igualdade, justiça, ou falar de um capital mais humano, é tratar de um discurso vazio. O capital jamais poderá adquirir uma face humanizada; seria contrariar a sua lógica. O capital não pode ser humanizado de modo a não produzir a riqueza e a pobreza.

Não podemos cair na insensatez de pensar que, em uma sociedade baseada na exploração do trabalho e na expansão do capital, a educação poderá adquirir papel diferente daquele a que se destina. Falamos isso porque, como demonstramos nos itens 1.3 e 2.1, quando descrevíamos a formação e a consolidação do sistema capitalista, pudemos observar que, para o capital atingir o atual patamar, ele foi capaz de destituir o camponês de suas terras, de modo a transformar o trabalho livre em trabalho assalariado, resultando com isso um contingente de pessoas ociosas, sem trabalho e famintas. No seu desenvolvimento essa reprodução da pobreza alcançou formas diferenciadas sem, contudo, eliminar esse traço peculiar de criar um contingente de pobres, na atualidade estendendo essa pobreza por países diversos e desprovidos de meios de sobrevivência e de educação.

Assim, podemos compreender também que as reformas ou ajustes destinada à educação se dão no sentido de corrigir alguns dos vários defeitos existentes no sistema de capital, mas que procuram conservar e manter intactas as determinações fundamentais da sociedade capitalista. Isto significa dizer que as regras podem ser estabelecidas de modo a ajustar a sociedade à lógica reprodutiva do capital, mas nunca superadas.

O capital em seu processo de expansão, de acordo com Mézáros é incontrolável, sendo

[...] até o presente momento, de longe a mais poderosa ‘estrutura totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e neste importante sentido, ‘totalitário’, do que o sistema do capital global dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade desde as menores unidades de seu “microssomo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais, aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (2005, p.96).

De acordo com o pensamento do autor, é impossível qualquer tentativa de exercer controle sobre o capital. Ele se encontra estruturado em todas as esferas; sejam ela simples ou complexas, não importa, o capital é incontrolável. De modo que fica mais claro compreender que não há como querer emancipar o indivíduo enquanto ele estiver acorrentado ao sistema capitalista. Isso porque o capital é estruturado no sentido

de se expandir através da acumulação, e não permite restrições e limites impostos em sua trajetória histórica. O que a ele pode ser feito, como já citamos, são ajustes, desde que esses não impeçam sua lógica expansiva.

Mészáros também chama atenção no sentido de que o capital é detentor de um vasto sistema de reorganização que ele adjectiva de ‘metabolismo social’. Através desse metabolismo social, ele mantém o domínio sobre a totalidade dos seres humanos. Acrescenta ainda o autor que ‘as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando no capital’ (2005, p.98).

Essa estrutura hierárquica do capital pode ser expressa, segundo Mészáros, nos dados da própria ONU (Organização das Nações Unidas), através de seu relatório, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em 2004. Vejamos o que expressa esse documento:

[...] 1% mais rico do mundo auferia tanta renda quanto os 75% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999- 2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia. 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de saneamento, e em cada seis crianças em idade de frequentar a escola primária 3 não estavam na escola. Estima-se que 50% da força de trabalho agrícola esteja desempregada ou subempregada (2005, p.73-74).

A partir dos dados mensurados pelo relatório da ONU, podemos mais uma vez defender que a educação em nossa sociabilidade se encontra estreitamente conectada aos interesses do capital, contrariando os interesses da classe que se encontra explorada. Assim, arrancar a raiz do capital não implica pôr outra em seu lugar. Ou se elimina o trabalho assalariado, a produção de valor de troca, a mais-valia, e se coloca o trabalho associado, ou não existirá a menor possibilidade de superar esse sistema econômico tão perverso, que, por quase dois séculos, prossegue destruindo tudo o que atravessa o seu caminho, ou então a humanidade estará fadada a ser destruída por ele.

Entretanto, a trilha que poderá conduzir à emancipação humana, ou simplesmente à supressão do capital, pode ser posta para muitas pessoas na sociabilidade contemporânea como sendo algo inatingível, ou seja, algo impossível de se alcançar.

Nesse aspecto, Tonet<sup>40</sup>, adverte que:

A emancipação humana não é algo inevitável. É somente uma possibilidade. Se, se realizará ou não depende da luta dos próprios homens. Porém, ao contrário da impossível cidadania mundial, ela é uma possibilidade real cujas bases se encontram na materialidade do processo social (2005b, p.141).

Portanto, romper com a lógica destrutiva do capital na esfera da educação é algo inconcebível sem a supressão completa do sistema capitalista. Nesse sentido, Mészáros lembra que:

As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surge quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal por meio do qual seu corpo jurídico pode manifestar de várias formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos soviéticos do sistema soviético reclamam apenas da 'burocratização', eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do pessoal 'burocrático' deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do "capitalista solícito," se fosse viável de alguma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizado do capital 'capitalista avançado' (2005, p.98).

Assim, os teóricos e reformistas que advogam em defesa do sistema capitalista estabelecem estratégias que visam apenas alguns ajustes graduais na sociedade. Conforme o autor:

Torna-se claro que o objetivo real do reformismo não é de forma alguma aquele que reivindica para si próprio: a verdadeira solução para os inegáveis defeitos específicos mesmo que sua magnitude seja deliberadamente minimizada, e mesmo que o modo planejado para lidar com eles seja reconhecidamente (mas de forma a isentar a própria responsabilidade) muito lento. O único termo que de fato tem um sentido objetivo nesse discurso é 'gradual' e mesmo este é abusivamente expandido dentro de uma estratégia global, o que não pode ocorrer. Pois os defeitos específicos do capitalismo não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais ser realmente resolvidos sem que se façam referências ao sistema como um todo, que necessariamente produz e constantemente os reproduz (2005, p.62).

Assim, como o capital não pode reconhecer que os males sociais estão fincados na sua própria raiz econômica, se porventura, isso viesse a acontecer, seria como se o próprio capital admitisse que o trabalho é a categoria fundante do ser social; assim,

---

<sup>40</sup>TONET, I. *Em defesa do futuro*. Maceió, EDUFAL 2005b.

caberia à própria classe dominante reconhecer a sua culpabilidade social.

Percorremos esse caminho para demonstrar que o atual sistema econômico é incontrolável, e que, portanto, todas as esferas produtivas devem se adequar a sua lógica. O capital possui um sistema de comando próprio, sobre a produção, através da instrumentalização de suas políticas por parte do Estado.

Em suma, a educação encontra-se inserida na esfera da reprodução, servindo de base para que o capital mantenha de forma contínua seu processo de exploração e acumulação de riqueza. Assim, a instituição escolar assume uma nova modelagem, onde a educação passa a ser ofertada como se fosse mercadoria. E como mercadoria ela terá de atender a uma demanda mercadológica.

Essa adequação da educação à demanda mercadológica é facilmente perceptível através de alguns instrumentos formais como: diversificação dos sistemas de ensino; da flexibilização, modelo em que o aluno deverá estar apto a atender à demanda do capital; do sistema de avaliação, criação de um sistema de notas classificatórias, em que se tem presenciado o rebaixamento dessas notas para que alguns alunos possam ingressar nos cursos superiores, mesmo que estes, não estejam preparados; do acirramento da competição entre as próprias escolas, para alocação de recursos, como, por exemplo, as instituições particulares que disputam as poucas verbas destinadas às instituições públicas; da valorização de alguns ramos das ciências, principalmente as ciências exatas e a desvalorização de outras ciências, devido exclusivamente à competitividade do mercado; da forma aligeirada de preparar profissionais, através da educação a distância; do ingresso da educação nas chamadas PPP (Parcerias Público Privadas) e da retirada do Estado em detrimento de ONGs (Organizações Não Governamentais), as associações dos amigos da escola, assim os chamados “amigos da escola” são convocados a adotar aqueles que não conseguiram se adaptar à escola; e da privatização do Ensino Superior Federal, entre outras formas de diversificação.

Conforme Jimenez<sup>41</sup> a educação:

Passa a constituir-se num dos grandes setores mais rentáveis da economia, atraindo para si grandes investidores que têm migrado dos diversos ramos de

<sup>41</sup>JIMENEZ, S.V. In: *Trabalho e Educação do Trabalhador: desafios atuais*.Org. MAGALHÃES, B e BERTOLDO, E. Maceió. EDUFAL, PPGE/CEDU, 2005.

negócios para lucrar com esse promissor nicho de mercado. Esse fenômeno, aliás, vem sendo acompanhado de um forte aparato do ponto de vista do *marketing*, de forma que o ato de vender e comprar um aparelho celular ou um sapato de grife vem se naturalizando a passos largos em nossa sociedade, penetrando as subjetividades, amortecendo as resistências. [...] passamos a conviver sem maiores sobressaltos, outrossim, com o fato de a educação ter se tornado um bem de consumo a ser adquirido na praça do mercado, afastando para um longínquo lugar do passado os ecos da defesa histórica de uma escola pública universal em todos os níveis (2005, p.248).

Nesse aspecto, a educação é condição essencial para elaborar estratégias apropriadas para a manutenção e perpetuação do capital além de preparar o indivíduo para as necessidades mercadológicas. Conforme essa necessidade, os trabalhadores deverão possuir condições intelectuais que lhes possibilitem desenvolver no mercado de trabalho capacidades como: aprender a aprender, expressar-se bem diante do futuro consumidor, lidar com as eventuais dificuldades, trabalhar em grupo, possuir domínio tecnológico, entre outras.

Com isso, as instituições escolares passaram a ajustar-se às novas exigências tecnológicas, objetivando proporcionar uma formação adequada ao mercado competitivo. Nessa lógica, a educação escolar salta aos olhos do capital como uma instituição que pode fornecer a formação de mão de obra altamente qualificada. De modo que isso nos permite afirmar que a educação se tornou mais valorizada a partir do desenvolvimento da indústria moderna, em função do valor que a educação adquiriu, no caso, valor de mercadoria. Portanto, em defesa do capital, e da mais-valia a educação passou a treinar pessoas classificando-as supostamente como mais qualificadas.

Nesse sentido Freitag<sup>42</sup> acrescenta que,

Assim a escola, na medida em que qualifica os indivíduos para o trabalho inculca-lhes uma certa ideologia de classe, sujeitando-se ao mesmo tempo ao esquema de dominação vigente. Essa sujeição é, por sua vez, a condição sem a qual a própria qualificação para o trabalho seria impossível. É, pois, a escola que transmite as formas de justificação da divisão do trabalho vigente, levando os indivíduos a aceitar, com docilidade, sua condição de explorados, ou de adquirir o instrumental necessário para a exploração da classe dominada (1980,p.47).

Nesse aspecto, concordamos com o pensamento da autora, sendo possível abstrair de suas considerações que a classe dominante sempre procurou balizar a sua

---

<sup>42</sup>FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Moraes, 1980

concepção de mundo através de instrumentos disponíveis para aquisição de um senso comum ao conjunto dos indivíduos. Isto é, introduzir no interior da classe dominada os seus valores e as suas normas que possam lhes inculcar o seu sistema de dominação por esta classe estabelecida, desde o momento em que ela se encontrava em processo de gestação, como vimos anteriormente na primeira parte deste estudo.

#### Para Enguita:

A escola pode crescer a sua estrutura mudar em função da forma como a sociedade entende as necessidades de produção, por imperativo da legitimação meritocrática, pela crescente demanda popular de educação, por uma tentativa de disfarçar o desemprego, em nome da conciliação de classes dentro de um estado ou por outras razões, mas quaisquer que sejam as causas primeiras e/ou aparentes, sempre há um processo ao longo qual tende a produzir um ajuste entre o que a escola dá e o que a produção pede (1993, p.231).

De forma elucidativa o autor prossegue explicando o porquê dessa relação entre escola e o modo de produção capitalista; ‘nosso problema continua sendo mostrar que esse ajuste se dá, sobretudo, em termos de relações sociais, que na escola o futuro trabalhador é introduzido nas relações sociais de produção capitalista’ (1993, p.231).

Dentro desse viés histórico, compreendemos que a reprodução econômica na formação social capitalista, através da instituição escolar, ocorre fundamentalmente no interior das relações sociais produtivas, sendo essa peculiaridade o fator determinante que lhe permite ajustar-se à lógica e à demanda do capital.

Outro aspecto também precisa ser levado em consideração, segundo nossa concepção. É que, o processo produtivo e as tecnologias passaram a exigir uma maior qualificação e habilidades, mas isso não implica dizer que houve uma democratização nas relações de produção; pelo contrário, o trabalhador continua sendo cada vez mais explorado, mais exigido e, principalmente mais controlado. Na manufatura o capitalista comprava a força e os braços do trabalhador; agora, além de ele comprar a força e os braços do trabalhador, ele compra também a sua mente.

Com isso podemos identificar que o processo produtivo do capital em sua organização tende a ser um processo gradativo. Isto se tornou claro quando demonstramos na primeira parte deste estudo, que, num dado momento, o capitalista,

através do seu poder econômico e político consegue expropriar o trabalhador (camponês) do campo de suas terras.

Num segundo momento, após o capitalista retirar o camponês de suas terras, e transformá-lo em um trabalhador assalariado, nesse momento o trabalhador passa a ser subordinado ao capital. E um terceiro momento ocorre quando da divisão do trabalho na manufatura. É nesse momento que o trabalhador passa a ser incorporado e a ser subordinado ao sistema do capital.

Portanto, a partir disso compreende-se que as transformações ocorridas no modo de produção e nas relações sociais do trabalho incidem diretamente na forma de agir e pensar, não somente dos trabalhadores que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA), mas também naqueles denominados por Marx como 'exército de reserva', e na própria educação.

O que podemos evidenciar é que apesar de as novas tecnologias exigirem um novo perfil do trabalhador, as relações de produção entre trabalhadores e capitalistas parecem permanecer estáveis, ou numa visão mais crítica, podemos afirmar que essa relação piorou. Conforme Marx:

[...] a grande indústria torna, por sua catástrofe mesmo uma questão de vida ou de morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e, portanto, a maior polivalência possível dos trabalhadores. Como lei geral e social da reprodução, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido para o qual, diferentes funções sociais são modos de atividades que se alteram. Um momento espontaneamente desenvolvido, com base na grande indústria, deste processo de revolucionamento são as escolas politécnicas e agrônômicas; outro são as, *'écoles d'enseignement professionnel'*, nas quais os filhos de trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo de produção (1985, p.88).

Portanto, é possível identificar em Marx que, mesmo há muito tempo ele já advertia sobre a função da educação sob a égide capitalista, e também mostrava que a educação, através da instituição escolar, estava atrelada a uma nova preparação do trabalhador para atender à demanda do capital. Assim, nos últimos anos temos observado que a partir da reestruturação produtiva em defesa do capital aconteceram

várias modificações no processo de trabalho, no que diz respeito à formação profissional e a sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Portanto, podemos constatar o forte papel que exerce a educação em nossa sociabilidade, de modo que as relações vigentes passam a impor uma educação aos filhos dos trabalhadores, cuja qualidade está de acordo com as condições existentes e necessárias à reprodução dessa sociedade. Sendo assim, a instituição escolar segue as mesmas normas organizacionais do mercado, de modo a ajustar-se aos critérios organizativos dos preceitos do que é atualmente denominado de eficiência e produtividade. Assim, a educação na sociabilidade contemporânea, não pode se preocupar com a formação integral dos indivíduos no sentido omnilateral que lhes permita ser homens integrais, desenvolvendo suas capacidades e habilidades efetivamente humanas e para si. Ou seja, na sociabilidade contemporânea, a educação escolar é utilizada enquanto elemento capaz de reproduzir e manter a ordem socioeconômica vigente, isto é, no interior da atual ordem a educação responde aos interesses do capital, tal como demonstramos anteriormente.

Em síntese, a educação no sentido aqui referido nos leva a inferir que, na sociabilidade contemporânea, ela desempenha a função de preparar os futuros trabalhadores para a inserção no mercado de trabalho, através da formação escolar, descuidando-se da formação humana no sentido pleno. Educar em sentido pleno é construir intelectualmente a individualidade, e uma verdadeira formação humana é movida por leis sociais diferentes das leis imperantes no mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos cuidadosamente a história dos homens, constatamos que ao longo dos tempos o homem foi transformando o espaço de acordo com sua necessidade, e conseqüentemente transformando a si mesmo. Demonstramos que essas modificações ocorreram desde a formação social primitiva, a concreta formação social capitalista, tanto nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, como principalmente nos modos de produção. O caminho percorrido para tal finalidade serviu-nos de norte para demonstrar também que a educação, ao longo dos tempos, foi sendo estruturada com a finalidade de atender às necessidades de cada uma das diferentes formações sociais aqui estudadas, a partir da formação social primitiva.

Isso só pôde ser possível porque, do ponto de vista metodológico, o uso das categorias da economia em Marx mostrou-se de grande importância, na medida em que nos permitiu a compreensão de vários elementos para analisar a produção econômica. Somente assim foi possível vincular vários aspectos da realidade que são postos na penumbra, para podermos compreender a intrínseca relação entre educação e o modo de produção capitalista.

Pudemos verificar que a manifestação da lógica capitalista na educação se mostra cristalizada na sociedade capitalista, mediante o seu aval. Isso porque, no interior desta sociabilidade, a educação tem cumprido o papel de preparar e qualificar a força de trabalho necessário em detrimento das demandas de produção. Isso se mostra evidente nos documentos oficiais do governo brasileiro, como a LDB e os PCNs e nos próprios documentos dos organismos financeiros internacionais, como os documentos do Banco Mundial e da UNESCO. De modo que, compreendemos a educação como um processo de qualificação do trabalhador, produzindo uma força de trabalho especializada capaz de atender às necessidades mercadológicas do capital.

A partir dos séculos, XVIII e XIX, como vimos no decorrer deste estudo, as formas de organização do trabalho foram alteradas radicalmente, e a instituição escolar passou a fornecer o espaço e os limites para o aprendizado que a indústria moderna exigia.

Constatamos também que o modo de produção capitalista, passou a exigir da educação escolar uma força de trabalho manual e intelectual que tenha condições de desempenhar funções de comando e comandado. Ademais, podemos afirmar também que a educação no modo de produção capitalista tenciona refletir a estrutura econômica do mercado. Assim, compreendemos o porquê de a educação desempenhar tal função na sociedade capitalista. Entretanto, queremos aqui esclarecer que a escola não pode ser considerada como o único espaço a efetuar a aprendizagem das relações sociais de produção capitalista, apesar, de ela ter se tornado um espaço importante para esta finalidade.

Como demonstramos neste estudo, a escola antecedeu a formação social capitalista, de modo que concebemos que a educação ao longo dos anos buscou atender a diversos fins: ora políticos, ora religiosos, ora econômicos. E que sobre a educação repousou sempre um predomínio sistemático das classes dos proprietários sobre os não proprietários. Assim, o caminho percorrido neste estudo, desde a primeira parte, quando abordamos os modos de produção pré-capitalista e suas respectivas formações sociais, passando à segunda parte, quando tratamos do modo de produção capitalista e da educação escolar, incluindo aí a exploração do trabalhador no capitalismo e o seu significado, desde a extração da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, nos permitiu compreender que a lógica do capital foi capaz de reestruturar a produção material e espiritual da sociedade, modificando também a educação escolar, impondo-lhe uma nova forma de organização através da divisão social do trabalho, de novos métodos de contratação do trabalhador e do aumento da subsunção dos trabalhadores à acumulação do capital.

Portanto, acreditamos ter conseguido demonstrar que o sistema capitalista e o seu respectivo modo de produção foram sendo estruturado, ao longo dos séculos, desde a chamada acumulação primitiva, de modo a atender aos interesses econômicos de um setor social em minoria, os detentores do capital.

É notório que a educação no contexto histórico dessa formação social atende de forma sistemática aos interesses vitais da classe dominante, principalmente a partir do advento industrial; contudo, pudemos depreender também que a educação, desde a formação social escravista em nenhum momento foi atribuída a ela o papel de

transmitir, como a classe dominante deveria ser despossuída dos seus meios materiais, derrotada ou suprimida historicamente.

A ênfase dada à educação em nossa sociabilidade, segundo nossa compreensão, dá-se no sentido de adequá-la às necessidades econômicas do capital, a partir do advento tecnológico. Apesar de todo o desenvolvimento, a educação não pode assumir um papel que na realidade não condiz com a forma como ela foi estruturada. Além do mais, a educação, através da instituição escolar, não pode estar disponível para todos os indivíduos, como apregoam os defensores do capitalismo.

Através da compreensão do modo de produção, principalmente o modo de produção capitalista, pudemos perceber que as desigualdades sociais não são fruto de nossa sociedade, e muito menos fruto da educação. Não é através da educação que as desigualdades sociais podem ser equalizadas. As desigualdades sociais como descrevemos nos itens 1.1 e 1.2, têm sua origem a partir do momento em que surge o chamado “excedente econômico”. Foi partir do excedente econômico que se teve a exploração do homem pelo homem. E como consequência dessa exploração, ante o trabalho, eis que surge a sociedade dividida em classes sociais.

Entretanto, verificamos que foi nessa formação social que ela se acentuou. Portanto, não é a educação, através da instituição escolar que poderá resolver complexos problemas de ordem econômica. Não queremos com este estudo, passar para algumas pessoas uma ideia pessimista sobre a educação, principalmente para aquelas pessoas que, como nós tinha uma visão equivocada a respeito da educação. Apesar de não podermos negar as lutas e as conquistas, fruto das lutas da classe trabalhadora em defesa da educação.

Não podemos negar a importância que tem o conhecimento para os indivíduos em alguma das formações sociais aqui tratadas, seja ele científico-tecnológica ou formal. Contudo, é preciso que tenhamos clareza de que a educação não pode ser estendida a todas as pessoas, seja na formação social escravista, na formação social feudal ou na formação social capitalista. O conhecimento só pôde ser oferecido a todos os indivíduos na formação social primitiva, quando a sociedade não era cindida em classes sociais.

Assim, podemos afirmar a partir deste estudo que, em nossa sociabilidade a educação tem como função preparar os futuros trabalhadores para a inserção no mercado de trabalho, através da formação escolar. E que, no interior dessa ordem social, ela está limitada a fazer uma transformação social, tal como pensam a maioria dos indivíduos em nossa sociedade. Porém a própria história dos homens tem demonstrado que existe uma possibilidade de essa ordem econômica ser superada. Se isso um dia irá se configurar ou não, são os próprios homens sujeitos reais da história, através das suas lutas, que poderão efetivamente atingir esse patamar.

Diante disso, concluímos que dos estudos dos modos de produção à funcionalidade da educação na formação social capitalista, o discurso preconizado em torno da educação, bem como o conhecimento que é repassado na instituição escolar, são resultantes de um modo de reestruturação do capital em determinado período histórico. Assim, a educação escolar efetivamente tende a preparar bons cidadãos para que possam vender a sua força de trabalho no mercado capitalista, acreditando que estão efetivando a mesma operação que a compra de outra mercadoria qualquer, ou seja, esses indivíduos são condicionados a aceitar as condições impostas pelas relações sociais vigentes. Portanto, é através da mediação com o trabalho, sob a égide do capital, que a educação contribuiu e contribui para a manutenção do sistema capitalista e de suas ferramentas de exploração do homem pelo homem.

## REFERÊNCIAS

- BEUAD, Michel. *História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias*. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo. Brasiliense, 2004.
- BRASIL. *PCNs. Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação. Brasília. 2001.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo. Global, 1985
- \_\_\_\_\_. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro. Bertarand, 2002.
- ENGUITA, M.F. *A face oculta da Escola. Educação e Trabalho no Capitalismo*. Porto Alegre. Artesmédica, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo. Moraes. 1980.
- HUBBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro LTC, 1985.
- JIMENEZ, S.V. *In: Trabalho e Educação do Trabalhador: desafios atuais*. Org. MAGALHÃES, B e BERTOLDO, E. Maceió, EDUFAL; PPGE/CEDU, 2005.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e História. Trabalho, Educação e Formação Humana*. Org. MAGALHÃES, Belmira e BERTOLDO, Edna. Maceió, EDUFAL. PPGE/CEDU, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social e Trabalho: do que se trata?* Temporalis. Revista da ABEPSS. Brasília. Ano, 1n. 2.p.35-58, 2000.
- LIBÂNEO, J.C. *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. Cortez. São Paulo, 2003.
- LUKÁCS, G. *Per l' ontologia dell' essere sociale*. Roma. Riuniti, 1981.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *In: Mariátegui Sobre Questão da Educação no Peru*. Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo. Xamã, 2007.

MARX, K. *Manuscrítos econômico-filosóficos*. Abril, 1974.

\_\_\_\_\_ *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_ *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1985b.

\_\_\_\_\_ *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Trad. João Maia. Ed. Paz e Terra & A. Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_ *A Miséria da filosofia*. São Paulo. São Paulo. Global, 1989.

\_\_\_\_\_ *A Questão Judaica*. São Paulo. Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_ *Crítica ao Programa de Gotha*. In *Obras escolhidas*. V.2. São Paulo. Alfa - Omega. s/d.

\_\_\_\_\_ *Glosas Críticas Marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano". Vorwärts, n.º 64, 10 de agosto de 1844*. In: *Práxis nº 5*. Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa. Avante/progresso, 1982.

\_\_\_\_\_ *A Ideologia Alemã*. Trad. Luis Costa Correia de Castro. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981

\_\_\_\_\_ *Razão, ontologia e práxis*. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Ano XV. N.44. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_ *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transação. São Paulo. Boitempo, 2005.

NETTO, J.P. *Razão, ontologia e práxis*. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. Ano XV, N.44. São Paulo, 1994.

NETTO, J.P e BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo. Cortez, 2005.

PIMENTEL, E. *Uma questão social? Raízes Materiais e Humanas Sociais do Pauperismo de Ontem e Hoje*. Maceió. EDUFAL, 2007.

PONCE, A. *Educação e Luta de Classes*. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo. Cortez, 1982.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas. Autores Associados, 1997.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. São Paulo. Nova Cultural, 1996.

SOARES, Rômulo e JIMENEZ, Suzana. A crise do capital e o neo pragmatismo na educação do trabalhador In: *Marxismo, educação e luta de classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana*.Org.Suzana Jimenez,Jorge Luís de Oliveira, Deribaldo Santos. Fortaleza. EDUECE, 2008.

TONET, I. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí. Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_ *Em defesa do futuro*. EDUFAL. Maceió, 2005b.

\_\_\_\_\_ *Democracia ou Liberdade?* Maceió. EDUFAL, 2004.